

MAIO de 2011

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação Development Workshop — Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop – Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill&Melinda Gates

ÍNDICE

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	Combate à pobreza em Tchicala Tcholohanga	1
1.2	Angola longe das metas	2
1.3	Escalada de preços dos mercados reduz poder de compra dos consumidores	2
1.4	“Tratar atestado de pobreza custa cinco mil kwanzas”	3
1.5	Actividades indicadores do crescimento do pib deveram-se ao alcance da paz em angola	4
1.6	Mapess regista casos de conflitos laborais	5
1.7	Cidade de luanda tem défice de escolas	5
1.8	Desemprego no interior de angola atinge mais de 30 por cento	6
1.9	Inflação atinge 3,21 por cento nos primeiros quatro meses	6
1.10	Combate à pobreza	7
1.11	Trabalho e emprego	7

2 MICROFINANÇAS

2.1	Administrador manifesta de concessão de crédito ao comércio	9
2.2	Quase centenas e meia de camponeses receberam crédito agrícola de campanha	9
2.3	Quase centena e meia de camponeses recebeu crédito agrícola de campanha	10
2.4	Responsavel quer concessão de microcredito	10
2.5	Banco no huambo disponibiliza verbas para o crédito agrícola	11
2.6	Crédito agrícola atrai oportunistas	11
2.7	Inefop e banco sol assinam protocolo para concessão de micro crédito	12
2.8	Devedores devem honrar os seus compromissos	12
2.9	Banca lusa lucra usd 276 milhões com angola em 2010	12
2.10	BPC Concede mais de 100 milhoes de kwanzas de creditos	15
2.11	Projecto nacional de micro-crédito apoia as mulheres empreendedoras	16
2.12	Programa crédito agrícola melhora a produção rural	16
2.13	Combater a pobreza extrema no país é uma tarefa de todos	17
2.14	Crédito agrícola de campanha vai ganhar uma nova dinâmica.	18
2.15	Acesso ao crédito está difícil	18

3 MERCADO INFORMAL

3.1	Administrador do Cazenga reúne-se com moradores	19
3.2	Chineses em Angola	19
3.3	Actividades infomais, uma forma de sustento de muitos jovens	19
3.4	Arruaceiros provocam distúrbios	21
3.5	Zungueiras “assatam” ponte aérea dos congolenses	21

4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	A periferia do comércio transfronteiriço	22
4.2	Executivo apresenta no Parlamento o relatório da execução orçamental	23
4.3	Impunidade na administração central	24
4.4	Lei da probidade pública com impacto nas províncias	24
4.5	Relatório de execução de execução orçamental será apresentado aos deputados	25
4.6	Privatização a “granel” das empresas públicas	26
4.7	Governo de Luanda arrecada mais de 92 milhões de kwanzas	26
4.8	OGE revisto prevê dotação para famílias abaixo da linha da pobreza	27
4.9	OPSA defende avaliação independente das instituições do Estado	28

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1	Distribuição combate a corrupção	29
5.2	Inoperância dos administradores contra gestão provincial	29
5.3	Papel dos sobas na reconciliação e na estabilidade	30
5.4	Depois de 2012 Autarquias começam gradualmente em Angola	30
5.5	Administração do Bailundo cria comissão para recadação de receitas	31
5.6	Experiência autárquica portuguesa analisada segunda-feira em Luanda	31
5.7	Governador de Luanda pede colaboração na resolução de alguns problemas locais	31
5.8	Angolanos colhem experiência autárquica lusa	32
5.9	Programa municipal lança novos projectos	32
5.10	Governo provincial Luanda aprovou o projecto integrado	34
5.11	Municípios contra inoperância do administrador do Sambizanga	35
5.12	Expectativa a volta dos «fogos» do Kilamba Kiaxi	35
5.13	Venda ambulante à beira da estrada cria obstáculos ao trânsito rodoviário	36
5.14	Ordenamento do município da Samba analisado em conselho de concertação	37
5.15	Executivo discute melhoramento da actuação dos conselhos fiscais	37

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1	O crédito habitacional, dói cada vez mais	39
6.2	Nem com azar se consegue casa	39
6.3	Do planeamento aos planos	40
6.4	Projecto nova vida entrega mais casas até Dezembro	42
6.5	Construção de casas sociais começa em junho	42
6.6	Bai tenciona abrir “Loja da habitação”	42
6.7	Modernização do Cazenga em marcha	43
6.8	Ministerio do urbanismo e construção aponta acções de execução prioritária	44
6.9	Associação garante apoio à população na resolução dos problemas urbanístico e loteamento.	44

7 TERRA

7.1	Área para a construção de casas está livre de minas	46
7.2	Nos bairros Iraque e Bagdad Kangamba trava manifestação popular	47
7.3	Primeiro parque tecnológico nacional está ser instalado no kilamba kiaxi	47
7.4	Alerta para surto de cólera	48
7.5	Sinistrados das chuvas começam a ser realojados nos próximos dias	49
7.6	Governo do bengo aprovou as taxas para concessão de terrenos no dande	50

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1	Rua da lama há mais de cinco anos sem água potável	51
8.2	Falsos fiscais da edel cortam no kilamba kiaxi	52
8.3	Executivo atribuiu habitações a jovens de Lumbala Nguimbo	52
8.4	Casas de pau-a-pique ganham aguam potável	52
8.5	Ong promove projectos sociais junto das comunidades do campo	53
8.6	População consome água impropria	53
8.7	Consumidores de cariango servidos com água potável	54
8.8	Talamungongo beneficia de sistema de água	54
8.9	Água escasseia na terra nona	55
8.10	Indalatando tem novo sistema de água	56
8.11	Gado tem mais acesso a água	56

9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	Violência doméstica preocupa advogados	58
9.2	Alunos vítimas de ataques de meliantes	58
9.3	Criminalidade aumenta nas periferias	58
9.4	Sentimento de insegurança na periferia de Luanda	59
9.5	Polícia aconselha prudência aos cidadãos quando andarem com dinheiro nas ruas	60
9.6	Mulheres continuam a ser penalizadas pelas famílias	60
9.7	Angola regista redução da criminalidade	62
9.8	Um milhão de casas estão aonde	62
9.9	Relação entre a pobreza e o Crime foi de batida numa mesa redonda	63
9.10	A oposição clamando no deserto do Zango	63

10 AMBIENTE

10.1	Chuva inundou várias casas particulares	65
10.2	Chuvas obrigam Ministério do Ambiente a precaver-se	65
10.3	Desarborização preocupa cidadãos	67
10.4	Chuvas em Luanda: um autêntico calvário	68
10.5	Costa marítima é um atentado à saúde pública	69
10.6	Devastação das florestas leva a catástrofes	69

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Combate à pobreza em Tchicala Tcholohanga

Jornal de Angola
01 de Maio de 2011

O município da Tchicala Tcholohanga, um dos 11 que compõem a província do Huambo, começou a executar este ano o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza. Em curso encontra-se já em construção escolas primárias na vila da Tchicala e nas comunas do Samboto, além de um centro de saúde equipado para assistir a população da comuna do Mbave.

“A saúde e a educação das populações preocupam-nos. Por isso, temos também em construção outro centro de saúde na comuna do Samboto e fizemos o lançamento do concurso público para a construção de uma escola com seis salas, na ombala de Cangombe”, confessou ao *Jornal de Angola* a administradora do município, Benvinda Naculembe.

Além das acções traçadas pelo governo do Huambo, por orientação do Ministério da Saúde, a administração do município está a levar a cabo um programa de cuidados primários de saúde na Tchicala Tcholohanga, que num passado muito recente enfrentou sérias dificuldades com a falta de medicamentos, manutenção de infra-estruturas e transportes, e alimentação dos doentes.

Benvinda Naculembe assegura que com este programa, que decorre há três meses em toda a extensão municipal, estão a ser superados vários problemas e começam a verificar-se melhorias significativas na vida das populações.

“Os nossos doentes já são assistidos em melhores condições, com mais qualidade alimentar e medicamentosa e isso faz-nos augurar um futuro ainda melhor no capítulo da saúde”, referiu.

Na sede municipal, o funcionamento integral do Hospital local é um facto que origina o orgulho dos habitantes e deixa a administradora visivelmente satisfeita. A unidade sanitária possui capacidade de internamento para 60 pessoas, o que, juntado aos quatro centros e aos nove postos de saúde espalhados pelas restantes comunas e ombalas, tem servido os mais de 114.547 habitantes de todo o município, que agora evitam deslocações desnecessárias à cidade do Huambo.

“Não temos médicos suficientes para acudir aos grandes problemas, temos apenas um médico no hospital e outro que está cá a trabalhar no âmbito do programa de combate à malária”, queixou-se.

O município tem três comunas e, tendo em conta o

rácio que o Ministério da Saúde ditou, falta um bom número de médicos, mas referiu que os dois que existem vão acudindo às situações pontuais e menos graves.

Cinco mil sem escola

Cerca de cinco mil crianças estão fora do sistema normal de ensino no município da Tchicala Tcholohanga. A preocupação da administração prende-se com o aumento do número de professores, para ser possível incluir todas as crianças com idade escolar no sistema normal de ensino. “Durante o ano transacto, recebemos cerca de 460 novos professores, que foram distribuídos pelas diversas comunas e aldeias do município, mas este número ainda não cobre todas as necessidades do sector da educação. Temos apenas 66 salas de construção definitiva, para um total de 29 mil alunos distribuídos pelos vários níveis do ensino primário ao primeiro ciclo”, aponta Benvinda Naculembe.

Para o segundo ciclo, o município conta este ano lectivo com duas turmas da Escola de Professores do Futuro (EPF), que teve uma boa adesão por parte dos jovens locais. A formação decorrerá num período de quatro anos.

“Estamos em crer que daqui a quatro anos teremos cerca de 90 professores formados aqui na Tchicala, que poderão suprir o défice que temos e ajudar a reduzir o número de crianças fora do sistema normal de ensino”, aspira confiante. O sector da educação no município conta actualmente com 17 unidades escolares de construção definitiva e mais de 54 escolas comunitárias construídas por iniciativa das populações. O município dispõe ainda de uma biblioteca apetrechada com mais de 1.600 livros, entre científicos, didácticos e infantis, e um cyber-café com oito computadores, que proporciona um aumento de conhecimentos aos estudantes. A reabilitação das infra-estruturas escolares e respectivo apetrechamento insere-se no Programa de Desenvolvimento Municipal (PDM), que é executado em parceria com a Organização Não-Governamental Save the Children e a petrolífera Chevron, que disponibilizaram 120 mil dólares para a aquisição de equipamentos.

Operação tapa buracos

Para permitir uma circulação mais segura, a administração municipal está a realizar operações de tapa buracos em várias comunas.

“Iniciámos o trabalho na sede do município e nos próximos tempos, à medida que nos forem disponibilizadas as verbas necessárias, vamos materializar acções semelhantes a sul do município, mais exactamente nas comunas do Sambo e do Samboto, passando necessariamente pela localidade de Cangombe”, assegura Benvinda Naculembe. Para se chegar às comunas do Sambo e do Samboto existem duas alternativas. Uma resulta de uma empreitada da responsabilidade do governo provincial,

e a outra é um troço que sai das imediações do cruzeiro para o Sambo e Sambo to, alcançando a faixa fronteiriça da vizinha província da Huíla, que é de responsabilidade local.

“Como queremos garantir a circulação com maior fluidez, estamos a trabalhar no troço que liga a sede municipal à comuna do Sambo. Neste momento, circulamos com muita dificuldade, ratão pela qual a sua reparação consta das nossas prioridades”, frisou.

Operação semelhante será realizada na comuna do Mbave, que se encontra a norte do município.

Apoio à agricultura

A administração municipal da Tchicala Tcholohanga possui um programa de fornecimento de inputs agrícolas que visa apoiar as famílias camponesas da região e foram adquiridos em jeito de subvenção, através da qual a administração do município pagou um determinado valor e a restante percentagem, muito reduzida, é paga pelo beneficiário.

“Este procedimento é, no nosso entender, positivo, porque ensina o cidadão a obter as coisas com algum esforço. Com a comparticipação que fazem, dão maior importância aos meios que recebem e direccionam para a lavoura. O projecto já beneficiou cerca de 150 famílias e constatamos que há aumento da produção agrícola”, afirma Benvinda Naculembe.

Relativamente ao abastecimento de água, mais de 6.277 pessoas que habitam as dez comunidades rurais do município da Tchicala Tcholohanga têm acesso a água potável, através de pontos abertos pela Organização Não-Governamental Save the Children.

. A abertura destes furos nas comunidades do interior do município, iniciado no ano passado, está orçada em 95.625 dólares, financiados pela USAID e a Care Internacional.

Os furos foram abertos nas comunidades de Chivemba e Calunco (comuna de Samboto); Morna Suya e Palestina (Mbave) e Chivembe e Caluco (Sambo), e na sede municipal, mais exactamente nas comunidades de Cangombe, Chimbulungo, na escola primária Hoje ya Henda e no posto medico.

O programa de desenvolvimento municipal vai contemplar, ainda este ano, a abertura de mais seis furos Para Benvinda Naculembe era preocupante, num passado muito recente, ver os alunos nas escolas e as populações nas comunidades a consumirem água imprópria para a saúde humana.

I.2 Angola longe das metas

Jornal Terra Angolense

De 07 à de Maio de 2011

Os observadores internacionais temem que Angola não vai conseguir atingir os objectivos do milénio que apontam para urna redução substancial dos índices de mortalidade infantil até 2015.

É que - nos últimos anos praticamente não se registaram avanços nesta área. Em Angola continuam a morrer cerca de 260 bebés em cada mil bebés, antes de atingirem a idade de cinco anos. Quer dizer, mais do que um quarto das crianças morre antes de completarem os cinco anos de idade. Um número altíssimo: na Alemanha morrem menos de 4 crianças em cada mil crianças.

Até em comparação com outros países em vias de desenvolvimento, Angola apresenta número altíssimos. No país vizinho da Namíbia morrem 62 crianças em cada mil, em Cabo Verde 35 em cada mil.

O que torna a situação de Angola ainda mais gritante é o facto de se tratar de um país com imensas riquezas naturais e - por conseguinte - com altíssimos índices de crescimento económico. Mas as riquezas do país não são investidas no bem estar das populações pobres, dizem os críticos que salientam que o sistema de saúde continua em estado catastrófico, apesar de - nos últimos tempos - terem sido inaugurados alguns novos hospitais públicos e sobretudo particulares.

I.3 Escalada de preços dos mercados reduz poder de compra dos consumidores

Jornal Agora

14 de Maio de 2011

Sindicato alega ainda que, em consequência dos baixos ordenados e do elevado índice de preços ao consumidor, os angolanos sentem, no dia-a-dia, a redução do poder de compra, uma situação que pode agravar a vida de muitas famílias.

A este fenómeno, alia-se, também, a taxa de inflação que poderá situar-se nos 12%, um indicador que contrasta com o ajustamento salarial de 5% feito no início do ano. A escalada de preços dos alimentos no mercado interno é apontada como um dos principais factores para que os salários não cubram todas as necessidades, e enquanto isso, não nos podemos esquecer dos efeitos da crise mundial que afectou a economia angolana, nomeadamente os sectores da construção, minas e serviços, tendo provocado o desemprego a mais de 60 mil pessoas.

Todavia, a subida no preço das matérias-primas e dos alimentos a nível mundial é uma preocupação, e o maior problema com que a sociedade se debate nos dias de hoje. Matias da Conceição, economista, comentando a infor-

mação da ONU, de que os preços dos alimentos a nível mundial atingiram um novo recorde nos primeiros três meses deste ano, defendeu ser necessário encontrar “novos instrumentos para contornar o problema em Angola, aplicando taxas compensatórias para o empresário angolano”.

“A subida dos preços é uma preocupação de toda a sociedade, e o maior problema com que a mesma se debate nos dias que correm, e é imperioso que se inverta o quadro”, defendeu, tendo lembrado, por outro lado, que o constante recurso ao mercado externo para adquirir bens de primeira necessidade contribui permanentemente, para o aumento da carestia alimentar em qualquer sociedade.

“O Executivo, para garantir o equilíbrio do mercado, importa anualmente produtos num valor próximo dos 15 mil milhões de dólares, cerca de 25% do produto interno bruto registado o ano passado, e 45% do Orçamento Geral do Estado do período em referência”, garantiu.

Nestas condições, a população não recupera o poder de compra e adquirir produtos que antes não comprava, torna-se cada vez mais difícil, visto que ninguém tem rendimentos para melhorar a dieta alimentar e isto cria, em todos os sentidos, uma extraordinária pressão social. Na verdade associam-se a este problema os movimentos financeiros a actuar nos mercados, que encontram aqui uma oportunidade de valorização dos seus investimentos e criam pressão sobre o preço dos alimentos e das matérias-primas.

O Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca referiu, recentemente, uma terceira componente, que classificou de variável, difícil de resolver, como é o caso da fraca capacidade produtiva interna, mas realça que, nos últimos três anos, sobre tudo a agricultura, ganhou 35Q.milhões de dólares para o fomento agrícola em todo o país...através...de...cooperativas de camponeses e outros agricultores..Às constantes quedas pluviométricas registadas este ano, em todo o país, contribuíram para a destruição de muita produção e reduziram consideravelmente os stocks disponíveis.

Por sua vez, o economista Alves da Rocha alertou, esta semana, para a “elevada degradação do poder de compra dos trabalhadores angolanos”, que em 2010 se fixou entre os 8,5 e os 9%. A situação merece uma “verificação de imediato do Executivo”.

Uma análise feita às percentagens que vêm do passado permite concluir que “os salários médios na economia, incluindo a função pública, têm sido degradados”.

“É necessário atentar-se a isto, porque ainda que os empresários possam admitir que não há um a perfeita correspondência entre o valor do salário e o valor da produtividade do trabalho, não se podem esquecer que se os salários não forem bons não há procura dos produtos”, lembrou.

Outro senão prende-se com o aumento da procura de divisas no mercado financeiro, devido às restrições na compra de moeda estrangeira, e a não ser acautelado provocará uma quebra de confiança na economia. Esta procura pela moeda estrangeira, acrescentou, tem a ver com a própria intensidade do crescimento da economia. Contudo, não menos importante do que esta situação, é o elevado peso das importações na economia angolana. “Se relacionarmos o valor global das importações sobre o Produto Interno Bruto, o rácio andarà a volta dos 70 ou 75%”, concluiu.

O Fundo das Nações Unidas para Alimentação expressou preocupação, com a possível continuação desta tendência de subida a nível mundial, que poderá ser “mais exacerbada” se houverem “aumentos inesperados dos preços do petróleo”, com consequências no mercado alimentar, que vive uma situação “já precária”.

A organização espera em qualquer caso “maior aperto” da balança mundial de oferta e procura de cereais, devido à crescente procura e ao declínio da produção, que este ano deverá provocar uma “queda acentuada” das reservas de cereais, cujos preços dispararam já 70% nos últimos três meses .•

1.4 “Tratar atestado de pobreza custa cinco mil kwanzas”

Jornal de Angola

14 A 21 de Maio 2011

Todo o cidadão deve ter acesso a justiça, isso vem plasmado na Constituição. O que significa que qualquer pessoa que se sinta que os seus direitos foram violados deve accionar os mecanismos judiciais para repor a normalidade, mas a verdade, porém, é que até os dias de hoje, infelizmente, a justiça não é para os pobres.

Um cidadão que abra um processo judicial deve pagar as custas judiciais, já agora, custas judiciais correspondem ao preço ou a despesa inerente ao uso ou à prestação do serviço público de justiça e correspondem a taxa de justiça e os encargos

Para se saber que custas judiciais se deve pagar, depende muito do valor da acção, mas em Angola, normalmente, as custas não ficam por menos de vinte e cinco mil Kwanzas, o que já ultrapassa, de longe, o salário mínimo nacional, que ronda os doze mil Kwanzas.

Numa tentativa de não se negar a justiça aos cidadãos, criou-se o patrocínio judiciário, que é representação da parte de um profissional, normalmente um advogado, para atribuir a condução do processo a profissionais com a devida habilitação técnica, sem cobrar absolu-

tamente nada. Para se fazer o pedido do patrocínio judiciário o cidadão deve exhibir um atestado de pobreza. É aqui onde começa o problema. O atestado de pobreza normalmente se trata nas administrações municipais, para o efeito, o cidadão deve apenas apresentar fotocópia do Bilhete de Identidade e pagar um valor estipulado, de setecentos Kwanzas, conforme fez saber um funcionário da Administração municipal do Kilamba Kiaxi, que preferiu falar sob anonimato, por não ter recebido a devida autorização.

A verdade, porém, é que várias são as pessoas que trataram este documento, mas a quem lhes foi cobrado mais do que o devido.

“Tive problemas com o meu marido, nos separamos e ele queria ficar com os filhos, como não encontramos entendimento, decidimos procurar ajuda de uma advogada, mas como sou vendedora e não tenho dinheiro para pagar no tribunal, ela me aconselhou a tratar o atestado de pobreza, fui na administração municipal de Viana, tratei o documento, mas me cobraram cinco mil Kwanzas. Agora eu me pergunto, se já é atestado de pobreza, como é que cobram tão caro?”, interrogou-se Beatriz. Como ela, várias são as pessoas que pagam para obterem esse documento, assim também aconteceu com duas jovens no município da Maianga, mas que preferiram falar sob anonimato, por temerem represálias. “Nos dirigimos a Comissão do Bairro, nós vivemos na rua dos Fonantes no bairro do Prenda. O responsável da comissão do bairro, como nos conhece aceitou tratar os atestados de pobreza, mas cobrou a cada cinco mil Kwanzas”, denunciaram.

No Sambizanga, segundo Rosa, a situação é a mesma. “Tive problemas com um vizinho, prefiro não falar do que se tratou, mas recorremos a Ordem dos Advogados para solicitar o patrocínio judiciário, me mandaram tratar o atestado de pobreza e tive que pagar quatro mil e quinhentos Kwanzas, aqui mesmo na administração. Não sei se isso é legal, mas é a verdade”, informou.

Outra situação apontada pelos nossos interlocutores foi o facto de para obterem o mesmo documento numa administração municipal cobram um preço e na outra, outro. “Quería tratar atestado de residência, para efeito de casamento, na administração municipal da Maianga pediram para depositar na conta deles quatrocentos Kwanzas, já na administração do Kilamba Kiaxi, me cobraram para tratar o mesmo documento cinco mil Kwanzas, perguntei a senhora o porquê de tanta diferença, mas ela recusou-se a responder. Depois de algum tempo fui lá novamente tratar um atestado de residência, encontrei outra funcionária e esta me cobrou quatro mil Kwanzas, fiquei sem saber qual é o verda-

deiro preço. É preciso que haja mais fiscalização nos serviços públicos para acabarmos com as manias de gasosa”, concluiu.

1.5 Actividades indicadores do crescimento do pib deveram-se ao alcance da paz em angola

Jornal Independente
14 de Maio de 2011

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, disse em Istambul, Turquia, que Angola tem projectado para este ano, urna taxa de crescimento do Produto Interno Bruto de 7,6 por cento, o que corresponderá a umaumentode3,1 por cento, em relação ao ano anterior. A governante fez este anúncio quando discursava em nome do Executivo angolano, na 4ª Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados que a capital económica turca acolheu.

Ana Dias Lourenço referiu que os actuais indicadores do crescimento do Produto Interno Bruto angolano deveram-se ao alcance da Paz em Angola em 2002, que permitiu ao governo conceber programas de reanimação do sector económico, visando a estabilização social e o combate à pobreza. Com estes programas, segundo a ministra do Planeamento, o governo angolano prevê manter urna taxa de crescimento do seu PIB, não inferior a sete por cento por ano e aumentar o rácio do investimento no Produto Interno Bruto para 25 por cento ano, com vista a reduzir para metade o número de pessoas que vivem em extrema pobreza até 2015.

Sobre o Combate à Pobreza, a governante, frisou que o Executivo de Angola elaborou em 2002 urna Estratégia Nacional de inversão, cujas áreas de intervenção prioritárias incidiram na segurança alimentar e desenvolvimento rural; na desminagem na saúde; na educação; no emprego e formação profissional; na governação; na reabilitação de infra-estruturas económicas e sociais; na gestão macro-económica; na reinserção social e na alteração dos índices do VIH/SIDA.

Na óptica de Ana Dias Lourenço, o sector da educação mereceu também a atenção especial do governo angolano, neste período, foram construídas e reabilitadas novas escolas, o que resultou num aumento da oferta dos serviços de educação, particularmente no ensino primário. O número de alunos matriculados no sistema de ensino em 2002 era de 2.127.371, passando em 2010 para 6.168.454.

O presidente turco que esteve ladeado pelo secretário-geral da ONU, Ban ki-Moon, defendeu um maior estrei-

tamento nas relações entre os Países Menos Avançados, o incremento da cooperação Sul, a transferência de tecnologias, o investimento no desenvolvimento humano, assim como o aperfeiçoamento das actividades agrícolas nestes países.

1.6 Mapess regista casos de conflitos laborais

Jornal de Angola
18 de Maio de 2011

A chefe do departamento de inspecção da direcção do Kuando-Kubango da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), disse segunda-feira em Menongue que a instituição regista redução considerável de casos de conflitos laborais, fruto das campanhas de sensibilização, nos locais de trabalho, sobre direitos e deveres dos trabalhadores.

Falando durante uma palestra sobre “Os direitos e deveres dos trabalhadores”, no quadro das comemorações da 17ª semana nacional de inspecção-geral do trabalho, Joaquina Lichone Calenga, ao dirigir-se aos funcionários da empresa de construção civil Lyon, realçou que no primeiro trimestre deste ano, o MAPESS registou apenas 13 casos de conflitos laborais, ao passo que em 2010 foram notificados 59 ocorrências.

Sublinhou que os casos de conflito laboral mais frequentes são os despedimentos anárquicos, subsídios de férias e salários em atraso, situações a que o MAPESS tem sabido encontrar soluções junto do patronato.

O mapess, segundo a responsável, vai continuar a intensificar o trabalho de inspecção, com vista a cumprir-se rigorosamente os direitos e deveres dos trabalhadores, bem como a segurança no local de trabalho. Segundo Joaquina Lichone, neste capítulo, o seu organismo vai continuar o trabalho até que as entidades patronais comecem a respeitar os artigos 43 e 45, que consagram os direitos e deveres dos trabalhadores. Durante a semana nacional de inspecção-geral do trabalho, a direcção provincial do MAPESS vai realizar, entre outras actividades, palestras sobre a não discriminação de seropositivos no local de trabalho, despedimentos anárquicos, os direitos e deveres dos trabalhadores, salário mínimo nacional.

1.7 Cidade de Luanda tem défice de escolas

Jornal de Angola
19 de Maio de 2011

O director provincial da Educação de Luanda, André Soma, disse na terça-feira, no município de Cacuaco, que a província de Luanda precisa de 17 escolas de 12 salas para enquadrar 32.120 mil que estão fora do sistema de ensino.

André Soma, que falava durante um encontro com os professores do ensino primário sobre a reforma educativa, assegurou que o processo de reforma educativa em curso no país tem diversas vantagens, relativamente ao anterior sistema de ensino, no que se refere à aplicação dos novos métodos e conteúdos curriculares.

Sobre a monodocência (um professor para todas as disciplinas) que actualmente funciona da pré até à 6ª classe, disse que este modelo de ensino vai continuar até à 4ª classe, devendo a 5ª e 6ª classes contar com mais dois professores, perfazendo um total de três. “Um professor vai encarregar-se de leccionar as disciplinas de Língua Portuguesa e História e Geografia, outro vai ministrar as disciplinas de Matemática, Educação Visual e Plástica (EVP) e Formação Manual e Politécnica e o terceiro vai leccionar Educação Moral e Cívica, Educação Física e Educação Musical”, sublinhou André Soma.

Reforma educativa

Durante o encontro, que se destinou a ouvir a opinião dos docentes do ensino primário relativamente às vantagens e desvantagens da reforma educativa, o director provincial reconheceu os esforços dos professores na educação e formação das crianças. André Soma frisou que deve ser dada atenção especial ao ensino primário, porque é nele que se inicia a formação séria, sólida e sustentável das crianças.

Grande parte das preocupações levantadas pelos professores tem a ver com a monodocência, distribuição de manuais escolares, baixos salários e actualização de categorias, como admitiu a professora Analdeth Madalena Kachec.

Para ela, os professores têm tido muitas dificuldades em leccionar a cadeira de Educação Musical e outras disciplinas, por falta de domínio. “Imagine que uma professora formada em Geografia e História é indicada para leccionar as disciplinas de Educação Musical e de Educação Física, logicamente terá dificuldades”, considerou, Francisco Teka, professor da escola primária do Ludi 1, defendeu a necessidade de a direcção provincial da Educação recrutar professores especializados na cadeira de Educação Musical “para não deturpar a mente das crianças”, disse.

Merenda escolar

Quanto ao programa de merenda escolar, o director provincial de Educação de Luanda esclareceu que os valores atribuídos para o presente ano lectivo não são suficientes para atender os cerca de 420 mil alunos contemplados na província de Luanda. André Soma afirmou que dos valores disponibilizados apenas vai beneficiar 7.500 alunos, a partir do mês de Junho.

“Luanda possui 420 mil alunos que precisam de se alimentar todos os dias”, disse André Soma. No quadro da sua visita às escolas, o director provincial de Educação de Luanda já manteve encontros com os professores dos municípios de Cacuaco, Viana, Samba, Kilamba Kiaxi, Rangel, Maianga e Ingombota, devendo visitar hoje os municípios do Sambizanga e Cazenga.

1.8 Desemprego no interior de Angola atinge mais de 30 por cento

Semanário Angolense
De 21 à 28 de 2011

O economista Alves da Rocha disse, na segunda-feira, 16, que 36 por cento da população economicamente activa do interior do País não tem emprego. O especialista falava em Benguela, por ocasião do primeiro fórum empresarial, evento que decorre à margem – da Feira Internacional de Benguela, no Estádio de Ombaka, reunindo uma série de profissionais da área.

“No interior, a taxa de desemprego estimada por nós ronda os 36 por cento da população economicamente activa, o que não se passa nas regiões do litoral, onde a de desocupação é incomparavelmente inferior. Luanda continua a ser o grande pólo de atracção da população e da força de trabalho, porque qualquer coisa que se faça na capital gera lucros, e a taxa de desemprego tem decrescido; em 2007, atingiu apenas 17 por cento”, referiu o economista

1.9 Inflação atinge 3,21 por cento nos primeiros quatro meses

Jornal Factual
De 21 à 28 de Maio de 2011

No mês de Abril, a inflação foi de 0,92 %, a maior dos primeiros quatro meses de 2011. Recordar-se que em Janeiro a inflação situou-se em 0,63% contra 0,83% em Fevereiro e 0,78% em Março. Este pequeno desvio pode indicar uma maior aceleração dos preços no segundo semestre do ano em curso. Destaca-se que a expectativa de inflação para 2011, avançada pelo Executivo, é de 12%, mas que a revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE), que poderá acelerar as despesas públicas

e contribuir para um novo choque na procura de bens e serviços.

Outro factor de risco de retoma da inflação esta relacionada com o afrouxamento da política monetária em relação tanto as reservas obrigatórias, quanto pela queda da taxa de redesconto que visa aumentar a liquidez dos bancos comerciais. Na realidade, as autoridades monetárias estão perante um dilema entre a manutenção em alta das taxas de juros para conter a inflação e a necessidade cada vez crescente de expansão do crédito para gerar mais produção, emprego e competitividade na economia.

Os alimentos continuam a ser ainda um forte factor de estrangulamento dos preços, porquanto continuam a subir mês a mês. O crédito a agricultura apesar de ter crescido substancialmente com a linha de crédito aberta pelo Executivo, mas parece estar ainda aquém de produzir os resultados para contribuir, assim, na queda da inflação dos alimentos e que muito pesa no Índice de Preços no Consumidor (IPq). No entanto, a classe alimentação e bebidas não alcoólicas foi a que registou o maior aumento de preços com 1,41%, seguido da classe de vestuário e calçados com 1,33%, os transportes, outro grande vilão dos preços, com 0,75% e a saúde com 0,74%.

Em Abril, os produtos alimentares produzidos internamente contribuíram fortemente para a alta da inflação, assim, o preço do tomate variou 6,18%, a fuba de bombó aumentou em 3%, as miudezas de vaca 2,98%, o carapau seco variou 7,99%, o pão cassete 1,36%, o carapau fresco 0,64%, o pão carcaça acrescentou em 1,97%, o cachucho fresco 0,93%, a corvina seca cresceu 3,83% e o bagre fumado 3,92%. Mas os bens alimentares importados também não ficaram de fora: o preço da fuba de milho aumentou 2,23%, a massa alimentícia 1,93%, chispe de porco 4,09%, o arroz corrente 1,55%, o arroz agulha 1,22% e a carne de primeira variou em 1,50%.

Em Março, o preço da água em tambor subiu 5,40%, a fuba de bombó cresceu 3,69%, o gás butano variou em 3,60%, o pão cassete com 1,28%, o pão bola com 4,88%, o pão carcaça com 0,52%, a fuba de milho ficou mais cara em 1,64%, o arroz agulha aumentou 0,81 % e o preço da batata rena cresceu 1,68%. O peixe, que de algum tempo para cá vem sendo fustigado pela inflação, também sofreu forte variação: o preço do carapau fresco aumentou 0,48%, a sardinha fresca variou 2,55% e o carapau seco subiu 0,68%. O feijão castanho subiu 1,42%, a manteiga 2,83%, a carne de primeira com 0,26% e a cerveja nacional com 0,36%.

No mês de Fevereiro, o táxi-colectivo registou um aumento de 2,69%, a fuba de bombó cresceu 3,92%, a água em tambor subiu 5,03%, o pão cassete com 1,57%, o açúcar branco com um acréscimo de 2,43%, a fuba de milho variou 1,80%, as miudezas de vaca 1,52%, o leite em pó com 0,98%, o carapau fresco com 0,98%, o bagre fumado com 4,89%, a batata rena aumentou 1,28%, o cachucho fresco com 1,54%, o feijão castanho com 2,02%, a sardinha fresca 2,55%, a corvina seca com 3%, a corvina fresca com 1,44% e o óleo de soja com 0,61%.

1.10 Combate à pobreza

Jornal Expansão
27 de Maio de 2011

Há uma expressão, originariamente atribuída ao povo, aqui entendido como classes sociais desfavorecidas, segundo a qual o PIB não enche a barriga. O alcance desta tese popular, sob o ponto de vista em que geralmente é colocada, não sugere textualmente o desconhecimento de que é com o crescimento económico que se elimina a pobreza. Não. Esse desabafo popular encerra antes a ideia de que o discurso do PIB é psicologicamente enlouquece dor e fisiologicamente torturante, quando as pessoas não sentem directamente a satisfação social, resultante do crescimento económico. Ou, como dizia há duas semanas neste espaço, quando não se vislumbra de modo tangível o paralelismo entre o crescimento económico e o desenvolvimento social. E, se bem dito por parte do povo, este aforismo parece agora mais bem percebido por parte do Executivo. As autoridades angolanas projectam replicar uma experiência que retirou milhões de brasileiros de baixo da linha da pobreza, por obra do celebrado Lula da Silva. Conforme se diz também nesta edição do Expansão, o projecto submetido ao Executivo pelo partido que o sustenta consistirá numa transferência directa de recursos financeiros para as populações, especificamente as que se encontram em situação de pobreza extrema que, citando estudos oficiais, compreenderão perto de um terço da população total. É verdade que algumas vezes já se mostram reticentes, se não mesmo contra, quanto à anunciada intenção do Executivo. Quer pela exequibilidade e sustentabilidade do programa em causa. Quer pelas eventuais razões eleitoralistas que estarão por detrás da sua concepção, tendo-se conhecimento de que a efectiva implementação da “Bolsa Social de Apoio ao Rendimento Familiar” ocorra às portas da campanha eleitoral. Deixando, entretanto, a dimensão política do projecto para conversas de outro rosário, não se pode não reconhecer que, a atingir os objectivos a que se propõe, esta iniciativa acabará por ser um marco indelével da actual governação do país. Afinal, em última análise, o que importa mesmo é que o PIB encha a barriga.

1.11 Trabalho e emprego

Jornal de Angola
27 de Maio de 2011

Angola só pode ser um país grande se os angolanos trabalharem para isso. Nenhum país evolui se o seu povo permanecer na ignorância e no analfabetismo. Nenhum país é rico só porque tem recursos naturais valiosos. A grande riqueza está nas pessoas. Mas como o petróleo tem de ser extraído, os diamantes lapidados, os campos cultivados, também os recursos humanos têm de ser valorizados. Mas não basta abrir escolas para todos e garantir a cada criança um professor. É preciso estudar desde o primeiro dia de aulas até ao dia da conclusão de uma licenciatura ou da formação profissional.

A riqueza de um país vem do trabalho de cada um. Em Angola temos uma população jovem, o que significa uma riqueza sem igual. Mas os jovens têm de estudar e têm de trabalhar para criarem riqueza. Esse é o primeiro passo. Todos os cidadãos têm de pagar impostos para que o Estado possa oferecer ensino de qualidade, saúde para todos, boas estradas, bons transportes públicos, habitações. Sem o dinheiro dos nossos impostos não é possível oferecer serviços essenciais a toda a população. Temos como primeiro factor de riqueza o elemento humano e o produto do seu trabalho. E depois os impostos. Se todos trabalharem e contribuírem com impostos há muito para distribuir por todos e sobretudo por aqueles que menos têm, ou nem sequer a possibilidade de vir a ter o suficiente para uma vida digna. Estas são as regras e ninguém vai conseguir o milagre de dar o que não existe ou distribuir por todos, segundo as suas necessidades, a riqueza produzida. A solidariedade social só faz caminho se todos cumprirmos os seus deveres cívicos.

No período de pós guerra há mil problemas para resolver em Angola. O Executivo sabe que precisa de qualificar os jovens porque eles são o futuro. E a aposta na educação tem sido tão evidente que não merece discussão. Os estudantes só têm que cumprir as suas obrigações. Os milhares de jovens que frequentam cursos de formação profissional nas escolas de todo o país, estão a receber uma ferramenta indispensável para arranjam emprego ou trabalharem por conta própria. Mas ninguém pode esperar que tudo lhe cai nos braços. E muito menos os jovens licenciados podem ficar à espera que o Estado vá buscá-los a casa para irem trabalhar.

Já não existe o tempo em que tirar um curso superior dava direito a um bom emprego. Nos tempos que correm, concluir uma licenciatura, mesmo numa escola estrangeira de alto nível, não dá especiais direitos aos licenciados. E muito menos a garantia de um emprego

nos serviços do Estado. Temos de acabar, de uma vez por todas, com preconceitos elitistas e sobretudo de ficar à espera que seja o Estado a resolver todos os nossos problemas. Há camadas da população que precisam verdadeiramente de cuidados especiais, de protecção especialíssima. E é com esses estratos sociais que o Executivo tem que se preocupar em primeira linha.

Prestar especial atenção às comunidades do mundo rural é uma obrigação que decorre da necessidade de promover a coesão social. E também da solidariedade que todos devemos a quem ainda não tem o mínimo e vive abaixo do limiar de pobreza. Os jovens dos grandes centros urbanos, que tiveram possibilidade de estudar nas escolas médias e superiores, são chamados a estar na primeira linha de acções solidárias que levem ao interior do país quem sabe mais e, por isso, é capaz de fazer mais e melhor. Não podemos ficar todos acantonados nas grandes cidades, exibindo os nossos diplomas e exigindo um lugar de ministro.

Angola espera de todos os seus filhos muito trabalho e muita dedicação.

Mas temos de reconhecer que a nossa produtividade está a níveis muito baixos e se ninguém fizer nada para alterar esta situação, por mais petróleo que jorre, seremos sempre pobres. Os que conseguiram um emprego, têm a obrigação de assiduidade. Não podemos continuar a faltar por da cá aquela palha. Nas empresas e nos serviços públicos há dezenas de trabalhadores que faltam ao serviço ou não cumprem o horário com a desculpa dos engarrafamentos de trânsito. Alguns até já desculpam a sua preguiça e falta de assiduidade com “os problemas” de estacionamento. Esses são os primeiros a exigir melhores salários, mais regalias e melhores condições de vida. Os seus filhos e parentes, nos tempos livres, fazem manifestações de protesto contra quem lhes dá tudo e praticamente nada lhes exige, nem sequer que justifiquem o salário que auferem ou que vão todos os dias ao emprego, quanto mais não seja para assinar o livro de ponto ou para fazerem uma prova de vida.

Angola é um país muito rico porque tem uma população jovem. Mas essa riqueza tem que ser trabalhada, lapidada e bem aproveitada onde faz falta. Se queremos verdadeiramente fazer de Angola um grande país temos de começar a pensar que Angola é muito mais do que Luanda e que de Norte a Sul do país há muito posto de trabalho à espera de quem queira I f mesmo produzir e não apenas conseguir um emprego.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Administrador manifesta de concessão de crédito ao comércio

Jornal de Angola
01 de Maio de 2011

O administrador comunal de São Pedro da Quilemba, no município de Cambambe, província do Kwanza-Norte, Xavier Andrade Lourenço, defendeu na sexta-feira a necessidade de concessão de crédito ao comércio, por forma a garantir uma base financeira aos comerciantes locais.

Em declarações à Angop, afirmou que muitos comerciantes estão incapacitados de prestar um serviço completo à população por falta de recursos. Na ausência deste pacote, são notórios os fracos investimentos no sector, sobretudo no meio rural, o que contribui para as constantes deslocações dos aldeões à sede do município, em busca de bens de primeira necessidade, sobretudo alimentares, referiu.

Xavier Andrade é de opinião que o Executivo deve realizar um levantamento total para avaliar a capacidade de gestão dos comerciantes e posterior selecção para os inserir em políticas financeiras de concessão de crédito. Indicou a existência de duas lojas e 11 cantinas, viradas essencialmente ao comércio precário, na sua área de jurisdição, cujos proprietários se queixam da falta de dinheiro para apetrecharem os estabelecimentos, tomando cada vez mais difícil o modo de vida dos habitantes, que se vêem obrigados a deslocar-se ao Dondo (sede do município), muitos deles percorrendo longas distâncias a pé.

No município, informou aquele responsável, o comércio rural não é permanente, facto que tem contribuído para a deterioração de muitos produtos no campo, com realce para o amendoim, milho, mandioca, batata-doce e feijão.

Com 1.203 quilómetros quadrados, a comuna de São Pedra da Quilemba possui uma população estimada em 3.071 habitantes, distribuídos em 15 aldeias. A sede municipal situa-se a 45 quilómetros da vila do Dondo.

2.2 Quase centenas e meia de camponeses receberam crédito agrícola de campanha

Jornal de Angola
05 de Maio de 2011

Ao todo, 145 camponeses do Luinha, Golungo-Alto, beneficiaram, na quinta-feira, de um crédito agrícola de campanha, de 45 milhões de kwanzas, financiado pelo Banco de Comercio e Indústria (BCI), com um prazo de reembolso de dez meses.

O crédito agrícola, criado para combater a fome e reduzir da pobreza nas zonas rurais, foi lançado pelo presidente do Conselho de Administração daquela instituição, que, na ocasião, entregou, igualmente, catanas, enxadas, limas, moto-bombas, pulverizador, sementes industriais e uma carrinha para escoamento dos produtos.

O município do Luimba, a 24 quilómetros da sede do Golungo-Alto, tem 269 famílias, que vivem, essencialmente, do campo, 128 das quais associadas em 26 cooperativas. O lançamento desta campanha foi possível graças a uma orientação superior, disse o presidente do Conselho de Administração do banco, recordando que antes das últimas eleições no país, os camponeses eram os que menos beneficiavam do sistema bancário, apesar da sua importância na estrutura económica do país.

Os preços dos produtos nos mercados locais, frisou o responsável, devem ser justos e ao alcance dos camponeses para os poderem adquirir para a alimentação.

Simão da Costa, 46 anos, camponês há mais de 30, um dos beneficiários, que recebeu, entre outros instrumentos de trabalho, uma moto-bomba e sementes, prometeu tudo fazer para aumentar a produção.

Maria de Nazaré Miguel, que além de camponesa, exerce igualmente o professorado, afirmou que o crédito chegou em boa altura, já que se está na fase em que as hortícolas começam a ser plantadas.

“Com as sementes de cebola, repolho, alho e de tomate penso que vamos poder trabalhar sem sobressaltos”, referiu.

O administrador municipal do Golungo-Alto, Cirilo Mateus, agradeceu a iniciativa do banco, frisando que se trata de uma acção de combate à fome e pela redução da pobreza, que beneficia 50 camponeses da localidade do Luinha. A luta de combate à pobreza, disse, é um Compromisso do Executivo angolano e um dos maiores desafios na edificação de uma economia sustentável no país.

Cirilo Mateus exortou os que ainda não aderiram ao crédito agrícola a fazê-lo e disse aos já beneficiários que utilizem os kits para os fins desejados para aumentarem os níveis de produção e de rendimento para no final conseguirem reembolsar os valores adquiridos.

2.3 Quase centena e meia de camponeses recebeu crédito agrícola de campanha

Jornal de Angola
05 de Maio 2011

Ao todo, 145 camponeses do Luinha, Golungo-Alto, beneficiaram, na quinta-feira, de um crédito agrícola de campanha, de 45 milhões de kwanzas, financiado pelo Banco de Comercio e Indústria (BCI), com um prazo de reembolso de dez meses.

O crédito agrícola, criado para combater a fome e reduzir da pobreza nas zonas rurais, foi lançado pelo presidente do Conselho de Administração daquela instituição, que, na ocasião, entregou, igualmente, catanas, enxadas, limas, moto-bombas, pulverizador, sementes industriais e uma carrinha para escoamento dos produtos.

O município do Luimba, a 24 quilómetros da sede do Golungo-Alto, tem 269 famílias, que vivem, essencialmente, do campo, 128 das quais associadas em 26 cooperativas. O lançamento desta campanha foi possível graças a uma orientação superior, disse o presidente do Conselho de Administração do banco, recordando que antes das últimas eleições no país, os camponeses eram os que menos beneficiavam do sistema bancário, apesar da sua importância na estrutura económica do país.

Os preços dos produtos nos mercados locais, frisou o responsável, devem ser justos e ao alcance dos camponeses para os poderem adquirir para a alimentação.

Simão da Costa, 46 anos, camponês há mais de 30, um dos beneficiários, que recebeu, entre outros instrumentos de trabalho, uma moto-bomba e sementes, prometeu tudo fazer para aumentar a produção.

Maria de Nazaré Miguel, que além de camponesa, exerce igualmente o professorado, afirmou que o crédito chegou em boa altura, já que se está na fase em que as hortícolas começam a ser plantadas.

“Com as sementes de cebola, repolho, alho e de tomate penso que vamos poder trabalhar sem sobressaltos”, referiu.

O administrador municipal do Golungo-Alto, Cirilo Mateus agradeceu a iniciativa do banco, frisando que se trata de uma acção de combate à fome e pela redução da pobreza, que beneficia 50 camponeses da localidade do Luinha. A luta de combate à pobreza, disse, é um compromisso do Executivo angolano e um dos maiores desafios na edificação de uma economia sustentável no país.

Cirilo Mateus exortou os que ainda não aderiram ao crédito agrícola a fazê-lo e disse aos já beneficiários que utilizem os kits para os fins desejados para aumentarem os níveis de produção e de rendimento para no final conseguirem reembolsar os valores adquiridos.

2.4 Responsável quer concessão de microcrédito

Jornal de Angola
08 de Maio de 2011

A secretária-geral da Organização Interafricana do Café, Josefa Secko, exortou, em Luanda, o Executivo angolano a criar mais incentivos à produção de café, principalmente para os agricultores familiares.

De acordo com Josefa Secko, o aumento da produção depende da política do Executivo para incentivar a produção do sector e os produtores familiares, através da concessão de micro-crédito.

A secretária-geral da Organização Interafricana de Café falava na quinta-feira numa palestra sobre “O comércio internacional de café no sistema internacional”, na Universidade de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS). Josefa Secko destacou a necessidade dos pequenos produtores de café abandonarem as antigas técnicas de produção e adoptarem as novas de mecanização agrícola, com base em pesquisa científica.

O crédito agrícola de campanha, sugeriu, devia abranger diferentes áreas de produção de café. Sublinhou que o aumento da produção pode criar muitos postos de trabalho, mas tudo depende de políticas de incentivo do Executivo.

Durante a palestra, deu como exemplo o Vietname, actualmente segundo maior produtor mundial de café, que apostou na investigação científica. Explicou que, até 1975, aquele país não produzia café, mas com um grande incentivo e pesquisa científica passou a produzi-lo.

Tudo isto, continuou, está ligado à grande performance técnica dos tigres asiáticos (Japão, Coreia do Sul e Vietname), nos sectores da educação, político e económico, o que lhes permitiu alcançar patamares de desenvolvimento muito alto. A palestra foi organizada, com o intuito de contribuir para o reforço da capacidade intelectual dos estudantes universitários, em particular das Relações Internacionais.

2.5 Banco no huambo disponibiliza verbas para o crédito agrícola

Jornal Independente
14 de Maio 2011

Um biliões 143 milhões e 700 kwanzas são o valor que os bancos comerciais disponibilizaram de Agosto de 2010 a presente data aos camponeses da província do Huambo, no quadro do programa do Governo de crédito agrícola de campanha. De acordo com o vice-governador da província do Huambo para o sector económico, David Barbosa, estes valores foram disponibilizados pelo BPC, BCI, BAI Banco Sol, ao abrigo do decreto-lei de 14 de Abril de 2010, para apoiara campanha agrícola no país, com vista a combater a pobreza.

David Barbosa que falava a propósito da II fase do crédito agrícola de campanha do BCI, aberta terça-feira, disse que os valores em referência beneficiaram sete mil e 346 famílias camponesas de 10 municípios da província. Trata-se dos municípios de Huambo (capital da provincial), Caála, Bailundo, Tchicala-Tcholohanga, Katchiungo, Ukuma, Ekunha, Longonjo, Tchindjendje e Londuirnbali, faltando apenas o Mungo que será abrangido nos próximos dias.

O vice-governador reafirmou que o crédito agrícola de campanha está a cumprir o seu papel no combate à fome e à pobreza no país. “Este é um indicador bom e positivo, mais que ainda não é suficiente porque queremos ver maiores resultados da produção dos beneficiários, bem como o impacto que criou junto das famílias, associações agrícolas e cooperativas”, realçou.

Por isso, apelou aos beneficiários do crédito agrícola de campanha para aumentarem a produção e escoarem os produtos para o mercados de consumo, por forma a obterem lucros para o sustento das suas famílias, reembolsar os valores aos bancos, e cumprir os objectivos do governo.

2.6 Crédito agrícola atrai oportunistas

Semanário Factual
De 14 a 21 de Maio de 2011

A ganância de gente oportunista e que geralmente está sempre bem informada levou-a a aventurar-se na actividade agrícola, fundamentalmente, porque os créditos são aliciantes e com pagamentos a longo prazo.

A excepção de meia dúzia de fazendeiros na Huíla, no Huambo, no Bié, em Benguela e no Kwanza-Sul, os restantes (dirigentes políticos e militares) apenas se aproveitaram das suas funções, para usurpar centenas de hectares por Angola fora, mas, no fundo, as suas unidades nada produzem por falta de vocação no ramo e de

perspicácia na contratação de mão-de-obra nacional ou estrangeira.

Se o Estado Angolano não regulamentar os termos de propriedade e da actividade agrícola, corre-se o risco de as melhores terras continuarem abandonadas, pois os actuais titulares não sabem o que fazer com elas e apenas andam à espreita do melhor momento, para revender essas fazendas a peso de ouro.

Por isso, o novo esforço do Governo, anunciado terça-feira, 10, pelo ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Canga, no sentido de se melhorarem as práticas de cultivo e de produção agrária, mediante a troca de experiência com as empresas estrangeiras, deverá ter em conta a realidade actual deste sector.

A degradação dos campos e das estruturas agrícolas durante os 27 anos de guerra está a criar muitas dificuldades ao processo da retoma da produção alimentar. Os camponeses perderam o hábito do cultivo, pois passaram longos anos a viver na periferia das cidades, com doações do Governo e do Programa Alimentar Mundial (PAM).

Depois de uma vivência de duas décadas nas cidades, os camponeses divorciaram-se, definitivamente, da sua actividade primária e ganharam outros hábitos e costumes. Hoje em dia, já não aceitam esperar por seis meses para ver o fruto do seu trabalho. E como no campo falta de tudo, ninguém quer deixar a cidade para regressar ao passado.

Por saber destes e de outros problemas do sector, o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural reconheceu não bastar o País ter muita terra e água, mas também necessário saber adoptar e criar novas tecnologias de exploração dos recursos naturais disponíveis.

O governante alertou aos angolanos o País necessitar de alimentos para milhões de pessoas, sendo, por isso, obrigado a adoptar as melhores práticas mundiais de preparação de terras, sementeira, regadio, colheita e comercialização da produção.

Como as necessidades são grandes e tendem a aumentar, Afonso Canga incentivou as empresas estrangeiras, em particular, a investirem mais no País, através de filiais e sucursais, aproveitando as oportunidades de negócios, para a criação de bens e a oferta de serviços no sector agrícola.

Além da responsabilidade de fomentar e de modernizar a agricultura, o órgão de tutela deve, igualmente, criar laboratórios regionais, para apoiar a investigação científica dos principais produtos, a fim de que possam fazer frente aos importados.

2.7 Inefop e banco sol assinam protocolo para concessão de micro crédito

Jornal de Angola
14 de Maio de 2011

Um protocolo para a concessão de micro-crédito a pequenas e médias empresas, avaliado em um milhão de dólares, foi celebrado em Luanda, entre o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, através do Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP), e o banco Sol, no âmbito do programa empenhedorismo na comunidade. O protocolo foi assinado pelo presidente da comissão executiva do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, e a directora do Inafop, Corina Jardim.

O acordo resulta de uma estratégia entre o Inafop e Banco Sol, no âmbito do programa sobre empenhedorismo na comunidade, como um produto destinado à população mais carenciada. O mesmo visa abranger a camada da população que por razões diversas está excluída do sistema bancário clássico e tradicional e também está desprovida de garantias reais patrimoniais.

O protocolo aponta quatro premissas fundamentais e tem um fundo de garantia avaliado em milhão de dólares americanos, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP). Estes recursos estarão na disposição do banco Sol. O acordo estabelece que será concedido mil dólares americanos ao crédito individual, ao passo que a um grupo de pessoa, constituído por cinco elementos, será concedido cinco mil dólares americanos.

O prazo de reembolso é de doze meses e susceptível de ser revogado para 24. O crédito tem um período de carência de três mês para permitir que os empreendedores beneficiados criem as condições técnicas e administrativas para o início da actividade.

2.8 Devedores devem honrar os seus compromissos

Jornal de Economia e Finanças
17 de Maio de 2011

Nem por isso, no nosso país, a taxa de crédito mal parado é assustadora, na medida em que estatísticas bancárias apontam para um índice de incumprimento de reembolsos de apenas oito por cento.

Mas, se a situação não é alarmante, ela deve ser estancada, num primeiro grau, com o recurso a medidas de educação dos tomadores de empréstimos bancários, no sentido de honrarem a tempo os seus compromissos de

reembolso dos valores recebidos, acrescidos dos respectivos Juros.

Numa outra perspectiva, o recurso aos tribunais será outra das saídas, como, de resto, tem acontecido um pouco pelo país inteiro, embora com pouca frequência. No entanto, o que se espera que venha a contribuir para a instauração de uma maior segurança no mercado financeiro é a entrada em funcionamento da ora criada Central de Informações de Risco de Crédito, um instrumento que garantirá aos bancos uma actuação mais segura no tratamento dos assuntos relacionados com os créditos bancários, sempre na perspectiva de que receberá empréstimos aquele que, minimamente, garanta reembolsá-los.

É importante que o consumidor tenha bem presente que os bancos trabalham com dinheiro alheio, e que, para sobreviverem, eles próprios necessitam dos reembolsos dos empréstimos concedidos, acrescidos dos respectivos juros. E vale ressaltar que, se a taxa de incumprimentos injustificados e de má fé, na maior parte dos casos, ronda os oito por cento, sempre será muito melhor quando os cumpridores chegarem aos 100 por cento.

2.9 Banca lusa lucra usd 276 milhões com angola em 2010

Semanário Continente
20 de Maio de 2011

Os bancos portugueses que actuam em Angola lucraram, no seu conjunto, 138 milhões de euros no país africano em 2010, segundo informações postas a circular, recentemente, pelo diário português "Público". Metade do total foi encaixada pelo Banco Fomento Angola, do BPI, representando 28 por cento do lucro do grupo, que tem neste país o seu maior mercado estrangeiro. A mesma fonte refere que, o BF A alcançou no ano passado a liderança entre as instituições bancárias credoras no país, suplantando o Banco de Poupança e Crédito, que se manteve como maior depositário. O Banco Espírito Santo, que em Angola actua, sobretudo, no mercado grossista de apoio aos grandes negócios, encaixou 12 por cento do lucro total, perto de 34 milhões de euros. A maior fatia dos restantes lucros bancários portugueses em Angola coube ao Banco Totta, que recentemente estabeleceu uma parceria com o grupo público Caixa Geral de Depósitos, para investirem até 100 milhões de euros, na expansão de uma rede conjunta no país.

Os presidentes dos cinco maiores bancos portugueses, em que se inclui ainda o Millenium BCP, estiveram na última visita a Angola do PM português, José Sócrates

Durante a visita, será oficialmente lançado o plano de expansão do Banco Millenium Angola, do grupo BCP,

instituição financeira recém-criada, que terá um capital de perto de 25 milhões de euros.

Banca Lusa lucra USD 276 milhões com Angola em 2010

Aposta em Angola continua a render milhões aos ‘cofres’ dos bancos portugueses. A avaliar pela apresentação de resultados do BPI, BES e Millenium BPC só no ano passado as actividades das instituições em África renderam mais de 276 milhões de dólares (200 milhões de euros).

O Millenium BPC foi o banco que registou a maior subida nos resultados provenientes de Angola. Lucrou 23,6 milhões de euros em 2010, um ‘salto’ de 61,4%. O CEO do banco, Santos Ferreira, disse ao SOL que «o BCP perspectiva que a actividade em Angola vai continuar a crescer com o mesmo ritmo registado no exercício de 2010». O objectivo é «chegar aos 30 milhões de euros de lucros este ano», adiantou.

O Millenium Angola conta actualmente com 39 balcões (16 abertos em 2010 «e com mais de 80 mil clientes o que significa mais do que duplicar o número de clientes de 2009», sublinhou José da Costa, presidente executivo do Banco Millenium Angola, ao SOL. Mas a expansão do grupo no território não fica por aqui. A abertura de mais 21 balcões á está prevista no orçamento deste ano», acrescenta Santos Ferre ira.

Os resultados consolidados do Millenium BPC aumentaram em 34% para 301,6 milhões de euros, impulsionados pela actividade BPI e BES contam com Angola O BES também aumentou os lucros em África em 9,7%, para 92,6 milhões de euros. A actividade do BESA – Banco Espírito Santo Angola trouxe a maior fatia deste resultado, como explica o grupo em comunicado.

O banco liderado por Ricardo Salgado continua a ir buscar fora de Portugal uma grande fatia do lucro, que lá fora aumentou 13,6%, em relação a 2009, para 203,8 milhões de euros. Por essa razão, em 2010 investiu mais de 100 milhões de euros no reforço da presença internacional, destacando-se as operações no Reino Unido, Líbia, Espanha, e Moçambique, onde adquiriu 25,1 % do Moza Banco.

Já o BPI, presente no país africano através do BF A - Banco Fomento de Angola, líder da banca angolana, teve resultados líquidos de 184,8 milhões de euros, um aumento de 5,6%. Mais de 92 milhões vieram de Angola, o que representa uma subida de 9,7%, em comparação a 2009.

Os maiores accionistas do banco presidido por Fernando Ulrich são os espanhóis do La Caixa (30,1 %), os brasileiros do Itaú (18,9%) e a Santoro, de Isabel dos Santos, que detém 9,9%.

O Santander Totta e a CGD, que ainda não apresentaram contas, também estão presentes em Angola através de uma parceria. O Caixa Totta é detido em 51 % pelo banco estatal e pelo Santander Totta, em 25% pela Sonangol a qual também tem participações no BCP e no BFA - e o restante capital está nas mãos de dois investidores privados angolanos.

O Millenium BCP prevê abrir o seu capital até 33 por cento, em bolsa ou a investidores locais, e terá, numa primeira fase, uma rede 18 balcões, localizados nas principais cidades angolanas, e vai dirigir-se aos segmentos de pequenas e médias empresas e estratos sociais elevados. De acordo com o semanário Expresso, a Geocapital, sociedade controlada pelo empresário de Macau Stanley Ho, também vai entrar no sector bancário angolano, criando um banco de investimento virado para a participação em oportunidades de negócio no país, em particular projectos de infra – estruturas.

BMA – Banco millennium angola

A actividade do Banco Millenium Angola (BMA) teve início a 5 de Abril de 2006, com apenas três balcões, em Luanda. A presença do então Grupo BCP em Angola data de 2000 quando, por incorporação do Banco Português do Atlântico no Banco Comercial Português sucursal em Angola do BPA passou a sucursal do BCP. Em 2006 a sucursal foi transformada em banco de direito angolano, com a denominação de Banco Millenium Angola (BMA). Em 2009, no âmbito da conclusão dos acordos de parceria celebrados com a Sonangol e o Banco Privado Atlântico (BPA) o capital social do BMA foi aumentado em simultâneo com a entrada de novos locais. A Sonangol passou a deter 31,5% do capital do BMA e o BPA “assumiu uma participação de 15,8.% O BMA, por sua vez, adquiriu uma participação de 10% no capital do BPA, o banco onde a Sonangol tem como parceiro a Geocapital, de Stanley Ho

BFA - Banco de fomento angola

O BFA foi constituído como banco de direito angolano em 2002, por transformação da então sucursal do Banco Português de Investimentos (BPI). É um dos maiores bancos estrangeiros de Angola, com cerca de 120 balcões, centros de empresas e de investimento, mais de metade dos quais localizados em Luanda e os restantes espalhados por todas as outras Províncias do país. Em meados de 2008, o Banco BPI vendeu à operadora angolana de telecomunicações móveis Unitel, 49,9% do capital social do BFA. O BPI, que manteve a maioria, encaixou na altura 475 milhões de dólares americanos com a operação.

OBESA

Banco Espírito Santo Angola foi formalmente constituído em Agosto de 2001 e surge na sequência da decisão do Grupo BES de formar n um banco de raiz em Angola. Iniciou a sua operação em 24 de Janeiro de 2002, em Luanda, com um o, capital em kwanzas equivalente a 10 milhões de dólares americanos. Tem como principal accionista o Banco Espírito Santo, que controla 51,94% das) a acções, depois do grupo português ter de vendido, em Dezembro do ano passado, 24% do capital aos angolanos da . Portmill Investimentos e Telecomunicações, por 375 milhões de dólares. O capital restante está nas mãos da Geni, uma holding ligada a Isabel dos Santos, filha do presidente de Angola, com 18,99% das acções, e de investidores individuais, com os restantes 5,07%. O BESA tem uma rede de 30 agência e postos, dos quais 2/3 em Luanda e os restantes dispersos pelas Províncias, incluindo Benguela, Lobito, Lubango e Cabinda, entre outras. Já este ano, o BESA lançou a BESActiv, uma sociedade gestora de fundos de investimento constituída segundo a lei angolana. O BESA controla directamente 62% do capital e a ESAF, a gestora de activos do BES, detém 35%.

Banco BES admite ceder parte do seu capital em Angola

O Banco Espírito Santo (BES) admite que pode ceder mais capital do seu banco em Angola, actualmente de 75%, a investidores locais, revelou o presidente executivo da instituição, Ricardo Salgado. Para se manter como accionista maioritário, ou seja, superando 50%, deve ser realizada uma concessão de capital abaixo dos 25%. Actualmente, a equipe do Banco Espírito Santo Angola (BESA) tem cerca de 5% do capital e mais 20% são de outros investidores. A operação ICO de do BES em Angola foi a que registou maior crescimento (44,3%) do lucro Banco da instituição financeira em 2008, contribuindo com 48,2 milhões de euros para o resultado líquido consolidado. O produto bancário desta operação cresceu 45,5% e atingiu 129,5 milhões de euros. O Banco Espírito Santo de Investimento (BESI) também vai criar um banco de investimento em Angola, associado ao BESA, que tem actualmente 27 agências no país.

BCGTA - Banco caixa geral totta de angola

O Banco Caixa Geral Totta de Angola é o braço do Grupo CGD em Angola e opera no retalho, dispondo de uma rede de onze agências distribuídos por quatro Províncias e três centros de empresas. Foi formalmente constituído há cerca de um ano, no âmbito de um acordo que envolveu o Santander Totta, a Sonangol e dois investidores angolanos. No banco, a CGD e o Santander Totta controlam 51 %, através da Partang SGPS, uma holding detida em partes iguais pelos dois

bancos. O restante capital do BCGTA é detido pela Sonangol (25%) e por dois outros investidores individuais angolanos. A constituição do BCGTA é o corolário do acordo, fechado em 2006 entre a CGD e o Santander Totta, que passou pela entrada do banco público português no capital do Banco Totta de Angola, a instituição financeira que o grupo espanhol possuía em Angola e que viria a estar na génese, três anos mais tarde, do novo banco.

Em Janeiro 2010, foi obtido a autorização para a constituição do Banco para Promoção e Desenvolvimento (BPD), que terá um capital inicial de mil milhões de dólares, a deter em partes iguais pelos Grupos CGD e Sonangol. O BPD centrará a actividade na banca de negócios e de investimentos, visando o apoio ao desenvolvimento da economia angolana

Finibanco Angola

Posicionado como banco de cariz universal de apoio ás PM's a particulares e ao comercio externo angolano, com incidência especial nas transacções entre Portugal e Angola, o Finibanco Angola é uma instituição de direito angolano, constituída em Setembro de 2007 e que teve o seu início de actividade no segundo semestre de 2008. É controlado em 61 % pelo Finibanco Holding, enquanto que o restante capital é detido por parceiros locais. O presidente da mesa da I assembleia-geral é o influente político local, Carlos Feijó, ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente José Eduardo dos Santos. A expansão do banco começou logo em 2009, com a abertura de três novos balcões, dois deles situados em Luanda e o terceiro no Huambo. Em 2010, entrou em actividade um Centro de empresas, num Plano que inclui ainda a abertura de mais seis balcões até Dezembro, quatro deles em Luanda, um no Lobito e outro no Lubango. O objectivo é atingir 30 balcões no final dos primeiros três anos de actividade.

Banco BIC

É um banco Angolano de capital privado, constituído em 2005 por investidores angolanos e estrangeiros. A estrutura accionista é composta pelo Grupo Amorim e a Sociedade de Participações Financeiras (uma holding da filha do presidente angolano Isabel dos Santos), com 25% do capital cada, pelo empresário angolano Fernando Teles, com 20%, estando o restante distribuído por quadros do banco e outros accionistas angolanos, portugueses e luso-brasileiros.

O banco aposta no retalho, com serviços generalizados a particulares, pequenas e médias empresas e grandes grupos. Tem já mais de uma centena de balcões, das quais 54 em Luanda e mais meia centena espalhadas por todas as Províncias angolanas. A rede é complementada por nove centros e cinco balcões de empresas e

por um balcão private, na capital. Em Maio de 2008, a BIC lançou um banco em Portugal, com uma estrutura accionista semelhante ao do banco gémeo angolano e presidido pelo antigo ministro ao português, Luís Mira Amaral.

Fernando Teles, o decano dos Banqueiros portugueses em Angola Fernando Leonídio Mendes Teles, 58 anos, casado, natural de Alvarenga, é licenciado em Organização e Gestão de Empresas. Emigrou para Angola com 14 anos (1966), onde foi admitido, nesse mesmo ano, no sector bancário (antigo Banco de Crédito Comercial e Industrial), tendo portanto 44 anos de experiência bancária.

Ingressou nos quadros do antigo Banco de Fomento Exterior (BFE) tendo sido director. Como responsável máximo do BFE em Luanda, criou o banco a partir do zero, levando-o em poucos anos à primeira posição do ranking dos bancos privados de Angola. Transformou o BFE em banco de direito angolano em 2002, com o nome de Banco de Fomento de Angola (BFA), do qual continuou a ser o responsável máximo, como administrador residente. Em 2005 deixou o BFA para fundar, de raiz, o seu próprio banco. Assim surgiu em 2005 o Banco BIC, (...) onde Fernando Teles assumiu desde a primeira hora o cargo de Presidente do Conselho da Comissão Executiva, transformou-se, em cinco anos, num dos maiores bancos de Angola. Em 2008 fundou o Banco BIC Português, do qual é, também, o Presidente do Conselho de Administração. A instalação de uma agência do BIC em Alvarenga é característica da forma e a actuação de Fernando Teles levar banca a lugares que outros não consideram rentáveis estimulando o desenvolvimento das terras e a inventiva das gentes. Desde há alguns anos, Fernando Teles assumiu uma posição de relevo na actividade agrícola e pecuária de Angola, possuindo hoje quatro grandes fazendas agrícolas, onde tem já mais de 2000 cabeças de gados

Destaca-se do seu carácter, o seu indomável espírito de iniciativa, a sua capacidade técnica e de liderança, a permanente prontidão para ouvir e atender qualquer pessoa independentemente da posição económica ou social do seu interlocutor e a sua imensa generosidade.

A abertura de um banco em Alvarenga, só possível pela iniciativa e capacidade empreendedora de um filho de Arouca e de Alvarenga em particular, traduz, finalmente, o princípio do desenvolvimento das centralidades associadas ao eixo Alvarenga-Arouca-Escariz previstas no Plano de Desenvolvimento Estratégico do Concelho. Depois de na última década se terem imprimido múltiplos investimentos de carácter público e privado nas centralidades de Arouca e Escariz, com o sucesso hoje bem conhecido, era notória a dificuldade em gerar dinâ-

micas de progresso na centralidade de Alvarenga, apesar dos múltiplos investimentos públicos realizados nesta freguesia.

Agora, com a abertura do banco BIC, mais o importante investimento no equipamento social de elevada qualidade, da responsabilidade da Casa do Povo de Alvarenga e só possível pelo apoio de muitos mecenas altruístas, incluindo-se Fernando Teles como um dos mais generosos, entre outros investimentos que Fernando Teles tem já planeado ou em desenvolvimento para a freguesia, abre-se uma nova esperança para Alvarenga e fazem desta personalidade um cidadão de reconhecidos e honrosos méritos para o município de Arouca. Recentemente foi-lhe atribuído um prestigioso galardão municipal em Portugal, sob proposta do presidente da Câmara Municipal de Arouca, Artur Neves, a autarquia decidiu, por unanimidade, na reunião de 21 de Dezembro, atribuir a Fernando Teles a medalha de mérito municipal (grau ouro). Esta menção foi a 2 de Maio, feriado municipal, no salão nobre do município.

Nota de redacção

Nesta nossa incursão pelos banqueiros portugueses, que vieram para Angola e são os principais gestores e administradores dos principais bancos portugueses na altura hoje na sua maioria bancos de direito angolano mesmo na maioria dos casos continuarem a serem dirigidos por administradores Portugueses existem excessões no caso do BESA gerido por Álvaro Sobrinho embora respeitado em Portugal onde já chefiava uma importantíssima área do BES Carlos Silva Actualmente no BPA também oriundo do BES onde fizeram um trabalho brilhante, e Ricardo Abreu actual vice-governador do BNA antes no BNI angolanos motivo pela qual, não expusemos as suas imagens, o que faremos em próxima oportunidade quando nos referir-mos a nova vaga de bancários angolanos de sucessos.

2.10 BPC Concede mais de 100 milhoes de kwanzas de creditos

Jornal Semanário Factual

De 21 á 28 de Março de 2011

Banco de Poupança e Crédito (BPC) disponibilizou, de Janeiro a Abril deste ano, 177,5 milhões de Kwanzas, para apoiar o sector de produção alimentar no município do Ekunha, província do Huambo. O financiamento beneficiou cerca de mil e 500 famílias camponesas que exercem a actividade agrícola naquele município.

Conforme um documento da administração do município da Ekunha, citado pela Angop, a entrega enquadrou-se no programa do Governo de Concessão do Crédito Agrícola da campanha.

2.11 Projecto nacional de micro-crédito apoia as mulheres empreendedoras

Jornal de Angola

21 de Maio de 2011

O programa do Executivo de combate à fome, à pobreza e ao desemprego foi reforçado ontem com fundos destinados a 80 mulheres, numa parceria entre o Banco Sol e a Organização da Mulher Angolana (OMA).

Cada mulher pode concorrer a um valor mínimo de mil dólares ao máximo de dez mil dólares. O prazo de pagamento é de 12 meses e pode ser ampliado para 18 meses, com uma taxa de juros de dois por cento. A secretária-geral da OMA, Luzia Inglês, que falava durante o lançamento do projecto denominado “OMA vida nova com o Banco Sol”, disse que esta iniciativa vem minimizar a pobreza no seio das mulheres.

“Esta iniciativa está enquadrada nas estratégias do MPLA, que consagram o trabalho como um direito constitucional para que a mulher possa adequar as suas exigências, elevando consideravelmente a produtividade do seu trabalho e diminuir a pobreza”, disse Luzia Inglês, acrescentando que o propósito é continuar a lutar para a redução da - fome e da pobreza em Angola. O presidente do conselho da administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, disse que a parceria é uma orientação do Executivo para reduzir a fome e combater a pobreza, o desemprego, assegurar a inclusão social, resgatar a cidadania e o desenvolvimento social. Coutinho Nobre Miguel lembrou que o Banco Sol é a primeira instituição bancária e financeira no país que assumiu de forma plena o micro-crédito, com o propósito de reduzir a pobreza: “Através do micro-crédito as famílias mais carenciadas podem encontrar resposta adequada para desenvolver actividades geradoras de rendimento e assegurar o desenvolvimento humano”. Coutinho Nobre realçou que o grande objectivo do micro-crédito é criar condições para que todas as mulheres angolanas possam desenvolver em óptimas condições os seus negócios e criar rendimento e desenvolvimento alternativo, a fim de saírem da dependência:

A OMA mobilizou, por meios próprios, o fundo de garantia que vai servir para dar cobertura aos credores. O Banco Sol garante que vai fazer uma gestão rigorosa para que todas as mulheres que aderirem ao programa possam cumprir os requisitos e a amortização do crédito. “É importante que os cidadãos estejam conscientes de que se trata de um financiamento em que a OMA aparece como facilitador. Este dinheiro é para ajudar as mulheres a abrirem os seus pequenos negócios em todo o país”, disse Coutinho Nobre, que também garantiu que “não haverá atrasos no reembolso, nem na análise do processo, porque tudo está a postos para apoiar as mulheres angolanas”, disse. Felicidade de uma beneficiária.

Domingas André é uma das beneficiadas com o crédito. Disse à nossa reportagem que vê seus sonhos realizados ao receber dez mil dólares para abrir uma fábrica de gelo: “temos de louvar a iniciativa. Tenho a certeza que este projecto vai diminuir muito as carências das mulheres angolanas”, disse.

A cidadã Helena Kiala disse que este projecto vai reduzir a pobreza no seio das mulheres: “peço às outras instituições bancárias para fazerem o mesmo, no sentido de acabarmos com a pobreza, porque se as mulheres trabalharem vão ajudar os homens nas despesas familiares”, referiu.

2.12 Programa crédito agrícola melhora a produção rural

Jornal de Angola

22 de Maio de 2011

O administrador de Caculama, Miguel Serrote Gio, afirmou na quarta-feira que o lançamento da primeira fase do programa crédito agrícola no município está a permitir aos camponeses uma maior produtividade.

O responsável teceu estas considerações durante a visita de campo que a presidente do Conselho de Administração do Banco Sol efectuou à região, para avaliar a implementação e aplicação, pelos camponeses e cooperativas, da linha de crédito atribuído ao sector agrícola do município.

O referido empréstimo permitiu que quatro associações, duas cooperativas e agricultores privados recebessem 100 milhões de kwanzas, que foram aplicados na aquisição de meios de produção, como catanas, enxadas, limas, moto-bombas, sementes, fertilizantes e outros, para a expansão da sua actividade.

A presidente do CA do Banco Sol, Graça dos Santos Pedro, afirmou esta iniciativa visa sobretudo o aumento da produção agrícola e contribuir para o desenvolvimento económico do país, na sua plenitude, e da região de Caculama, em particular.

Ana Jeoveth, secretária da Associação do Nhangue Bulo, disse ao Jornal de Angola que, ao beneficiar do crédito, pensa expandir a actividade nas lavras, para o sustento das famílias de Caculama e para ajudar a combater a fome.

Elisa Bula, camponesa da referida associação, agradeceu o esforço do governo e prometeu trabalhar mais para cumprir os requisitos no reembolso dos valores.

2.13 Combater a pobreza extrema no país é uma tarefa de todos

Jornal de Angola
26 de Maio de 2011

A necessidade de erradicar a pobreza é uma dos objetivos do desenvolvimento do milénio. O presidente do Conselho Executivo do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, disse em entrevista exclusiva ao Jornal de Angola que “essa é uma tarefa que não pode apenas ser delegada ao Estado, deve mobilizar todas as forças activas., Por isso exortamos as instituições bancárias e financeiras a apoiarem este processo, para que possamos ter uma sociedade saudável”. O Banco Sol já disponibilizou 17 milhões de dólares para apoiar cooperativas agrícolas

Jornal de Angola Porque razão o banco Sol apostou no micro-crédito?

Coutinho Miguel-O Banco Sol desde a sua entrada no mercado financeiro angolano teve sempre no seu objecto social o microcrédito com produto fundamental. Temos programas específicos e contínuos com o Crédito Banco Sol. A sociedade, dia após dia vai tomando consciência de que é necessário redobrar esforços e mobilizar-se em torno do grande flagelo que é a pobreza e o desemprego.

JA – O banco está a trabalhar com o Executivo nos seus programas de combate à pobreza?

CM - Temos protocolos estabelecidos com o Executivo que consistem no crédito de consumo aos professores, enfermeiros, pessoal administrativos de instituições e comerciantes. Este é um programa assumido pelo Executivo, que se desenvolve de forma positiva, porque temos alcançado os objectivos preconizados.

JA – Que programas existem para o sector agrícola?

CM - Recentemente fizemos uma convenção financeira com o Executivo, que consiste no Crédito de Campanha, para apoiar as cooperativas agrícolas, associações de camponeses e agricultores individuais. A nossa economia até há pouco tempo era vulnerável porque dependia do petróleo. As políticas adoptadas pelo Executivo permitem desenvolver acções no sector industrial através de bancos comerciais. Nós estamos também a apoiar esses projectos.

JA - Quais são essas instituições bancárias nesse projecto de apoio à indústria?

CM - O Banco de Comércio e Industria (BCI), Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco Angolano de Investimento (BAI) e Banco Sol. Nós temos estruturas técnicas, valências, capacidades e conhecimentos na matéria, por sermos os primeiros a estruturar o microcrédito. Por isso, subscrevemos 50 milhões de dólares. O programa está dividido em três

etapas e na primeira, a nossa instituição já disponibilizou 17 milhões de dólares. Neste momento estamos a avaliar a primeira etapa, para partirmos para a segunda.

JA- Os programas para erradicar a pobreza são somente com Executivo?

CM - Não. Temos um programa com o Governo Provincial de Luanda, com a companhia petrolífera BP, com a Coca-Cola, e outras instituições que estendem a sua mão à cooperação, onde o Banco Sol aparece como agente operador e as instituições mobilizam os fim dos de garantia e identificam a população alvo.

JA – Nestes projectos o Banco Sol sai a ganhar?

CM - O micro-crédito é um produto que precisa de ser sustentável. Não pode ser visto numa perspectiva assistencialista ou filantrópica. Nós desenvolvemos este projecto como um negócio, porque são recursos aplicados que têm de ter um retomo que assegure a aplicação reprodutiva do capital. Por isso é que no exercício de 2010, o microcrédito contribuiu para as reservas do banco com cerca de nove milhões de dólares. Os projectos estão a decorrer numa atmosfera comercial positiva, e tudo porque os beneficiários têm tido uma correspondência exemplar.

JA - O Banco Sol tem outros produtos?

CM - o Banco Sol enquanto uma instituição bancária tem todo o tipo de produtos da banca clássica: crédito ao consumo, automóvel, habitação, de investimento, garantias bancárias. O Banco Sol desde a sua abertura já emprestou 354 milhões de dólares. Neste momento estamos a apoiar micro, pequenas e médias empresas, a estruturar operações de médio e longo prazo. Por essa razão criámos uma direcção de grandes empresas em vários municípios da província de Luanda, para apoiar o franco crescimento na capital.

JA – Como vai funcionar a direcção de grandes empresas?

CM – Estes centros vão estruturar operações de médio e longo prazo e assegurar o reposicionamento estratégico da banca angolana. São unidades especializadas que conhecem as necessidades reais dos empresários, desde a fase do nascimento, crescimento e desenvolvimento do seu negócio. Os centros de empresas vão atender sobretudo os grandes investidores, que precisam de um atendimento personalizado, inovação, qualidade e desenvolvimento. São operações que têm de ser estruturadas com maior rapidez, eficiência e conhecimento.

JA - O Banco Sol tem balcões em todo o país?

CM - Temos balcões em 15 províncias, e este ano, de acordo com a nossa filosofia de expansão, crescimento e afirmação no mercado, faremos a cobertura total do país.

JA - *Qual tem sido os critério para recrutamento de quadros?*

CM – Somos uma instituição privada de capitais nacionais e dirigida por nacionais. A nossa filosofia em termos de recrutamento baseia-se no princípio da equidade, transparência e justiça. A juventude precisa de empregos e nós, como uma instituição em crescimento, contratamos uma empresa que faz o recrutamento para que haja transparência. Hoje temos trabalhadores jovens dos 18 aos 35 anos, com formação média e superior. Aos nossos quadros também oferecemos formação.

IA - *Que conselho deixa às outras instituições bancárias para entrarem no combate à pobreza?*

CM - Não podemos apenas delegar a função de combater a pobreza ao Estado. Este processo deve mobilizar todas as forças activas do nosso país. Por isso, exortamos às instituições bancárias e financeiras a desenvolverem competências para que possam apoiar este processo, porque só assim podemos construir uma sociedade saudável, para o bem-estar de todos.

2.14 Crédito agrícola de campanha vai ganhar uma nova dinâmica.

*Jornal de Angola
26 de Maio de 2011*

O Banco de Comércio e Indústria (BCI) concedeu, na província da Huíla, até ao mês de Abril, crédito agrícola de campanha no valor de 51 milhões de kwanzas, segundo revelou ao Jornal de Angola a gerente daquela instituição na província.

Domingas da Natividade explicou que estes financiamentos foram concedidos a agricultores e camponeses organizados em associações e cooperativas dos municípios de Caluquembe, Caconda e Matala.

Ao todo, 162 famílias agrupadas em cooperativas e com fornecedores já pagos receberam empréstimos do BCI, no quadro do Programa de Crédito Agrícola de Campanha, projectado pelo Executivo para aliviar a pobreza no meio rural.

A gerente do BCI indicou que, para esse programa, a representação do BCI na Huíla tinha preconizado uma soma total de 97 milhões de kwanzas, pelo que ainda tem disponíveis 46 milhões.

Até segunda-feira última, no entanto, havia indicações de que os empréstimos do BCI para este programa venham a atingir, na Huíla, um total de 200 camponeses, dado que estão a ser assinados, neste momento, contratos por parte dos beneficiários, para serem liquidados na próxima semana.

Segundo Domingas da Natividade, o banco está a empreender maior dinamismo na cedência de crédito de campanha a todos aqueles que depois de cumprirem os

parâmetros, solicitam empréstimos.

O director provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural na Huíla, Lutero Campos, também é da opinião que o processo de cedência de crédito de campanha vai ganhar outra dinâmica nos próximos tempos. Para isso, grupos técnicos estão já a trabalhar na mudança de estratégia, para se corrigirem os erros que se verificaram na primeira fase.

Lutero Campo reconheceu que durante a primeira fase se verificou algum atraso na cedência de verbas para a aquisição de inputs agrícolas, o que fez com que o processo fosse implementado a níveis situados abaixo dos 50 por cento.

2.15 Acesso ao crédito está difícil

*Jornal de Angola
31 De Maio de 2011*

O Conselho de Auscultação e Concertação Social da província do Bengo esteve reunido e no final emitiu um comunicado onde revelou que dos 282 processo para pedido de concessão de micro-crédito foram apurados 223.

O Conselho de Auscultação e Concertação Social do Bengo, convocado para a sua primeira reunião ordinária manifestou a sua preocupação em relação ao número reduzido dos beneficiários de micro-crédito agrícola, refere o comunicado distribuído no final de semana no Caxito. O Conselho de Auscultação e Concertação Social da província do Bengo apelou os órgãos da comunicação social, para urna maior divulgação das condições de acesso ao micro-crédito e a revisão dos critérios de selecção e dos mecanismos da sua concessão.

Relativamente aos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, o comunicado refere cada um dos sete municípios da Província do Bengo, recebe anualmente 217,652 milhões de Kwanzas, para as acções previstas. O comunicado do Conselho de Auscultação e Concertação Social da província do Bengo revela que o município, do Caxito, recebe 277, 487 milhões de Kwanzas.

Os participantes foram informados sobre o andamento da execução dos projectos de abastecimento de água potável, energia eléctrica, saneamento básico e reparação das ruas e calçadas da vila do Caxito.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Administrador do Cazenga reúne-se com moradores

Novo Jornal
06 de Maio de 2011

APÓS MAIS uma tentativa de manifestação no sábado, dia 30 de Abril, os moradores do Cazenga, que reclamavam contra o estado degradante em que se encontram as vias do município, foram finalmente recebidos pelo administrador municipal, Victor Nataniel Narciso.

A segunda foi de vez. Os munícipes do Cazenga voltaram a concentrar-se sábado, em frente à administração municipal, para exigir a presença do administrador local, Victor Nataniel «Tany» Narciso num encontro previamente solicitado. Os moradores exigiam explicações sobre o porquê da paralisação das obras de reabilitação das principais vias do município que os “tem deixado num beco sem saída”.

O administrador, que se encontrava naquele dia na zona do Futungo a assistir ao congresso extraordinário do seu partido, o MPLA, viu-se forçado a abandonar por algumas horas o encontro partidário para atender ao chamamento dos munícipes revoltados que se encontravam concentrados defronte à administração desde as primeiras horas da manhã.

No encontro de mais de duas horas, que decorreu à porta fechada e com a entrada interdita aos jornalistas, o administrador Victor Nataniel Narciso explicou aos seus munícipes os projectos em carteira que visam dar outra imagem ao município, tido como o mais populoso de Luanda.

No final da sessão, Tany Narciso disse aos jornalistas que o encontro foi frutífero porque “serviu para auscultar as preocupações dos moradores do Cazenga”. O administrador, que reconheceu haver uma letargia na execução das obras, louvou a iniciativa dos munícipes, a que solicitou propostas para melhoria da circunscrição.

“De facto, é preciso que se acelerem as obras. A rua dos Comandos está numa situação lamentável e é necessário que se resolva o mais rápido possível. Pedimos propostas aos jovens, pensamos que nos serão entregues antes da revisão do orçamento, que está previsto para Junho”, finalizou o administrador,

Mas, ao que parece, as explicações do administrador não deixaram satisfeitos os “Cazenguista”, que exigem de Tany Narciso uma maior celeridade na execução das empreitadas.

“Não vou dizer que estamos satisfeitos porque de projectos estamos cansados. O Cazenga, ao invés de melhorar, está a pi9rar. Por isso, propusemo-nos trabalhar com a administração no sentido de resgatar a dignidade do

município”, sublinhou Fançony Sebastião, um dos mentores do protesto que defende igualmente a criação de espaços de lazer e subsídio de desemprego para redução do consumo de álcool no Cazenga.

“No Cazenga, não há espaços de lazer. O número de jovens nas casas de bebidas é elevado. Portanto, o governo deve ocupar os jovens, deve criar mais postos de trabalho ou ainda garantir subsídios de desemprego, porque a juventude do Cazenga está mal”, finalizou o também responsável do grupo.

No final, o administrador e o grupo de manifestantes acordaram marcar um próximo encontro, ainda sem data prevista, a fim de apresentarem as suas contribuições.

3.2 Chineses em Angola

Jornal Terra Angolense
De 07 à 21 de Maio de 2011

Além das grandes empresas chinesas que trabalham em Angola nos caminhos-de-ferro, estradas. Pontes e construção de grandes edifícios do Estado, um pouco por todo o país, o gigante asiático penetrou e de maneira no mercado informal, ocupando o espaço que restava aos angolanos para sua sobrevivência os chineses em Angola estão nos pequenos negócios de fotocópias, areia água e na construção civil para vulgares obras nos bairros da periferia de Luanda Entre os milhares de vendedores ambulantes que circulam diariamente em Luanda e noutras cidades de Angola, hoje é notória a presença de cidadãos chineses a vender medicamentos, roupas, calçados e bijutarias nas ruas.

Os chineses movem-se com muita facilidade na actual sociedade angolana, a coberto de documentos nacionais falsos, com a conivência de altas entidades do regime implicadas nos negócios.

3.3 Actividades infomais, uma forma de sustento de muitos jovens

Semanário Continente
20 de maio de 2011

Na sequência desses movimentos migratórios, tão logo provocou o surgimento de profissões e de novas classes sociais; se destacam zungueiros, lavadores de carros, roboteiros, engraxadores e cobradores de táxis.

Estas classes constituídas maioritariamente por jovens infelizmente, são os alvos predilectos da polícia nacional e dos fiscais dos governos provinciais, ao invés de encorajar aqueles que pretendem trabalhar através de programas de impacto concreto. As autoridades preferem optar pelo “chicote”, não se sabendo no entanto, que políticas a seguir para acabar com a pobreza e o desemprego.

A maioria não possui instrução académica que lhes permite ter acesso a formação nem meios financeiros para o ingresso em estabelecimentos de ensino. Por isso optaram por fazer trabalhos que mais se adequam a sua condição. Do exercício destas profissões, resultou uma espécie de solidariedade cujos laços se aproximam ao de uma cooperativa. Por exemplo este semanário constatou, na avenida dos combatentes, no bairro Comandante Valódia, a forma como esta cooperativa funciona.

O dia de trabalho começa muito cedo para todos eles, por volta das cinco horas de madrugada. Os lavadores de carros com clientes permanentes, não precisam esperar que estes acordem e dêem ordens. Lavam os carros, de maneiras que quando estes acordam já encontram os carros limpos e preparados.

Os zungueiros, fornecem aos lavadores sabão e detergentes, por isso também chegam cedo. Além disso, outro grupo, normalmente constituído de raparigas, fornece motorolas (sandes de fiambre ou de frango frito ou ainda mista), quer aos lavadores como aos zungueiros e aos engraxadores, bem como aos cobradores de táxi e aos vendedores de refrigerantes da coca-cola para seu pequeno almoço.

Com excepção dos cobradores, os outros efectuam o pagamento depois. Porque só recebem o dinheiro após a chegada do patrão itinerante ao acordar e efectuar a respectiva remuneração. O seu estado de dirigentes os tomou solidários, ao ponto de cooperarem entre si perfeitamente.

Os valores que ganham não são muitos, mas permitem manter a vida, conforme confidenciou ao Continente Eurico Januário, natural de Mussende província do Kwanza-Sul. Segundo ele, a lavagem de cada carro fica a 500 kwanzas. Por dia chega a lavar quatro a cinco viaturas, o que lhe permite tirar uma gasosa nacional a Kz 100.00 e uma motorola a Kz 200.00.

Restam sempre trocos que chegam para fazer algumas economias para comprar roupas usadas e calçados de fardo e ainda para mandar para a família lá na província de origem. Quando chegou de Mussende, o seu sonho era ser motorista de Hiace, “mas não conseguiu reunir valores para tirar a carta de condução”, afirmou.

O sonho não se realizou embora seus parentes vivam na Estalagem, prefere morar em baixo de prédios, na avenida dos Combatentes, porque ai já possui clientes permanentes. “Aqui já temos os nossos patrões. Depois de lavar, temos a certeza de que vamos receber o dinheiro”, assegurou para depois rematar: “não há mal que dure. O importante é não pararmos. Vamos conseguir, porque estamos a lutar”.

Já para’ Sofia Josefina Nzola, natural de Kimbele província do Uíge, a situação mostra-se completamente diferente. Veio de sua terra com uma tia, mas depois cruzou com um jovem do Lubango que lhe prometeu em casamento. Infelizmente este, depois de saber que ela estava concebida, desapareceu, (ou seja, tirou o pivão, como I se diz na gíria).

A tia expulsou-a de casa. Graças a uma] amiga que lhe emprestou algum dinheiro com que começou o negócio de (vender sandes. Todavia assegura que a I situação agora está boa. Alugaram um (quarto no bairro da Boa Fé próximo da cadeia de Viana e durante o dia vendem as suas mercadorias. A tardinha, elas apanham o autocarro de Viana de regresso à casa, e não há problemas. Apesar de sua voz áspera, Nzola espera o dia em que o pai da sua filha venha e juntos possam construir a vida. A reportagem falou também com Pascoal, um jovem engraxador de sapatos, que garantiu que faz em média 200,00 Kz a 500.00 por dia, mas como usualmente também vende cigarra e rebuçados, a safra pode atingir entre os Kz 2.200,00 ao passo que a vendedora de sandes, faz aproximadamente 3.500, quando tudo corre bem, para os :a engraxadores, a situação toma-se mais 1- fácil para aqueles que possuem clientes permanentes. Tal é a situação dos que trabalham em quartéis. Podem s facturar um pouco mais.

Os roboteiros facturam muita “bufunfa por serem bastante úteis. Manuel por exemplo explicou que é mais precisamente no período de chuva que o seu trabalho é mais produtivo devido à intransitabilidade em muitas ruas da capital. Os preços cobrados por ele, assim como os colegas, dependem do volume e da distância, variando entre Kz100.00 para cargas como geleiras e televisores. Um saco de cimento custa de kz 100 a 150, aplicando-se a mesma tarifa ao saco de arroz, caixas de massa alimentar e de óleo.

Em realce a conversa que mantemos com estes jovens, economistas chegam a conclusão de que as políticas do Executivo para a juventude precisam de ser reformuladas, para que haja integração de facto e que aqueles que mais precisam do apoio efectivo tenham acesso a ele. Os micro-créditos, os apoios a pequenas iniciativas familiares, devem ser suficientemente divulgados, para que estes, os principais alvos, tenham conhecimento das condições de acesso.

3.4 Arruaceiros provocam distúrbios

Jornal de Angola
26 de Maio de 2011

O director do Gabinete Jurídico do Governo da Província de Luanda, Carlos Alberto Cavuquila disse ontem em Luanda que a manifestação registada no antigo espaço do mercado Roque Santeiro foi “uma manobra” de partidos da oposição”. Alguns vens também estiveram na Praça da Independência numa manifestação ilegal.

Carlos Alberto Cavuquila disse que os participantes “faziam apelos à morte, de todas as pessoas que apoiam o MPLA e à destruição de bens públicos e igrejas”. O director do Gabinete Jurídico do Governo da Província de Luanda esclareceu que “houve um pedido para a manifestação mas havia irregularidades no documento, nem sequer constavam os domicílios dos subscritores”.

Mas havia mais irregularidades: “alguns nomes era fictícios, como Matéria Orgânica e Monte Revolucionário. O pedido foi enviado ao Governo Provincial de Luanda mas também constava no documento o nome da embaixada dos Estados Unidos da América e da Embaixada dos Países Pobres em Angola”.

Carlos Alberto Cavuquila disse que foi impossível contactar os subscritores do pedido de manifestação e, por isso, “concluímos que estávamos perante uma brincadeira de mau gosto”. O Governo Provincial de Luanda tentou um contacto com os promotores da manifestação via Internet mas eles responderam que não aceitavam falar “com membros do governo”. Qualquer manifestação nestas circunstâncias “é ilegal”.

Roque Santeiro

Antigas vendedoras, homens e crianças estiveram ontem no espaço do Mercado Roque Santeiro reclamando o seu regresso. “Nós viemos porque disseram-nos que foi autorizado o nosso regresso ao mercado.

As outras só não estão aqui porque ainda não foram informadas”, disse a vendedora Laurinda António.

Os manifestantes gritavam: “queremos o nosso Roque”. Uma patrulha da Polícia Nacional esteve presente para impor a ordem pública: “nós Estamos aqui para evitar situações de confronto”, disse um agente. A manifestação estendeu-se à Administração Municipal do Sambizanga, onde alguns manifestantes foram detidos por práticas de vandalismo e desrespeito à autoridade. Em declarações ao *Jornal de Angola*, o administrador do Sambizanga, José Tavares disse que a informação segundo a qual os vendedores podiam regressar ao Roque Santeiro “foi passa da por partidos da oposição.

Informamos os vendedores que era um falso alarme, porque aquela área está inseri da no plano de requalificação do município”. O administrador José Tavares acrescentou que o espaço pertence à “Zona c.” do plano de urbanização e foi destinada à construção

de habitação para a população: “as obras já começaram. Estamos a fazer naquele espaço habitações para a população, não é um projecto privado, mas sim do Executivo. O que pretendemos é criar melhores condições de vida às populações” José Tavares reprovou a manifestação e pediu à oposição para não usar crianças nas manifestações.

Os partidos políticos devem deixar de usar a população e principalmente crianças, para defenderem os seus interesses políticos. Tem de haver maturidade política, porque a luta pelo poder deve ser nas eleições”.

3.5 Zungueiras “assatam” ponte aérea dos congolenses

Semanário Continente
27 de Maio de 2011

A ponte aérea que liga os municípios do Kilamba Kixi e do Rangel está a ser danificada por populares que têm utilizado o espaço para fins comerciais. Segundo apurou o CONTINENTE, o local foi invadido pelas famosas “zungueiras”, complicando a passagem dos peões. Elas expõem os seus produtos, como se estivessem numa feira, atraindo os que passam. Dona Joaquina, como se identificou uma interlocutora, optou por vender dentro da ponte para aproveitar a passagem das pessoas que sobem ou descem. “Nós descobrimos que vender na passadeira é mais rentável”, contou, acrescentando que, “para além de vendermos bem, os polícias não circulam no local”. Consta que, os agentes da polícia fazem “vista grossa”, na sequência de alegados acordos com as “zungueiras”, que no final do dia dão uma gorjeta aos policiais. Na ponte regista-se maior enchente no período da manhã e da tarde, registando-se maior dificuldades na circulação devido os produtos que são estendidos no chão. Para além de dificultarem a passagem, as zungueiras produzem muito lixo que é deixado no local. Outra preocupação prende-se com os roboteiros que utilizam a ponte para a transportação de mercadorias nos carros de mão. Ainda assim, mesmo com a ponte, muitas pessoas preferem arriscar a vida atravessando a estrada em locais proibidos, sendo várias as que foram atropeladas.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 A periferia do comércio transfronteiriço

Jornal de Angola
09 de Maio de 2011

Luanda, Lubango e Ondjiva são três cidades angolanas de grande referência tributária, mas com grandes diferenças estruturais na arrecadação de receitas. Luanda, enquanto capital do país e com mais de cinco milhões de habitantes, é a que mais receitas arrecada. Seguem-se Lubango e Ondjiva, a primeira por razões turísticas e a segunda devido à sua situação de capital do Cunene, província de grande actividade comercial com a Namíbia, através da fronteira de Santa Clara.

A cidade do Lubango, hoje com pouco mais de Um milhão de habitantes, desponta como uma forte praça tributária. Os pontos turísticos e, acima disso, a hombridade das suas gentes, têm levado ao Lubango um grande número de turistas, nacionais e estrangeiros, aumentando assim as receitas fiscais. É a principal referência fiscal da região Sul de Angola, onde também irrompe o posto fronteiriço de Santa Clara, na província do Cunene.

Este ponto fronteiriço, com forte potencial económico no que a receitas fiscais diz respeito, é uma aldeia do município de Namacunde, que alberga o maior número de pessoas desse município e é, em resumo, o epicentro de toda a fortuna do Cunene, graças ao influente posto tributário ali implantado.

Em Santa Clara, a arrecadação de receitas pode atingir, mensalmente, se reflectida apenas a tributação alfandegária, uma média de 45 milhões de kwanzas e, anualmente, as contas podem fechar com valores acima de 700 milhões de kwanzas. Contabilizados os pontos fiscais aduaneiros que dependem de Ondjiva, a contribuição fiscal anual do Cunene para o Orçamento Geral do Estado pode situar-se em mais de 15 mil milhões de kwanzas.

No Cunene funciona o “paraíso fiscal” do Sul de Angola, porém, ainda assim, permanece um acentuado contraste entre os investimentos que são feitos em termos de infra-estruturas económicas e sociais e os que devem ser efectivados no quadro das vias de transporte rodoviário. Se a construção de habitações segue ao ritmo desejável, o mesmo não se pode dizer relativamente aos investimentos de pendor rodoviário.

Há um ano, de Ondjiva a Santa Clara, num único percurso directo possível e com numerosos buracos à vista,

demorava-se 30 minutos de carro. Hoje, a Internacional Santa Clara - Ondjiva é percorrida, desastrosamente, num espaço mínimo de uma hora

Cheias alimentam Catuiti

As cheias provocadas pelas chuvas são uma grande barreira natural para os habitantes da região e se não forem tomadas as precauções necessárias, juntamente com os demais factores que travam a circulação rodoviária, a derrocada de Santa Clara é iminente, e sairá a ganhar Catuiti, uma localidade da província do Kuando-Kubango que já tem servido como alternativa rodoviária para os interesses transfronteiriços dos importadores, uma vez que, comenta-se, renasce ali um excelente posto fronteiriço.

Num encontro de concertação empresarial organizado em Março, na cidade do Lubango, os importadores apresentaram reclamações sobre o mau estado da estrada internacional Ondjiva - Santa Clara. O troço é de apenas 42 quilómetros e degrada-se todos os dias. Com a chuva, o cenário torna-se propício ao aparecimento de novos buracos, a cada dia que passa. Resultado: os camionistas têm problemas na estrada e, no final, os camiões tombam.

A provar tais evidências, esteve o motorista Cândido dos Santos, na noite de 11 de Março. Cândido dos Santos reside no Huambo e transportava mobiliário para Luanda. Por volta das 19 horas desse dia, o azar bateu-lhe a porta. Os pneus foram dar num buraco, o centro de gravidade que sustentava a carga foi deslocado, a mercadoria inclinou e o camião tombou. Envolvido nessa situação de consequências nefastas, o motorista ainda procurou parar o camião, mas o mau estado da estrada impediu que o acidente fosse evitado.

Santa Clara também é um ponto de entrada de mercadorias muito contestado pelos empresários da região. Na cidade do Lubango, os empresários do Sul do país colocaram ao director do Serviço Nacional das Alfândegas uma série de preocupações que afectam a actividade de importação.

Entre os diversos aspectos, realçaram preocupações como a dupla tributação, a morosidade de alguns procedimentos aduaneiros, as barreiras fiscais, o mau estado de alguns troços rodoviários, os certificados de qualidade e a possibilidade dos empresários da Huíla desalfandegarem as suas mercadorias na respectiva província.

Por força dos argumentos apresentados nesse encontro empresarial de concertação aduaneira, Eduardo Lutemuka, o chefe da Delegação Aduaneira do Cunene, convidou a reportagem do Jornal de Angola para, no terreno, explorar todas as preocupações levantadas.

Fuga ao fisco

Assim, quase um ano depois, estávamos de novo em Santa Clara, não para verificar o contrabando mercantil no comércio entre Angola e a Namíbia, mas para pesquisar como os importadores se “safam” em todo o processo do comércio transfronteiriço. As circunstâncias permitiram saber que, apesar de melhorias invejáveis no circuito de controlo aduaneiro e de combate à contrafacção, o contrabando existe e persiste. A prová-lo, desta vez, esteve a jovem Engrácia Florinda Francisco, que deu a sua carga para furar o. Sistema fiscal, através do transporte ilegal patrocinado por um experiente esquema de trabalhadoras ambulantes.

Engrácia forneceu cinco embalagens contendo tigelas térmicas e, no fim, acabou por receber apenas quatro, perdendo uma a favor dos “passadores”. E que, apesar de ser uma nativa de origem nyaneca Humbe, os conterrâneos não a pouparam.

Confessou que era a primeira vez que experimentava furar o sistema fiscal, mas a experiência custou-lhe um alto preço. O circuito fiscal não deu ouvidos aos argumentos apresentados por duas das três transportadoras contratadas, por uma razão, à partida, muito simples. Duas senhoras alegaram o desaparecimento de uma panela térmica, por alegada culpa de um técnico aduaneiro e, com isso, o quadro complicou-se.

Eduardo Lutemuka, o chefe da Delegação Aduaneira do Cunene, esteve nesse dia por perto e tomou nota da preocupação das senhoras. Solicitou a presença da terceira transportadora, para indicar qual o técnico aduaneiro envolvido no desvio da caixa térmica. Porém, mesmo com todo o apoio em transporte, essa terceira figura não apareceu. Sumiu pura e simplesmente sem deixar rasto. Assim, a proprietária dos artigos foi aconselhada a voltar na segunda-feira. Com todos os transtornos, Engrácia Francisco regressou novamente sem a terceira transportadora, com o objectivo de apenas levantar e pagar os direitos das quatro painéis existentes. Temendo-se que os serviços aduaneiros fossem tomados como desviadores de mercadorias, a situação agravou-se para Engrácia Francisco, pois não podia fazer qualquer movimento separado, já que se alegou, inicialmente, que a quinta panela térmica tinha desaparecido no recinto aduaneiro. Resultado: não havendo argumentos da terceira pessoa, não houve regularização fiscal da mercadoria presente. Não foi possível acompanhar o quadro final deste episódio, mas esta é a prova dos enormes riscos oferecidos pelo contrabando mercantil na fronteira Sul que, aos poucos, vai perdendo sentido na fronteira Angola / Namíbia.

4.2 Executivo apresenta no Parlamento o relatório da execução orçamental

Jornal de Angola
12 de Maio de 2011

O Executivo apresenta, na próxima sessão da Assembleia Nacional, o relatório de execução orçamental correspondente ao primeiro trimestre de 2011, adiantou ontem, ao *Jornal de Angola*, o porta-voz do Parlamento, Samuel Daniel.

O deputado esclareceu que a informação sobre a execução orçamental referente ao primeiro trimestre é um acto constitucional, uma vez que, nos termos previstos pela Lei Magna, o Executivo deve prestar periodicamente uma informação sobre o assunto à Assembleia Nacional.

No entanto, vai ser a primeira vez que a informação será dada seguindo este preceito e não através da Comunicação Social, como até aqui tem sido hábito. O deputado da bancada parlamentar do MPLA explicou que se trata de um acto de eficácia externa e de fiscalização, que tem muito a ver com a forma de controlo político que a Assembleia Nacional exerce nos órgãos que executam o Orçamento Geral do Estado.

A próxima sessão plenária da Assembleia Nacional, que se realiza no dia 24 do mês em curso, será ainda marcada por declarações políticas dos líderes das bancadas parlamentares e por movimentações de deputados do MPLA e da UNITA.

Além disso, vão ser apreciadas as propostas de Lei de Autorização Legislativa sobre o Regime Simplificado de Execuções Fiscais e dos Formulários dos Actos da Administração Local do Estado. Segundo Samuel Daniel, o primeiro diploma estabelece, sobretudo, o âmbito da reforma do sistema fiscal angolano em curso, tendo em vista a adaptação do sistema jurídico tributário, que há muito tempo se encontra desajusta da nova realidade económica e social do país. Além disso, com esta Lei também se pretende adoptar um sistema fiscal que garanta o efectivo cumprimento das normas fiscais e seja mais justo e eficaz.

Relativamente à proposta de Lei dos Formulários dos Actos da Administração Local do Estado, o porta-voz da Assembleia Nacional, Samuel Daniel, disse que se pretende aprofundar o quadro das reformas que se quer empreender na Administração Pública, para atingir o mais depressa possíveis objectivos preconizados Pelo Executivo, e dar uma maior dinâmica ao funcionamento dos órgãos da Administração Local do Estado.

Legislação electrónica

Samuel Daniel deu ainda a conhecer que na próxima sessão parlamentar são apreciadas a proposta de Lei Quadro das Comunicações Electrónicas e dos Serviços da Sociedade de Informação, Protecção de Dados e de Combate à Criminalidade no Domínio das Tecnologias de Informação.

A proposta foi alvo de um amplo debate com os partidos políticos com assento parlamentar, comissões de especialidade e com o Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA). O ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha, garantiu, durante um encontro que manteve na segunda-feira com membros do SJA, que com esta lei o Executivo pretende proteger os cidadãos.

José Carvalho da Rocha disse que o diploma vai criar um ambiente seguro para os profissionais do sector poderem usar as comunicações electrónicas.

4.3 Impunidade na administração central

Novo Jornal

13 de Maio de 2011

O chefe do grupo parlamentar do PRS, Sapalo António, lamentou haver sérios problemas no cumprimento da Lei da Probidade Pública a nível central.

Para o efeito, apontou a impunidade como o grande impulsionador das irregularidades que, segundo ele, arruinam o erário público. “Erros graves são cometidos por parte de gestores públicos a nível central e não são tomadas medidas para disciplinar os infractores”, sublinhou.

Ngola Kubangu da MA defende, por sua vez, que o destino dado aos fundos públicos deve merecer a atenção e vigilância de todos, porque se trata de dinheiro de todos. “A legislação deveria ser mais rígida com os gestores que ferem o princípio da probidade administrativa”, referiu Ngola Kabangu. “Se até o cidadão comum tem de prestar contas das suas finanças, imagine o gestor de recursos públicos”, acentuou o político.

O sociólogo António Zembele Daniel explica que em Angola há situações que ainda favorecem as pessoas corruptas, por isso, combater a impunidade é o maior desafio das autoridades. “A impunidade acaba por gerar nalguns gestores públicos a sensação de que eles nunca serão alcançados. Isso acaba por servir quase como um estímulo para as pessoas de má fé”, sustentou. Opinião semelhante tem o advogado José Carvalho Mbundi, ao referir que a impunidade tem vindo a prejudicar o programa de governação do partido no poder. “As pessoas são denunciadas, mas como têm costas largas o assunto morre nas gavetas”, resumiu.

Recorde-se que a Lei da Probidade Pública, aprovada no ano passado, constitui o instrumento jurídico através do qual os órgãos administrativos estabelecem regras éticas de actuação dos servidores públicos.

O instrumento, que regula os aspectos de probidade no país, não se circunscreve à administração, mas engloba todos os agentes que intervêm na vida pública.

A Lei é dirigida essencialmente àqueles que têm responsabilidades públicas, seja na administração, nas áreas judiciária e legislativa e no ramo empresarial, sobretudo o que representa o interesse público

O documento impõe que, no início de funções, os servidores públicos declarem o seu património, cuja evolução é continuamente aferida.

4.4 Lei da probidade pública com impacto nas províncias

Novo Jornal

13 de Maio de 2011

As detenções e julgamentos de detentores de cargos públicos registam-se com maior impacto nas províncias, onde a Lei da Probidade Pública parece estar a ter efeitos práticos.

Segundo dados a que Novo Jornal teve acesso, desde que foi aprovada a Lei da Probidade Pública, no ano passado, mais de 55 gestores públicos foram acusados de terem cometido o crime de peculato nas províncias do Huambo, Uíge, Zaire, Benguela, Cunene, Kwanza-Sul, Malanje, Kuando-Kubango e Moxico. De acordo com a mesma fonte, 10 gestores públicos encontram-se atrás das grades.

A província do Kwanza-Sul é uma das regiões do país onde há um número considerável de gestores públicos acusados de crime de peculato e outros julgados pela mesma prática. Um exemplo é o do administrador municipal do Ebo, que foi já condenado a três anos de prisão maior, pelo desvio de mais de 188 milhões de Kwanzas. Foi igualmente condenado pela mesma pena e crime o chefe de secretaria Isaías Lisboa. O tribunal local começou a julgar directores provinciais e chefes de departamento visados com a mesma acusação.

O próximo caso de peculato a ser analisado pelo Tribunal Provincial do Kwanza-Sul envolve o administrador municipal da Conda, Augusto Magalhães. Estão também acusados e pronunciados os administradores dos municípios do Mussende e o director provincial da saúde.

Os processos estão a seguir os seus trâmites e tudo indica que, à semelhança do caso do administrador do Ebo, os outros conheçam o seu fim. Consta do processo-crime do director provincial da saúde, Adão Castelo, o desvio de 135 milhões de Kwanzas em 2008, dinheiro que se

destinava à aquisição de medicamentos para os hospitais da província. Respondem igualmente no processo crime de peculato os chefes dos departamentos de Recursos Humanos, José Caionda, e das Finanças da referida direcção, Guilherme Júlio José, bem como Maria Pedro António.

Em breves declarações ao Novo Jornal, o governador do Kwanza-Sul, Serafim do Prado, referiu que a gestão do património público deve ser desenvolvida de acordo com o estabelecido, por ser do interesse supremo e da colectividade a que está destinado. Quem tira para proveito próprio ou de terceiros deve ser responsabilizado e sancionado.

Por seu lado, o jurista António Domingos Santos Evale reconheceu que a nível das províncias a Lei da Probidade Pública é acatada por todos os gestores públicos. Para este jurista, a problemática da gestão dos bens públicos tem grande influência no desenvolvimento das actividades dos servidores em exercer funções com a maior transparência.

Na terça-feira, o director Nacional de Investigação e Inspecção das Actividades Económicas do Comando Geral da Polícia Nacional, José Alexandre Canelas, augurou a necessidade de elaboração e aprovação de uma lei de combate à corrupção, visando acabar com a prática.

O responsável, que dissertou num Workshop sobre combate e prevenção de branqueamento de capitais, reconheceu que a Lei da Probidade Pública trata um pouco do fenómeno da corrupção, que carece de “tolerância zero” em Angola. No entanto, nota que, “neste momento”, Angola não dispõe de “uma lei específica sobre o combate à corrupção”.

4.5 Relatório de execução de execução orçamental será apresentado aos deputados

O Independente
14 de Maio 2011

O Executivo deve apresentar, na próxima sessão ordinária da Assembleia Nacional, a ter a 24 do corrente, o relatório de execução orçamental correspondente ao primeiro trimestre de 2011. O documento foi analisado e aprovado na última sessão do Conselho de ministros.

Tido como um acto comum, até porque previsto na Constituição, a acção periódica pelo executivo a execução orçamental referente ao primeiro trimestre é encarado o preparar do terreno para um ajuste orçamental, entretanto, dado pelo presidente do MPLA, no final do 4º Congresso extraordinário.

Trata-se, no entanto, da primeira vez que o Executivo se predispõe a fazê-lo, escusando-se de o apresentar à Comunicação Social, como o tem feito em sede de balanço trimestral da acção governativa.

O deputado Samuel Daniel explicou à imprensa que se trata de um acto de eficácia externa e de fiscalização, que tem muito a ver com a forma de controlo político que a Assembleia Nacional exerce nos órgãos que executam o OGE.

A próxima sessão plenária da Assembleia Nacional, será ainda marcada por declarações políticas dos líderes das bancadas parlamentares e por movimentações de deputados das bancadas do MPLA e da UNITA.

Para a mesma sessão está previsto o debate sobre as propostas de Lei de Autorização Legislativa sobre o Regime Simplificado de Execuções Fiscais e dos Formulários dos Actos da Administração Local do Estado, assim como a proposta de Lei Quadro das Comunicações Electrónicas e dos Serviços da Sociedade de Informação, Protecção de Dados e de Combate à Criminalidade no Domínio das Tecnologias de Informação.

Classe dos jornalistas atenta

É quase dado adquirido que a Lei Quadro das Comunicações Electrónicas e dos Serviços da Sociedade de Informação, Protecção de Dados e de Combate à Criminalidade no Domínio das Tecnologias de Informação será aprovada.

Mas foi dado passo importante ao ter sido criada uma comissão para analisar as questões que inquietam a classe jornalística, naquela que poderá ser reconhecida como uma conquista do Sindicato dos Jornalistas Angolanos, que submeteu uma petição ao Parlamento para discutir o assunto.

A proposta, sublinhe-se, foi alvo de um amplo debate com os partidos políticos com assento parlamentar, comissões de especialidade e com o SJA.

O ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha, garantiu, durante um encontro que manteve com a comitiva liderada pela jornalista Luísa Rogério, que com esta lei o Executivo pretende proteger os cidadãos.

José Carvalho da Rocha defendeu que o diploma pretende «criar um ambiente seguro para os profissionais do sector poderem usar as comunicações electrónicas». O governante mostrou-se confiante quanto à aprovação da proposta.

4.6 Privatização a “granel” das empresas públicas

Jornal Agora

21 de Maio de 2011

Para além de proporcionar mais postos de trabalho, visa fundamentalmente gerar impacto nos sectores prioritários, com destaque para a agricultura, pecuária, pescas, indústria transformadora e geologia e minas.

O programa permitirá o aumento do Produto Interno Bruto (Pib) em mais de 10%, e arrecadar entre 1,1 mil milhões a 2,4 mil milhões de dólares para os cofres do Estado. Isto significará o aumento de 5 a 10% ao ano do número de empresas de capital angolano e a redução da taxa de desemprego para os 20%.

Segundo o ministro da Economia, Abraão Gourgel, numa economia de mercado são os empresários que o dominam. Daí a necessidade de se fazer um novo enquadramento para revitalizar o empresariado, mas sob a direcção do Estado.

A nova aposta já fez surgir a teoria das cooperativas com o apoio directo do Executivo, incentivando o empreendedorismo para melhorar a gestão agropecuária e permitir que a ligação do campo à cidade seja feita através das trocas comerciais e do aumento da produção.

Em relação à indústria, sobretudo a transformadora, o processo facilitará as operações do sector com a entrada de operadores privados, prevendo-se o crescimento das infra-estruturas homogéneas e produtivas capazes de responder às exigências do mercado.

Com esta nova política de gestão empresarial pública, as autoridades deverão investir inicialmente 450 milhões de dólares, com valores anuais recorrentes na ordem dos 435 milhões de dólares, para o primeiro ano, dos quais 200 milhões serão aplicados no Fundo de Garantia e 135 milhões para bonificar as taxas de juro contratadas pelos empreendedores, entre outras medidas.

A iniciativa é a de melhores ofertas para os empresários. Um compromisso passa pela privatização de um variadíssimo leque de empresas públicas, pelo menos 216, para estabelecer as premissas de um crescimento económico assente num modelo em que os angolanos sejam o suporte da economia. Este ciclo tende a produzir outros efeitos aceleradores que criam mais investimentos.

Todavia, não há dúvidas de que assim teremos um aumento e melhoria da oferta dos serviços das empresas, redução dos seus preços e produtos básicos e estímulo da cooperação entre empresários de reduzida dimensão. O desafio é enorme para todos os intervenientes, numa altura em que o tecido, empresarial, não apenas o público, como também o privado, se debate como desafio da competitividades e eficiência.

O financiamento do Estado não deve ser encarado como uma espécie de “carta branca” aos empresários, atendendo à iniciativa do Executivo com o programa

anunciado. É preciso que sejam capazes de andarem com os próprios meios, pois a injeção de dinheiro tem um “timing” estabelecido. No entanto, as iniciativas conjuntas são o ideal para o crescimento e desenvolvimento no país.

O Estado pretende reduzir o seu papel interventivo na economia. Por isso, pensa retomar, num horizonte não distante, a terceira fase do programa de reestruturação parcial do sector público empresarial.

A primeira fase teve início em 1989 e estendeu-se até 2005. Seleccionou 545 empresas, das quais 357 pequenas, 132 médias e as restantes 57 de grande dimensão.

4.7 Governo de Luanda arrecada mais de 92 milhões de kwanzas

Jornal de Angola

21 de Maio de 2011

O Governo de Luanda arrecadou e depositou na Conta Única do Tesouro, no primeiro trimestre deste ano, 92 milhões 340 mil 508 kwanzas, mais 87 milhões 43 mil e 561 kwanzas em relação ao igual período de 2010. Segundo o director do gabinete jurídico do governo da província de Luanda, Carlos Cavuquila, em declarações à imprensa no final da primeira reunião ordinária do GPL, no primeiro trimestre de 2010 foram apenas arrecadados cinco milhões 296 mil e 947 kwanzas.

Carlos Cavuquila referiu que, com a implementação do novo sistema de arrecadação de receitas das províncias e o encerramento das diversas contas das administrações municipais, foi possível registar um incremento de 1.743 por cento em relação aos primeiros três meses de 2010.

O governo de Luanda realizou a primeira reunião ordinária para analisar e aprovar o relatório de balanço do primeiro trimestre e o grau de execução do programa municipal integrado de desenvolvimento rural e o combate à pobreza.

Na reunião orientada pelo governador, José Maria Ferraz dos Santos, foram discutidas as questões relacionadas à compatibilização das atribuições e competências do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL). Os participantes recomendaram ao IPGUL que apresente, para aprovação dos seus planos de actividade e orçamentos anuais, bem como o relatório de balanço de resultados e propostas da sua aplicação.

Nesta reunião, os membros GPL tomaram conhecimento dos projectos de estatutos orgânicos I administrações municipais, dos lamentos das direcções provinciais bem como do andamento dos trabalhos relativos a identificação, localização, delimitação, demarcação e preservação dos terrenos considera reservas fundiárias do

estado e I processo de concessão de direito fundiários. Foram prestadas ainda informações relativas a segurança pública, saúde, educação, abastecimento (água e energia, limpeza e saneamento reabilitação das vias secundárias terciárias, nova postura da fiscalização, tratamento de parques e concessão de terrenos às populações. Participaram nesta primeira reunião do GPL os administradores municipais, os directores provinciais entre outros membros do governo

4.8 OGE revisto prevê dotação para famílias abaixo da linha da pobreza

Jornal Expansão
27 de Maio de 2011

O programa de transferência directa de recursos financeiros à população em situação de pobreza vai denominar-se “Bolsa Social de Apoio ao Rendimento Familiar” e será incluído no projecto de revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE 2011), cuja aprovação está marcada para o próximo mês (Junho), avançou ao Expansão fonte do Executivo.

A inclusão do programa no OGE 2011 revisto está, entretanto, dependente da apreciação em Conselho de Ministros, o que, de acordo com a nossa fonte, “vai acontecer nos próximos dias, de forma a que o Executivo cumpra com a meta estabelecida pelo Presidente José Eduardo dos Santos, no último congresso extraordinário do MPLA, em que admitiu a revisão do OGE ainda no segundo trimestre de 2011.

O OGE vai passar, a partir deste ano até à conclusão do processo, a ter uma dotação orçamental para o programa do Executivo que visa, via aumento da renda mensal das famílias, eliminar o País da lista dos que possuem cidadãos a viver com menos de 2 USD por dia.

O projecto do Executivo tem as características do programa Bolsa Família do Brasil, citado por vários analistas como sendo um dos responsáveis pela rápida redução do índice de miséria naquele país e que permitiu ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva retirar 14 milhões de brasileiros da linha da pobreza durante os seus oito anos de mandato.

De acordo com o documento do bureau político do MPLA que formaliza a proposta, ao qual o Expansão teve acesso, a implementação do programa Bolsa Social de Apoio ao Rendimento Familiar prevê a distribuição de 400 milhões USD a 400 mil famílias (o equivalente a 2 milhões de pessoas), beneficiando de um rendimento mensal médio equivalente a 100USD.

Entretanto, a fonte do Executivo que vimos a citar alertou que a Casa Civil da Presidência da República, órgão que deve coordenar o projecto, decidiu aumentar o valor destinado ao programa, por entender que o aumento da renda mínima mensal dos 37% dos angolanos, identifi-

cados pelo IBEP como estando a viver abaixo da linha da pobreza, de 6000 para cerca de 20 000 Kz não seria suficiente para que estas famílias conseguissem comprar no mínimo uma cesta básica.

Todavia, o documento do Bureau político do MPLA aprovado em Abril a que o Expansão teve acesso avança que o objectivo do Executivo é, até ao próximo ano, atingir os 6,04 milhões de angolanos (37% da população) identificados pelo IBEP como estando a viver abaixo da linha da pobreza.

O programa, que terá a supervisão do chefe do Executivo e a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, estabelece três tipos de benefícios para as famílias a viver abaixo da linha da pobreza, que são, segundo o indicador utilizado pelo IBEP, aquelas cujos rendimentos vão de menos de 200 Kz dia (equivalente a 2 USD) a 400 Kz dia.

O maior valor da bolsa social de apoio ao rendimento familiar poderá chegar até aos 11 500 Kz e será dirigido às famílias que vivem com um rendimento diário de até 2 USD dia, aumentando a sua renda mensal para 17 500 Kz. Entretanto, o programa também estabelece outros dois benefícios para as famílias com rendimento mensal até 12 000 Kz. A bolsa para estas famílias não deverá exceder os 7500 Kz mensais, frisou a fonte que vimos a citar.

A nossa fonte avançou que falta, neste momento, estabelecer uma data para a conclusão do processo de eliminação de pessoas a viver com menos de 2 USD no País, acrescentando que “se pretende com esta medida promover uma política que privilegia uma melhor distribuição da riqueza, pois est’! bolsa estimula a procura pelos serviços de educação e saúde, permitindo criar maior inclusão social”.

Para o efeito, as famílias a beneficiarem da bolsa deverão ser cadastradas antes de serem incluídas no programa. Durante este processo, serão recolhidas informações que vão permitir assegurar que sejam beneficiadas apenas as pessoas que precisam.

A fonte declarou ainda que está a ser concluída a legislação que deverá prever regras severas de penalização para aqueles que procurarem subverter os objectivos do programa.

BPC eleito gestor financeiro da Bolsa Social de Apoio ao Rendimento Familiar

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) foi eleito o gestor financeiro do programa por ser a instituição financeira bancária com maior número de agências espalhadas pelo País e por ser o domiciliário da conta única do tesouro. Entretanto, está em vista o estabelecimento de um protocolo financeiro com outros bancos comerciais que tenham agências nas localidades abrangidas pelo programa, ficando o BPC com a responsabilidade de gerir os aspectos financeiros das transferências interbancárias.

O protocolo deve evitar qualquer constrangimento e demoras do procedimento de pagamento.

Entretanto, o grande problema actualmente está relacionado com a forma de garantir que todo o público-alvo da política de combate à pobreza tenha acesso aos benefícios a si dirigidos, uma vez que o País ainda não se encontra totalmente coberto pela rede bancária. “Actualmente, 46% dos municípios (75 em 164) estão cobertos pela rede bancária. Isto fará com que seja indispensável o apoio de organizações da sociedade civil que se dediquem à assistência social ou organizações religiosas, além de casas comerciais privadas, estações de correio, empresas de consultoria, entre outros.

A maior parte da população a viver abaixo da linha da pobreza está concentrada na área rural. De acordo com o IBEP, esta população atingirá, em termos numéricos, os 4,32 milhões de pessoas, contra os 1,74 milhões a viver na pobreza extrema que residem no centro da cidade.

4.9 OPSA defende avaliação independente das instituições do Estado

Jornal Angolense

28 de Maio a 04 de Junho de 2011

Os temas seleccionados, de acordo com um documento daquela instituição que o Angolense teve acesso, reflectem sobre o modelo de desenvolvimento do país, com destaque para a Constituição, a governação, o desempenho da economia e a justiça social. Aborda ainda a evolução dos espaços de participação dos cidadãos e dos diferentes actores da sociedade civil.

Na análise referente ao ano de 2009, o OPSA exprimiu a sua avaliação crítica sobre o processo de elaboração e aprovação da Constituição, sobre o conteúdo do respectivo texto final e sobre as consequências imediatas relativas à sociedade e à governação.

O OPSA reitera que, uma vez aprovada a Constituição, importa que ela seja conhecida e respeitada por todas as instituições do Estado e por todos os cidadãos e organizações partidárias ou cívicas, aos quais obriga, independentemente de concordarem ou não com o seu conteúdo.

O Observatório considera, igualmente, que não se afigura ainda pertinente uma análise profunda sobre a implementação da Constituição dado o pouco tempo decorrido e o facto de que neste primeiro ano as energias da Assembleia Nacional e do Executivo estiveram concentradas, sobretudo na revisão, elaboração e aprovação de uma assinalável quantidade de leis e de outros instrumentos legais que se impunham para a sua adequação ao novo quadro jurídico-legal.

Esta posição do OPSA, segundo o documento que vimos referindo, não deve, todavia, significar a omissão

da reflexão sobre a Constituição, mormente, na análise de eventuais consequências para o desenvolvimento material e espiritual dos angolanos e para a melhoria da qualidade da democracia, pois, como se alertou antes, prossegue a reflexão, a Constituição afigura-se ambiciosa em termos dos direitos económicos e sociais e encerra “promessas” do Estado aos cidadãos difíceis de concretizar a curto prazo.

No entanto, reforça o OPSA que o mais importante, agora, para os cidadãos, será monitorar a sua implementação, reclamando ou denunciando junto dos tribunais as omissões e as violações que possam ocorrer, das quais o direito de manifestação tem sido o mais questionado.

O OPSA diz registar com agrado algumas mudanças no estilo de governação e prestação de contas aos cidadãos, principalmente com a apresentação do Estado da Nação pelo Presidente da República aos deputados e ao público em geral, bem como com a realização de balanços regulares do Executivo sobre a sua acção. De igual modo, constata a aprovação de legislação sobre a probidade administrativa e outra relativa a uma maior transparência da governação, bem como a disponibilização na Internet de informação sobre a actividade dos Ministérios de outras instituições públicas. Porém, sublinha que, o modo como a informação é apresentada enferma de algumas incorrecções. Para além de se procurar apenas enaltecer determinados feitos que posteriormente a comunicação pública transforma em propaganda partidária condicionando as opiniões dos cidadãos - sem referência ao que fica por fazer, sem auto-crítica ou abertura à crítica relativamente a problemas que a sociedade reclama, como a qualidade das obras, o incumprimento dos prazos e os elevadíssimos custos de muitas das obras. Um balanço, na visão do Observatório Político e Social de Angola, exige sempre uma comparação entre o planeado e o realizado. Por isso, acrescenta, impõe-se, a necessidade de uma avaliação independente do funcionamento das instituições do Estado e da execução de projectos e programas, partidárias condicionados as opiniões de cidadãos - sem referencia ao que fica por fazer, sem autoridade ou cobertura à críticas relativamente a problemas que a sociedade reclama, como a qualidade das obras, o incumprimento dos prazos e o e lavadíssimos custos de muitas obras. Um balanço, na visão do observatório político e social de Angola, exige sempre uma comparação entre o planeado e realizado. Por isso acrescenta, impõe-se, a necessidade de uma avaliação independente do funcionamento das instituições do Estado e da execução dos projectos e programa, principalmente os que mobilizam recursos milionários e têm sido contestados por organizações e personalidades em vários sectores, com destaque para a construção de infra-estruturas e de casas sociais, a implantação de projectos agrícolas e pólos industriais, entre outros.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Distribuição combate a corrupção

Jornal de Angola
06 de Maio de 2011

A subsecretária -geral das Nações Unidas e administradora associada do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) considerou ontem, em Luanda, que a descentralização administrativa pôde contribuir grandemente para o combate à corrupção.

“A descentralização fortalece os sistemas dos governos locais e pode contribuir para a luta contra a corrupção”, afirmou Rebeca Grynspan, depois de ter desembarcado no aeroporto internacional 4 de Fevereiro, no início de um visita oficial de três dias a Angola.

De resto, a costa-riquenha ao serviço das Nações Unidas informou que a questão da descentralização deve ser o assunto dominante durante as conversações que vai manter com as autoridades angolanas. Ontem mesmo, Grynspan foi recebida pelo ministro da Administração do Território, Bonito de Sousa.

Rebeca Grynspan, que hoje é recebida pelo Vice-Presidente da República, lembrou que, desde 2004, relações com o Governo angolano e rever os programas que este tem com o PNUD e com as Nações Unidas”, sintetizou.

Segundo explicou, com o processo de descentralização administrativa, o PNUD prevê o fortalecimento dos governos locais. “Não é possível que os governos centrais, por si só, resolvam todos os problemas do país. É muito importante que a nível local haja um diálogo com a população, para que esta possa participar e tenha uma voz na resolução dos problemas”, defendeu.

A subsecretária-geral das Nações Unidas, que foi Vice-Presidente da República da Costa Rica técnica à descentralização em Angola entre 1994 e 1998, disse ter experiência de que quando esse diálogo sucede o desenvolvimento é muito mais acelerado.

Rebeca Grynspan é hoje recebida pelo Governador de Luanda, José Maria dos Santos, e deve desloca-se a centralidade do Kilamba.

Antes de deixar o país, teve de manter que encontros com as ministras do Planeamento, Ana Dias Lourenço, e do ambiente, Fátima Jardim.

5.2 Inoperância dos administradores contra gestão provincial

Jornal folha 8
7 de Maio de 2011

O desempenho destes administradores, tendo em conta o estado actual dos respectivos municípios deixa mesmo a entender que agem dolosamente com objectivo de contrariar a força de vontade demonstrada pelo governador provincial de Luanda aquando da sua tomada de posse. Muito destes administradores, segundo pessoas conhecedoras do dossier, teriam manifestado a intenção de sabotar o trabalho de José Maria dos Santos tão logo ele foi nomeado, não só pelo facto de ser menor de idade como também por supostamente fazer pouco para o partido comparativamente a muitos dos administradores. Verdade ou não, facto é que a avaliação dos cinco primeiros meses de governação de José Maria dos Santos seria negativa se dependesse pura e simplesmente, por exemplo, do estado “péssimo” dos municípios do Cazenga e Rangel.

A prova do estado lastimável do Cazenga está na manifestação dos populares, realizada no passado dia 30 de Abril com objectivo de pressionarem a referida administração a alterar o quadro actual do município: Ruas esburacadas, inundadas e inacessíveis, provocando o encerramento de escolas, mercados e outras instituições. Para os populares Tani Narciso nada tem feito para inverter o quadro.

O mesmo cenário encontra-se no Rangel onde o administrador municipal Maciel Neto “Makavulo” é apontado como o principal culpado do estado lastimável de algumas das ruas do município em virtude de ter supostamente pago a totalidade da reabilitação das mesmas quando o nível de execução física das obras nem em 20% se encontravam.

Foram, por exemplo, mais de dois milhões de dólares que terão sido pagos à empresa Kasa Kebo para a reabilitação de três ruas no bairro da Terra Nova sendo que todas se encontram, actualmente, em estado lastimável, ou seja nunca foram reabilitadas apesar de a empreitada ter sido paga.

Folha8 sabe que o município do Rangel, pouco antes da tomada de posse do actual governador, beneficiou mais de cerca de 2 milhões para terraplenar quatro ruas da Terra Nova e, mais uma vez, o resultado foi negativo. O dinheiro desapareceu sem que ruas seleccionadas fossem recuperadas.

A referida situação motiva os moradores a interrogarem-se sobre as razões de insistir-se na disponibilização de verbas ao município do Rangel quando administração já deu provas de ser pouco rigorosa na gestão?

No entanto, recentemente, Makavulo prometeu tudo fazer para que os recentes contratos para a reabilitação

dos hospitais municipais resultem em sucesso o que os moradores duvidam que tal venha acontecer em função do histórico da administração na gestão financeira.

“Tal como aconteceu com o dinheiro que ofereceram ou dividiram com a Casa Kebo, acontecera agora com o dinheiro dos centros de saúde”, comentou um dos munícipes.

Outra situação que apoquenta os munícipes do Rangel é o défice na recolha do lixo que nos últimos dias tem provocado cheiro nauseabundo e a, circulação de bichos por diversas ruas do município. Aliás, é assim também no Cazenga.

A referida situação motiva interrogar se não é de forma propositada, com objectivo de atrapalhar o governador provincial, que os respectivos administradores não usam os camiões sukula para combater as águas paralisadas ou ainda exigirem mais das operadoras de recolha de lixo?

Entre o sim e o não, uma outra questão se pode levantar e, talvez, mais grave. Porquê que o governador não exonera os administradores que pouco ou nada fazem, não estará a ver o mau desempenho deles? Está em conluio ou está impossibilitado de fazer pelo facto de muitos destes administradores serem, simultaneamente, primeiros secretários do MPLA nos respectivos municípios e, como tal, convém ao partido mantê-los e sabendo disso os administradores zombam do governador.

Se o último cenário for o caso, se pode dizer que José Maria dos Santos estará a enfrentar as primeiras dificuldades de governar Luanda. O referido cenário estará mais próximo da verdade, pois Folha8 apurou que José Maria dos Santos já terá proposto a exoneração de alguns destes administradores mas viu a sua pretensão travada pelos interesses partidários.

Verdade, entretanto, é que o resultado do mau desempenho destes administradores pode também ter reflexos negativos nos loiros que os mesmos pretendem alcançar na busca de votos para o partido.

5.3 Papel dos sobas na reconciliação e na estabilidade

*Jornal de Angola
07 de Maio 2011*

As autoridades tradicionais devem cooperar com o Executivo em acções, de âmbito central e regional, de promoção, defesa da paz, concórdia, reconciliação nacional e estabilidade política e social, disse, ontem, no Uíge, o docente universitário João Manuel.

A afirmação foi feita numa palestra sobre “o papel das autoridades tradicionais enquanto depositárias dos valores cívicos e sociais”. A palestra foi realizada no

âmbito do seminário sobre o Resgate dos Valores Cívicos e Culturais: Contributos das Autoridades Tradicionais, Organizações Não-Governamentais e Associações.

As autoridades tradicionais, lembrou o orador, são parceiras do Governo na interpretação das “inquietações profundas da população” e devem cooperar no reforço da unidade entre os angolanos, na promoção e valorização do cidadão, na prática de valores morais e sociais e na educação cívica e patriótica.

Os sobas e seculos, disse, têm, igualmente, de mobilizar as pessoas para a participação activa nos actos eleitorais, contribuição no exercício e observância dos direitos humanos e cívicos, promoção do diálogo social e cooperação na vida política, económica, social e cultural das comunidades.

A contribuição, salientou, deve expandir-se na promoção da participação activa dos angolanos no processo de reconstrução e do desenvolvimento, no fortalecimento da pátria e na edificação da nação.

A liderança da vida social nas comunidades, pelas autoridades tradicionais é de grande utilidade para a organização cultural, social, política e económica dos cidadãos.

5.4 Depois de 2012 Autarquias começam gradualmente em Angola

Semanário Factual

De 14 a 21 DE Maio de 2011

O processo de implementação gradual das eleições autárquicas locais começa a funcionar depois das eleições de 2012, informou o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa.

O governante disse que a introdução deste novo modelo de eleição do poder local vai ajudar, em grande medida, a resolver os problemas das Comunidades e Municípios. “Assim, disse o Governante, a transformação dos municípios em unidades orçamentais e a implementação dos programas de desenvolvimento rural são alguns instrumentos decisivos, para elevar os serviços essenciais das comunidades e da promoção do desenvolvimento”.

“Isto será com a inerente participação das populações na escolha do seus dirigentes ao nível local e no seu mais directo envolvimento nos problemas estruturais das cidades e municípios.

5.5 Administração do bailundo cria comissão para recadação de receitas

Jornal Independente
14 de Maio 2011

Administração municipal do Bailundo criou uma comissão técnica que vai se encarregar pela elaboração de uma estratégia de arrecadação de receitas para o tesouro nacional. Segundo uma nota da administração, é coordenada pelo chefe da Repartição Fiscal das Finanças, Lourenço Tomás, e fazem parte da mesma os administradores das comunas do Bimbe, Hengue, Luvemba e Lunje, além dos chefes de repartições dos sectores socio-económicos da administração municipal. Durante o primeiro trimestre deste ano, as autoridades fiscais do município do Bailundo arrecadaram 17 milhões de Kwanza, valores que foram depositados na conta única do Tesouro do Estado.

5.6 Experiencia autárquica portuguesa analisada segunda-feira em luanda

Jornal de Angola
14 De Maio de 2011

A Experiência Autárquica Portuguesa – Contribuição para o Processo Angolano é o tema de uma palestra que a Escola Nacional de Administração (ENAD) realiza, na próxima segunda-feira, nas instalações do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL).

De acordo com uma nota do Ministério angolano da Administração do Território (MAT), a palestra é proferida pelo presidente do Organismo Central para Formação dos Funcionários das Autarquias Locais Portuguesas (CEFA), Rui Marqueiro, e realiza-se no âmbito da cooperação institucional.

Participam no acto deputados da IV Comissão da Assembleia Nacional (que zela pelos assuntos da Administração do Estado e Poder Local), membros do Executivo, representantes de partidos políticos com assento no Parlamento, magistrados judiciais, membros do Conselho Nacional Eleitoral, responsáveis do MAT, do IFAL, administradores municipais e jornalistas.

Tradição portuguesa

Portugal tem já uma tradição em termos de realização de eleições autárquicas, enquanto Angola se prepara para as primeiras. O ministro da Administração do Território anunciou na quarta-feira, em Luanda, que o processo de realização das eleições autárquicas em Angola vai ser feito de forma gradual, com início depois das eleições gerais do próximo ano.

Bornito de Sousa afirmou que a introdução deste novo modelo de eleição do poder local vai ajudar, em grande medida, a resolver os problemas das comunidades e municípios.

Garantiu que a transformação dos municípios em unidades orçamentais e a aplicação dos programas de desenvolvimento rural são alguns instrumentos decisivos para elevar os serviços essenciais das comunidades e a promoção do desenvolvimento.

Realização gradual

O ministro Bornito de Sousa anunciou, recentemente, em Luanda, que o processo de realização gradual das eleições autárquicas inicia depois das eleições gerais do próximo ano. A introdução deste novo modelo de eleição do poder local vai ajudar, em grande medida, a resolver os problemas das comunidades e municípios.

O ministro da Administração do Território garantiu que a transformação dos municípios em unidades orçamentais e a aplicação dos programas de desenvolvimento rural são alguns “instrumentos decisivos para elevar os serviços essenciais das comunidades e a promoção do desenvolvimento”.

Para isso, Bornito de Sousa considera ser necessário a participação das populações na escolha dos seus dirigentes ao nível local e o seu mais directo envolvimento nos problemas estruturais das cidades e municípios.

O Ministério da Administração do Território confirmou que está em curso a preparação da legislação eleitoral que vai preparar a criação das autarquias locais e divisão político-administrativa do país. O processo deve começar de forma piloto numa circunscrição do território nacional e evoluir gradualmente noutras regiões, explicou o ministro Bornito de Sousa.

5.7 Governador de luanda pede colaboração na resolução de alguns problemas locais

Jornal de Angola
14 de Maio de 2011

O governador de Luanda, José Maria Ferraz dos Santos, apelou à colaboração da comunidade na resolução de alguns problemas que afectam os munícipes da capital angolana.

O pedido foi feito durante a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social, realizada quinta-feira, em que foram auscultadas as preocupações dos munícipes.

“Estamos aqui para poder ouvir e aconselhar sobre as formas de resolver estes problemas. O governo não consegue resolver nada sozinho, devendo por isso contar com o apoio da comunidade”, disse o governador.

José Maria Ferraz dos Santos lembrou aos participantes que as pessoas devem trabalhar com clareza e com entrega para que tenham sucesso nas tarefas que se propõem a fazer. Disse, entretanto, que o Kilamba Kiaxi é o município onde se constata os grandes problemas que Luanda vive, por isso é necessário ouvir as preocupações dos municípios.

José Maria Ferraz dos Santos lembrou aos participantes que as pessoas devem trabalhar com clareza e com entrega para que tenham sucesso nas tarefas que se propõem a fazer. Disse, entretanto, que o Kilamba Kiaxi é o município onde se constata os grandes problemas que Luanda vive, por isso é necessário ouvir as preocupações dos municípios.

No encontro, que decorreu na sala de reuniões do centro comunitário do bairro Fubu, foi feita a apresentação do relatório do balanço do primeiro trimestre de 2011, e o programa de combate à pobreza.

O programa de intervenção das vias terciárias pela unidade técnica municipal e o ponto de situação sobre a segurança pública, energia, água, saúde e educação foram também analisadas durante o encontro.

Os Conselhos de Auscultação e Concertação Social são órgãos de consulta dos administradores municipais em relação as questões prementes da vida das populações, com vista a promoção no país de um desenvolvimento equilibrado. Participam nestes conselhos, os administradores comunais, chefes de repartições, representantes de partidos políticos, associações, comerciantes, empresários, religiosos que apresentam as preocupações e sugestões aos administradores.

5.8 Angolanos colhem experiencia autárquica lusa

Jornal de Angola
17 de Maio de 2011

Deputados, membros do Executivo, quadros ministeriais, administradores municipais e jornalistas ouviram ontem, em Luanda, as experiências de Portugal em matéria das autarquias locais.

As práticas foram transmitidas pelo presidente do Organismo Central para Formação dos Funcionários das Autarquias Locais Portuguesas (CEFA), Rui Marqueiro, durante uma palestra sob o tema “Experiência autárquica portuguesa – contribuição para o processo

angolano”, promovida pelo Instituto de Formação de Administração Local (IF AL).

Na sua dissertação de cerca de hora e meia, Rui Marqueiro narrou as distintas situações, algumas desagradáveis, ocorridas em Portugal ao longo das primeiras eleições autarcas realizadas no país, em 1976, resultantes da não clarificação das atribuições e competências na legislação ordinária.

Informou que, no seu país, as autarquias locais iniciam num processo gradual, com menos atribuições e competências, e foram crescendo à medida que aumentavam os recursos financeiros, sobretudo a partir da adesão de Portugal à União Europeia, com a aplicação dos fundos previstos nos tratados da comunidade.

Segundo o prelector, para que haja uma harmonia no funcionamento das autarquias locais é fundamental que o Estado defina claramente as atribuições e competências dos autarcas, sob pena de haver discrepâncias na maneira de utilização dos recursos naturais e fundos postos à sua disposição.

Desde modo, advertiu os dirigentes angolanos, sobretudo os legisladores ordinários, no sentido de evitarem os erros cometidos pelos portugueses, ao mesmo tempo que avisou os futuros eleitos a estabelecerem óptimas relações com os órgãos centrais, evitarem o afrontamento e primarem pela formação dos funcionários.

5.9 Programa municipal lança novos projectos

Jornal de Angola
18 de Maio 2011

O Programa Municipal Integrado de Combate à Pobreza para as comunidades de Mbanza Congo, estimadas em 126.826 habitantes, já está a ser executado. O plano de acção, que congrega um pacote de 33 novos projectos de carácter social, destinado às sedes comunais e bairros periféricos da cidade de Mbanza Congo, está orçado em 306,4 milhões de kwanzas.

O administrador municipal de Mbanza Congo disse que no início do ano os responsáveis municipais auscultaram regedores, administradores comunais e, com base nos problemas apresentados, apuraram ser necessário realizar 33 projectos sociais.

Ângelo dos Passos afirmou que os 33 novos projectos respeitam aos sectores da saúde, educação, agricultura, energia e águas, pescas, comércio, saneamento básico e reforço institucional.

“Tiveram já início as obras de construção de uma escola do ensino primário com oito salas para 560 alunos, em dois turnos. A escola situa-se no bairro 11 de Novembro, zona suburbana cinco de Mbanza Congo”, disse.

Ângelo dos Passos disse que o programa contempla ainda construção de um posto de saúde na comuna de Madimba, a 30 quilómetros de Mbanza Congo, devido ao desabamento do antigo centro de saúde em consequência das chuvas.

A agricultura, avançou, também faz parte do pacote de projectos da administração local. O projecto agrícola, disse, consiste na produção de hortícolas numa área de 12 hectares, nas comunas do Nkiende, Luvo e município sede, Mbanza Congo. A administração municipal estava a trabalhar com camponeses filiados em cooperativas e associações agrícolas das referidas localidades.

“O sector agrícola é um dos sectores chave a ter em conta no combate à fome e à pobreza, por isso estamos a preparar as condições para o arranque deste projecto”, sublinhou Ângelo dos Passos.

Agricultor associado

O Jornal de Angola abordou o agricultor Simão Basabidila, 56 anos, um dos beneficiários do projecto de micro-crédito agrícola, lançado este ano pelo Executivo para apoiar iniciativas deste ramo de actividade. Fundador da associação familiar denominada Grupo Basabidila, contou que estabeleceu parcerias com associações homólogas e que, juntas, vão beneficiar de um crédito de 150 mil dólares, para empregar na produção de hortícolas.

“Fornecemos verduras ao hospital provincial e ao comando provincial da Polícia Nacional. Estou satisfeito com o que produzimos”, disse.

Simão Basabidila referiu que o desenvolvimento socio-económico de Mbanza Congo está muito aquém do desejado. “As poucas mudanças verificadas são insignificantes para catapultar a região ao mesmo patamar de outras capitais de província do país”, referiu.

Para Basabidila, o importante é arregaçar as mangas e cada um, no seu sector de actividade, trabalhar para engrandecer a província e o país. Reconheceu que o programa de micro-crédito agrícola é um primeiro passo para diminuir os índices de pobreza, estabilizar as famílias e gerar postos de trabalho e rendimento no meio rural.

Projecto de água

Enquanto se aguarda pelo asfalto nas ruas da cidade, o administrador Ângelo dos Passos garantiu que os moradores dos bairros 11 de Novembro e 4 de Fevereiro, nos arredores da capital provincial, partir deste ano ter água potável em suas casas. O projecto, disse, vai abranger o maior número de habitantes do município sede. Adiantou que o projecto consiste na extensão da rede de canalização de água para todos os bairros. “Para terem água em casa, os municípios devem requerer à administração para que esta possa mandar instalar a canalização da água ao domicílio do requerente”, disse.

As populações desprovidas de condições financeiras, disse Ângelo dos Passos, devem continuar a fazer recurso aos chafarizes existentes.

Afirmou que a administração municipal trabalha na identificação de uma empresa que se vai encarregar da gestão de água no município e acha que com a cobrança do consumo da água, as pessoas vão deixar de desperdiçar água como tem sido até agora, subvencionada pelo Estado, a custo zero para o contribuinte.

Construção de infra-estruturas A construção de infra-estruturas sociais nos bairros periféricos da cidade de Mbanza Congo e nas zonas rurais possibilita o acesso das populações aos bens e serviços essenciais, como consumo de energia eléctrica, água potável, serviços de saúde e educação.

A administração municipal de Mbanza Congo construiu nos últimos três anos, através do Plano de Intervenção Municipal (PIM), vários empreendimentos sociais, entre os quais centros de saúde, maternidades, escolas e esquadras policiais.

Segundo Ângelo dos Passos, li através do PIM foram reabilitadas estações de captação e tratamento de água nas sedes comunais de Kaluka, Kalambata e Lul voo. Ainda nesse período, prosseguiu, foram instalados novos chafarizes nas localidades de Madimba, Nkiende e na sede municipal de Mbanza Congo. Apesar desses avanços, Ângelo dos Passos disse que as estradas continuam a dificultar o processo de desenvolvimento na região. “O mau estado das estradas trava o processo de transporte dos medicamentos, material escolar e outros apoios destinados aos funcionários na região”, disse.

Descentralização financeira

A luz da descentralização financeira, a administração municipal de Mbanza Congo recebe anualmente um valor em kwanzas equivalente a cinco milhões de dólares. Com este dinheiro, disse Ângelo dos Passos, Mbanza Congo viu melhorada a assistência à população dos serviços sociais básicos.

O administrador disse que o programa de acção garante soluções para todas as sedes comunais do município em termos de fornecimento de energia eléctrica e água potável. Afirma que o seu pelouro gizou um projecto que prevê a aquisição e instalação de grupos geradores e postos eléctricos de iluminação pública para as sedes comunais de Luvo e Kaluca, ao passo que nas localidades de Madimba, Kalambata e Nkiende o acesso à energia eléctrica já é um facto.

Casas de banho públicas

Referindo-se ao saneamento, Ângelo dos Passos assegurou que quatro casas de banho públicas estão a ser construídas nos bairros MaIlins Quidito, Sagrada Esperança, Álvaro Buta e 4 de Fevereiro. “Vamos promover acções para cultivarmos no seio das populações o bom hábito do uso da casa de banho, além da necessidade de explicarmos as consequências para a saúde da defecação ao ar livre”, disse.

Em cada bairro, afirmou, vão ser construídas duas casas de banho públicas em recinto devidamente vedado e um pequeno compartimento para albergar a pessoa que vai cuidar da manutenção e segurança do imóvel.

“Os resultados das nossas acções estão à vista de todos. A cidade de Mbanza Congo que conhecemos ontem não é a mesma que temos hoje”, frisou.

Ângelo dos Passos referiu que, para o alcance do desenvolvimento pretendido, a população tem o dever moral e ético de cuidar das infra-estruturas colocadas à sua disposição, para que o dinheiro disponibilizado todos os anos pelo Tesouro Nacional seja canalizado para outras frentes sociais. “Não é salutar destruir o que o governo local faz para o bem comum e adiar a realização de mais obras porque o dinheiro foi utilizado na reparação do que foi destruído”, disse.

Operação tapa buracos

Para permitir uma circulação rodoviária mais segura e fluida, a administração municipal de Mbanza Congo está a realizar operações de tapa buracos e de terraplenagem em várias artérias da cidade e ruas da periferia agora que começou a estação do cacimbo.

Alguns munícipes interpelados pela nossa reportagem manifestaram-se impacientes quanto ao dia em que vão poder ver as estradas de Mbanza Congo todas asfaltadas.

“Lastimamos que uma cidade ainda tenha de recorrer ao método de tapa buracos na sua capital provincial, enquanto noutras províncias as principais estradas da sede estão a ser totalmente asfaltadas”, desabafou, munícipe António Matos, lembrando que na região,

quando chove, a cidade se converte num lamaçal e no tempo de cacimbo a poeira toma conta da cidade.

António Matos reconhece que a cidade de Mbanza Congo registou nos últimos meses melhorias substanciais no que toca ao fornecimento de energia eléctrica na zona urbana, que passou a ser distribuída de forma ininterrupta, mas disse que a nível dos bairros periféricos há restrições.

“O abastecimento de água ainda continua a ser um problema em toda a cidade”, disse António Matos, acrescentando que ainda se vê pessoas que acarretam água nas cacimbas e rios com os riscos que resultam para a saúde humana.

António Matos é de opinião que o governo local deve continuar a executar projectos de grande impacto que visem diminuir as carências de escolas, professores, água potável, energia eléctrica, transportes, vias de comunicação e de requalificação urbana.

5.10 Governo provincial Luanda aprovou o projecto integrado

Jornal de Angola
20 de Maio de 2011

O governo da província de Luanda analisou e aprovou, ontem, a execução do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza e o relatório de balanço do primeiro trimestre do ano em curso. Os assuntos estiveram à mesa da primeira reunião ordinária do governo da província de Luanda e a sua discussão foi orientada pelo governador da província, José Maria dos Santos.

A reunião aprovou ainda o grau de aplicação do novo Sistema de Arrecadação de Receitas na província.

No tocante à receita comunitária arrecadada pelas administrações municipais, durante o primeiro trimestre de 2011, a Conta Única do Tesouro recebeu cerca de 92,3 milhões de kwanzas, contra os 5,2 milhões de kwanzas arrecadados em igual período de 2010.

A reunião tomou conhecimento de informações relativas à compatibilização das atribuições e competências do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda e da Direcção dos Serviços de Planeamento e Gestão Urbana.

O encontro recomendou que o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda deve, anualmente, apresentar os seus planos de actividade e orçamentais, bem como o relatório de balanço de resultado e proposta da sua aplicação.

Na reunião, os participantes tomaram conhecimento dos projectos de estatutos orgânicos das administrações municipais, dos regulamentos das direcções provinciais e do andamento dos trabalhos relativos à identificação, localização, delimitação, demarcação e preservação dos terrenos considerados reservas fundiárias 'I do Estado e do processo de concessão de direitos fundiários.

Foram ainda prestadas informações relativas ao abastecimento de água e energia eléctrica, limpeza e saneamento, segurança pública, educação e saúde aos municípios da capital.

5.11 Municípios contra inoperância do administrador do sambizanga

Jornal de Angola
21 De Maio de 2011

Na sequência da temática levantada na edição passada sobre o desempenho daqueles administradores comunitários cujos feitos sopram contra a vontade e determinação demonstrada pelo governador provincial de Luanda; José Maria dos Santos, aquando da sua tomada de posse; juntamos o administrador do Sambizanga aos administradores do Cazenga e Rangel. Exemplos do mau desempenho da administração de José Tavares são vários sendo um deles é a incapacidade de manter em condições, entre outras, a rua Kicombo, assim como de tornar funcional a recolha de lixo.

A prova do descontentamento dos municípios do Sambizanga com a administração de José Tavares está na manifestação que os mesmos pretendem realizar no próximo dia 16.06.

Os promotores da referida manifestação acusam o administrador a estar a concorrer para o aumento da delinquência naquela zona em: vir tude de não apoiar a s associações juvenis e, ao invés disso, cria r situações para o município ter mais lixo, menos água e mais buracos.

O mau desempenho de alguns administradores, no caso de José Tavares, tem sido encarada por algumas correntes como resultado de uma concertação entre os mesmos com o objectivo de impossibilitarem os projectos de José Maria dos Santos.

O protesto dos municípios do Sambizanga será realizado a partir das 9h30min com saída prevista defronte a Comarca de Luanda com destino defronte a Administração Municipal, passado pela Rotunda da Boavista, Ex. Roque Santeiro e o Campo Mário Santiago.

5.12 Expectativa a volta dos «fogos» do kilamba kiaxi

Jornal Independente
21 de Maio de 2011

O mês de Maio corre célere para o fim e não se diz nada sobre a Nova Cidade do Kilamba Kiaxi, que, segundo a promessa do ministro de estado e chefe da casa civil Carlos Maria Feijó, no mais recente balanço trimestral da actividade do Executivo, deve receber ainda este mês os moradores dos primeiros três mil e 18 apartamentos daquela centralidade, em construção desde 2008.

A expectativa em tomo dos fogos da Nova Cidade do Kilamba Kiaxi, resulta, por um lado, do secretismo com que decorre a construção da mesma, por outro, da promessa em si feita pelo Executivo de construir milhão de casas, numa altura em que a crise económica internacional vai fazendo das suas no sector da construção em Angola.

Recentemente pudemos apurar que os empreiteiros estavam concentrados nos acabamentos, sendo que já foram ultrapassadas as fases da construção da subestação e da estação de tratamento de águas residuais, sendo só depois da conclusão dos primeiros três mil apartamentos é que se começaria a definição dos custos.

O projecto, ao que apuramos, possui um elevado número de serviços sociais básicos integrados que permitirão aos beneficiários viver numa zona com condições propícias de habitabilidade, escusando-se de deslocar ao centro de Luanda.

A primeira fase do projecto termina em Abril de 2012, para beneficiar um total de 120 mil pessoas. A segunda fase, que contempla a construção novas habitações e distintas infra-estruturas sociais, deve arrancar logo a seguir.

Localizado nas imediações do Estádio Nacional 11 de Novembro, a nova vila está a ser implementada numa área global de cinco mil e 200 hectares, em três etapas distintas. A primeira fase assenta na construção das habitações, escolas, creches, estradas e estruturas para fornecimento de água e energia e vai consumir 900 hectares.

O projecto contempla igualmente, nessa etapa inicial, a construção de várias ruas com o sistema de esgoto e drenagem residual, redes de água e telecomunicações, uma Estação para Tratamento das Águas Residuais (ETAR) com capacidade para 35 mil metros cúbicos/dia e subestações de energia para abastecer todo o quarteirão e outras estruturas.

Na segunda fase está prevista a construção de um hospital, quatro clínicas, 12 centros de saúde, três instituições financeiras, postos de combustível, esquadras policiais, quartéis de bombeiros, igrejas, cemitério e museu. Já a terceira inicia com o término da segunda e envolve mais 70 mil apartamentos.

Nomes das ruas

Caso se concretize a entrega dos primeiros apartamentos da cidade do Kilamba Kiaxi, os moradores dessa nova centralidade correm o risco de não saberem explicar aos familiares e amigos os seus próprios endereços.

É que não ajuda nada o secretismo à volta do projecto, especialmente nos aspectos susceptíveis de fomentar polémicas. Por exemplo o nome das ruas, das avenidas, dos bairros, ou o critério para a sua escolha, devem ser divulgados publicamente, quanto mais não seja para se evitar situações constrangedoras como aconteceu aquando da apresentação pública do novo Bilhete de Identidade.

O Independente sabe que foi criada uma comissão multissetorial para cuidar dos topónimos, mas o resultado deste trabalho anda, como se diz, «no segredo dos deuses ...».

5.13 Venda ambulante à beira da estrada cria obstáculos ao trânsito rodoviário

Jornal de Angola
22 de Maio de 2011

A zona do São Paulo é uma das mais críticas quando se fala do trânsito em Luanda. As ruas esburacadas estão constantemente congestionadas, independentemente da hora. Quer de dia, quer de noite, é habitual verem se longas filas de viaturas em marcha demasiado lenta, com paragens constantes.

As buzinas confundem-se com o pregão das zungueiras, que anunciam os seus negócios com a intenção de atrair clientes. Os automobilistas partilham a estrada com as vendedoras ambulantes e com os chamados roboteiros, indivíduos que, com carros manuais de madeira, transportam os produtos dos clientes.

Além do mau estado das vias, algumas das quais interditas para obras, a dificuldade do trânsito no São Paulo reside no facto de a rua Cónego Manuel das Neves estar transformada num autêntico mercado. As zungueiras fazem os seus negócios à beira da estrada, ignorando o perigo que isso representa.

A Polícia de Trânsito sente-se a maior parte das vezes impotente para regular a circulação rodoviária, conforme admitiu o agente Walter Costa, que trabalha no

local á seis meses e considera o período das sete às nove horas como o mais crítico. Justificou que os engarrafamentos no São Paulo têm a ver com os buracos da via, avarias constantes das viaturas e o fluxo exagerado de peões causado pelas zungueiras.

“A Polícia de Trânsito tem sabido cumprir o seu papel, mas não é possível regular bem o tráfego quando existem problemas de buracos nas estradas, porque os carros têm de andar mais devagar, pois ninguém quer pôr em risco a sua viatura”, reforçou.

O taxista Bruno Domingos, que normalmente faz o percurso São Paulo Rocha Pinto, lamentou o estado caótico das estradas, sublinhando que só aos domingos se pode circular à vontade naquela área.

“O tempo que perdemos nos engarrafamentos tem uma influência negativa no nosso trabalho e às vezes não conseguimos concluir a conta do patrão. O governo da província de Luanda não deve apenas cobrar licença aos taxistas, também se deve preocupar com o estado das estradas” disse o jovem taxista cenário que se vive no São Paulo cria problemas não só à circulação rodoviária como também propicia o aumento da criminalidade, como admite a Polícia Nacional, que para controlar a criminalidade montou no local um posto móvel.

“A maior parte dos crimes que aqui acontecem são consequência do consumo de bebidas alcoólicas. Os jovens bebem e ficam inspirados para fazer assaltos. O combate a estes crimes só será possível com a proibição efectiva dos vendedores ambulantes. Infelizmente, os fiscais não conseguem impedi-las sem a ajuda da Polícia”, disse o chefe do posto policial, José Joaquim. Acrescentou que a maioria dos crimes tem a ver com o roubo de telemóveis e fios de ouro.

A socióloga Fátima Veigas considera que a situação que se vive no bairro do São Paulo é desconfortável, não apenas pela venda ambulante naquele local, mas também pela insegurança dos cidadãos.

“A venda em locais públicos abertos constitui grande perigo para as próprias vendedeiras e para os demais cidadãos. Elas podem ser vítimas de atropelamento, já que com esta prática são obrigadas a correr de um lado para o outro fugindo dos fiscais.

Existe ainda o desconforto do consumidor que faz compras num local sem higiene, onde há muito lixo, facto que constitui um mau ambiente para todos”, disse a socióloga.

Fátima Veigas defendeu que o governo deve criar mais espaços condignos para a venda, para evitar situações como a que se vive no São Paulo”, referiu. Joice Domingos é moradora do bairro Sambizanga e vende pregos de aço no São Paulo há oito anos. Confessou que diariamente corre de um sítio para o outro fugindo dos fiscais, mas não desiste de vender na rua, justificando que é o único meio de sobrevivência.

“Comecei a vender aqui aos 12 anos de idade para poder pagar os meus estudos. Fui criada pela minha avô. Ela está com 85 anos de idade e não tem recursos para me sustentar, por isso, vendo aqui para a ajudar”, explicou a jovem vendedeira. Sumbu António Vunge é gerente de uma loja de roupas situada na rua Cónego Manuel das Neves.

Referiu que as vendas ilegais praticadas pelas zungueiras em frente à sua loja têm prejudicado significativamente o seu negócio, dificultando a entrada de clientes na loja.

5.14 Ordenamento do município da Samba analisado em conselho de concertação

Jornal de Angola
26 de Maio de 2011

A administração municipal da Samba realizou, na terça-feira, uma reunião extraordinária do Conselho de Auscultação e Concertação Social para analisar questões relacionadas com o ordenamento urbano, saneamento básico e segurança das pessoas.

O encontro, orientado pelo governador da província de Luanda, serviu também para tratar de questões relacionadas com a recuperação das vias secundárias e terciárias, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água e energia eléctrica no município.

José Maria dos Santos disse que governo provincial, durante muito tempo, não teve em consideração as políticas ligadas à urbanização e ao ordenamento do território, o que fez com que muitas pessoas nas áreas rurais não tivessem as casas regularizadas.

“O governo provincial de Luanda tem vindo a adequar e ajustar ao quadro jurídico-legal a posição das pessoas que, durante muitos anos, se sacrificaram para construir as suas casas”, frisou. José Maria dos Santos manifestou intenção do governo provincial acompanhar os conselhos de auscultação e concertação social como um exercício para uma governação participativa no sentido de envolver o maior número de pessoas e grupos sociais organizados na procura da identificação e resolução dos problemas da população.

Os conselhos municipais, disse, constituem um instrumento valioso em que as instituições do Estado podem colher as opiniões e receberem críticas construtivas para melhorarem os métodos de gestão, de organização e de desempenho.

5.15 Executivo discute melhoramento da actuação dos conselhos fiscais

Jornal de Angola
27 de Maio de 2011

O país necessita de órgãos de gestão à altura das exigências das empresas do sector público no processo de regulação da actividade económica, considerou ontem o ministro das Finanças Carlos Alberto Lopes.

“Precisamos de ter, nas empresas públicas, órgãos de gestão à altura do papel e importância que o sector público deve representar na actividade económica”, declarou o governante quando falava na abertura de um seminário consagrado 10 “Papel e Eficácia dos Conselhos Fiscais do Sector Empresarial público”.

Carlos Alberto Lopes afirmou creditar que uma concepção moderna dos Conselhos Fiscais vai garantir eficiência na gestão dos recursos alocados à disposição de qualquer empresa. “Os Conselhos fiscais devem promover boas práticas de governação empresarial e transparência na gestão dos fundos do Estado”, acentuou.

Para que haja boa governação, Carlos Alberto Lopes apontou, como regra básica, que os governos e empresas estabeleçam uma arquitectura de uma eficiente estrutura processos, para que sejam geridas acordo com os objectivos do Estado. Na óptica do ministro, os Conselhos Fiscais devem ajudar a governar o que respeita às tarefas de avaliar, corrigir e fomentar as melhores práticas, com uma sólida formação profissional dos seus membros.

O ministro considerou oportuna a discussão do tema tendo em vista a concretização das políticas sobre a estratégia e o papel das empresas públicas na economia. Referiu que a existência obrigatória dos conselhos fiscais no sector empresarial público angolano foi estabelecida pela Lei das Empresas Públicas (Lei 9/95 de 19 de Setembro), que na essência regulamentou a forma de actuação dos conselhos.

O ministro da Economia, Abraão Gourgel, disse que um tal debate visa dar resposta ao apelo do Executivo em tornar a governação corporativa mais eficaz e garantir a operacionalidade dos conselhos fiscais no seu acompanhamento às empresas. O administrador do Instituto para o Sector Empresarial Público, Sousa Santos, disse considerar importante que os Conselhos Fiscais cumpram as normas reguladoras da actividade da empresa, examinem a contabilidade das empresas e emitam parecer sobre o exercício elaborado.

“As atribuições conferidas aos conselhos fiscais espelham bem a importância e a expectativa do Executivo

em relação aos resultados da fiscalização quer preventiva, quer dos instrumentos de prestação de contas”, disse, acrescentado que, desta forma, obtém-se a correcta aplicação dos investimentos das empresas.

Revelou que o Executivo não está satisfeito com a recente avaliação do desempenho dos instrumentos de fiscalização e controlo pelo que disse ser o “pálido” resultado das empresas públicas denunciado pelos conselhos fiscais

A Lei das Empresas públicas reflecte os esforços de modernização das empresas pertencentes ao Estado, procurando colmatar algumas dificuldades decorrentes da sua aplicação, em particular na gestão e organização dessas empresas.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 O crédito habitacional, dói cada vez mais

*O jornal Agora
7 de Maio de 2011*

O crédito à habitação vai “durante alguns anos, ter menos importância no negócio bancário” e a tendência é para o crescimento do mercado de arrendamento “Por um conjunto de razões que se conjugam depois de um período de 10 a 15 anos em que o angolano” preferiam a compra de casa e recorriam ao crédito para esse fim, entraremos numa fase em que vamos recorrer menos ao crédito para a compra de casa. Defendeu o presidente do conselho de administração do Banco BIC Fernando Teles para quem “há uma tendência profunda” para o aumento de importância do mercado de arrendamento, o que terá consequências na actividade do sector.

Não existe um perfil perfeito para o mercado imobiliário em Angola, visto que os operadores não seguem a mesma linha de negócios, tornando onerosas todas as transacções, numa altura em que o litoral do país lidera as preferências.

A taxa de juros implícita, dos contratos celebrados pelos bancos comerciais, nos últimos três anos, registou um crescimento de 7,1 % e, em Março último, mês em que se atingiu a taxa máxima dos últimos cinco anos, cifrou-se já nos 8% dos empréstimos bancários registados em 2010.

Embora a cifra não revele o acumulado do período em referência para este tipo de contratos, nem o valor médio da prestação vencida, revela, segundo o INE, que o financiamento pelos bancos a 100” tem sido a grande aposta, colocando em risco a conjuntura do imobiliário angolano. Os juros do crédito à habitação praticados pelos bancos comerciais são muito altos, situando-se acima dos 30% do valor do empréstimo.

A Ordem dos Arquitectos de Angola critica o exagero da actuação dos financiadores na construção civil, assegurando mesmo que os juros praticados actualmente são especulativos e impraticáveis em qualquer parte do mundo

Incentivo. É importante a activação do prometido Fundo de Fomento à Habitação e rever as modalidades de acesso para não beneficiar uma minoria, visto que é visível o recuo do Executivo para que permita o recurso a créditos baixos com períodos de reembolso longos.

Apesar da intenção do Estado, é fundamental que o funcionamento do fundo seja garantido, o diploma de constituição do mesmo esteja pronto e o Ministério do Urbanismo e Construção divulgue o regulamento.

Sem menos importância, é o combate à especulação que se espera seja real, e não apenas uma ideia, que pode agravar ainda mais os preços dos imóveis no país.

O Ministério revelou que as contribuições de opiniões sobre as taxas de juros e período de reembolso do financiamento já foram incluídas no regulamento do Fundo. O objectivo da constituição desta entidade é o de contribuir para minimizar o défice de residências sociais, sendo o principal alvo a população sem recursos para comprar uma casa.

Conjuntura. O imobiliário e o sector que já não é prioritário para o Estado Esta tese resulta das afirmações do ministro e chefe da Casa Civil da Presidência República, garantindo que foram reduzidos os benefícios de um vasto conjunto de incentivos fiscais e aduaneiros, pese embora a construção civil tenha sido essencial na reconstrução do país.

Por outro lado, os dados da Agência Nacional para o Investimento Privado (Anip) indicam que, no ano passado, foram aprovados projectos avaliados em 489 milhões de dólares.

Se a oferta tem aumentado com um forte investimento estrangeiro, a procura tem, fruto do desenvolvimento económico e de intensos fluxos migratórios, aumentado muito mais, criando desequilíbrios visíveis.

A especulação continua a minar todos os propósitos do Executivo. Para a compreensão do fenómeno, bastará dizer que os valores médios de um apartamento de qualidade na cidade capital rondarão os 4.150 dólares por metro quadrado (m²) e os de uma vivenda cerca de 5.500 dólares. No segmento dos escritórios.

6.2 Nem com azar se consegue casa

*Jornal Jôba 8
dia 7 de Maio de 2011*

Quando José Eduardo dos Santos, na qualidade de presidente do MPLA, anunciou a construção de um milhão de residências, os angolanos ficaram lisonjeados com a boa-nova do líder da maior formação política partidária porque pensaram que o problema habitacional no País seria resolvido, ledos enganados! Era só conversa para manipular as massas distraídas. Corria o ano 2008, o importante era vencer as eleições legislativas de 05 .

A promessa de construção de um milhão de residências terá influenciado o eleitorado a optar pelo MPLA, partido no poder desde 11 de Novembro de 1975. Como recompensa dos votos depositados a favor dos “cama-

radas”, vários bairros populares foram completamente destruídos por ordens institucionais. Ingratidão!

Logo, o angolano percebeu que Dos Santos jamais conseguiria cumprir a promessa feita. Quem quiser casa deverá esforçar-se arduamente para a conseguir. Mas, muitas vezes nem com sacrifício se consegue a tão almejada residência. Na luta pela habitação própria, Adão Colombo esqueceu ajura do JES e foi à peleja.

Frustrado por esperar a conclusão das residências prometida, economizou algum dinheiro com o qual comprou uma na comuna da Camama, município do Kilamba Kiaxi. A compra da respectiva propriedade terá custado toda “bufunfa” poupada há anos e acrescida com outra parte conseguida por empréstimo bancário.

Adão Colombo terá já encontrado a residência construída, mas teve de realizar obras de benfeitoria que deixou a respectiva habitação totalmente remodelada; parecia o palácio de um empresário afortunado ou bem-sucedido no mundo dos negócios rentáveis. Só a cor das paredes era de meter inveja. E o mosaico do quintal? Caro! Inesperadamente, as paredes começaram a rachar, no quarto de banho começou a emergir água salobra. Adão Colombo ainda tentou reparar a residência, mas sem sucesso. Na madrugada da Sexta-feira Santa, 29.04.2011, a casa desabou. Procuradas as causas, chegou-se a conclusão de que a bonita casa foi construída sobre uma enorme fosse. Sorte foi o facto de ninguém sofrer qualquer ferimento.

6.3 Do planeamento aos planos

Jornal folha 8

7 de Maio de 2011

Tal como nos planos, o processo de elaboração do planeamento visa garantir à gestão monitorizada dos planos através da adopção de estratégias, apoiando-se nas Instituições competentes e em legislação própria, assim como em profissionais altamente especializados e treinados, os urbanistas que trabalham em equipa multidisciplinares e recorrendo a consultas sectoriais quando necessário.

O planeamento deve em nosso entender proceder à implantação de planos, seguindo os princípios de justiça e da razoabilidade, equilibrando direitos e deveres, seguindo um processo democrático participado sem interrupção e actuando em tempo real e a tempo, quando possível antecipando se das evoluções através de um método de previsão de horizonte deslizante. O planeamento urbanístico deve ser sempre um processo integrado de elaboração de planos da sua respectiva gestão. Um planeamento que elabora e adapta planos, mais não estabelece métodos para sua gestão, arrisca-se a ter efeitos contrários, tornando-se então num plano francamente negativo ou num “anti plano” por exemplo as distorções

dos preços dos terrenos com bloqueamento consequente de actividades, de uma maneira geral o planeamento deve ser concebido para servir o homem em sentido lato. Com adopção dos Planos Directores Municipais, deve-se estabelecer o modelo e a estrutura espacial do território municipal, constituindo por sua vez, uma síntese da estratégia de desenvolvimento e do Ordenamento Local, prosseguida e integrada as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respectiva área de intervenção, estes planos devem ser de elaboração obrigatória.

Quanto aos Planos Nacionais de Ordenamento do Território estabelecem as grandes opções com relevância para organização do território nacional, consolida o quadro de referência à considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial, constituindo por seu turno num instrumento de gestão territorial, e no que diz respeito à sua constituição deve em nosso entender, considerar-se como instrumentos de cooperação com os demais Estados membros da região para efectiva organização do território para o nosso caso pela SAD e deve ter implementação Nacional.

O seu objectivo é definir o quadro para o desenvolvimento integrado, harmonioso e sustentável do país, garantindo à coesão territorial do mesmo, atenuando assim as assimetrias regionais e as desigualdades de oportunidades, cuja meta maior quanto a nós, é a de estabelecer a tradução espacial das estratégias de desenvolvimento económico, articulando o povoamento, à implantação de equipamentos estruturantes e a definição das redes, estabelecendo por sua vez os parâmetros de acesso as funções urbanas, as formas de mobilidade e por fim, definir os princípios orientadores da disciplina de ocupação do território.

O conteúdo dos Planos Nacional de Ordenamento do Território (PNOT), são sustentados pelos sistemas urbanos das redes de infra-estruturas e equipamentos de interesse nacional, salvaguardando-se pela valorização das áreas de interesse nacional, em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural, a localização das actividades, de serviços e dos grandes investimentos públicos dos padrões mínimos, os seus objectivos visam atingir em matéria de qualidade de vida e da efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, e as orientações para coordenação entre as políticas de Ordenamento e de desenvolvimento regional, em particular para as áreas em que as condições de vida ou de qualidade do ambiente sejam inferiores à média nacional.

As Cidades podem tornar-se mais brilhantes e agigantadas, mais também podem morrer ou explodir, como resultado de uma dispersão caótica em vez de um conjunto Ordenado de Satélites e constelações. O processo de planeamento urbanístico deverá garantir, a sua

própria eficácia de modo a que os planos possam ser concretizados correcta e atempadamente, legitimando se pelos seus resultados positivos.

No capítulo da hierarquia administrativa do território, deve estabelecer os intervalos regulares para que todos os problemas encontrem os melhores níveis de resolução, e por vez cada nível deverá deixar nos níveis mais abaixo, todas as questões que estes podem resolver, podendo sempre intervir nos níveis mais baixos sempre que a solidariedade seja necessária, no respeito da boa solução dos problemas para os quais este nível mais baixo não se encontre em condições de os resolver, elencando aqui o princípio da subsidiariedade e da supletividade respectivamente.

A hierarquia de nível da administração do território, ou seja os princípios de hierarquia de subsidiariedade e ple-tividade são analisados no seguinte Quando: estamos Perante um aglomerado de 16.000:000, é o Estado quem deve assumir a resolução, quando se tratar de 4000.000 de pessoas ai responsabilidade é da região, ai estamos perante o nível tratando-se de 1000.00q, estamos perante nível que deve ser resolvida pela sub região; são as chamadas questões de níveis regionais.

Para os níveis mais abaixo, como os de 250.000 pessoas, estaremos perante às áreas programadas” os de 64.000, é o Município assumir a resolução, são, os níveis municipais Quando estamos. Perante os de 16000, ai estamos perante Unidades Urbanas e de 4000, são as Fraquesias, os também conhecidos níveis comunitários.

Tratando-se de um número superior a ‘ 16.000.000 de pessoas, tratamos dos chamado níveis de planeamento internacional, ou federativo, que visa o ‘ processo, participativo da Administração, que por usa vez cabe aos diferentes órgãos da Administração do território cuidar da protecção dos equilíbrios ecológicos e do desenvolvimento da riqueza biológica, visando sempre um sistema sustentável e de respeito pelos valores naturais.

Os Planos urbanísticos definem e estabelecem as regras e princípios respeitantes á ocupação, uso e transformação do solo por eles abrangidos, mas por via de regra os planos não têm apenas como finalidade à regulamentação do processo urbanístico, desinteressando-se do modo e de concretização do modelo territorial por eles desenhado. Por outro lado, existem planos, aqui reside um dos traços da sua especificidade normativa, E encerram normalmente disposições que têm a ver com o problema da execução concreta das suas previsões. o Em termos académicos, diz-se que os a poderes públicos municipais podem elaborar um conjunto de planos, alguns ti dos quais são obrigatórios porque estão n de facto estabelecidos, os planos sectoriais podem ter grande utilidade para administração local, especial-

mente como instrumento para encaminhar a solução em determinados sectores como habitação; educação e saneamento com o fito de se obter recurso externos e cooperação em organismos.

Os Planos urbanísticos, têm ao seu lado uma componente estética traduzido no estabelecimento de um ordenamento aos solos, uma componente, dinâmica, espelhada na, fixação de medidas que corporizam à sua intrinca vocação de cumprir ou de execução que assumi uma importância primordial, já que é através dela que efectiva à concretização do modelo territorial neles talhado, em conformidade, com a programação e as previsões nele estabelecidas e mediante á necessário transformação da realidade.

A execução das prescrições dos planos integra no seu âmbito, a gestão urbanística conteúdo normal e instituto finalmente mais relevante da mesma. O conceito de gestão urbanístico é amplo do que o de execução 91 planos urbanísticos, abarca igualmente actividades urbanísticas, que pode seguir pelo menos três vias diferentes A primeira é a execução por iniciatividade e responsabilidade da Administração a segunda é por iniciativa e responsabilidade dos particulares mediante (controlo da Administração e os proprietários do solo, mas todas às actividade: relacionadas com a ocupação, uso I transformação do solo, quer sejam realizadas com ocupação e uso e transformação do solo, quer sejam realizadas directamente pela Administração pública quer pelos particulares sob a direcção promoção coordenação ou controle daquela, não enquadradas no contexto específico da execução de um plano urbanístico, pode assim haver gestão urbanística sem que haja simultaneamente execução de planos urbanístico: para executar, uma vez que a inexistência de planos não deve ter como consequência a paralisação da actividade de transformação urbanística.

Em suma diríamos que, os Planos dos Directores são fundamentais, por serem instrumentos básicos de política de desenvolvimento urbano, e pela sua abrangência, em termos de conteúdo: devem abrigar directrizes referentes é todos os campos de actuação dos Municípios, para sua abrangência temporal, dando por seu coerência as administrações municipais.

6.4 Projecto nova vida entrega mais casas ate Dezembro

Jornal de Angola
10 de Maio de 2011

O projecto habitacional “Nova Vida” entrega até Dezembro do ano em curso cerca de 1.000 casas. A entrega das habitações desta 23 fase do projecto Nova Vida reiniciou em Abril.

Almogestin, entidade gestora do projecto contratada pelo Estado, entregou, em Março, mais de 30 vivendas do tipo T4 aos compradores que pagaram há mais tempo e se encontravam nos primeiros lugares em função das datas de pagamento.

As novas casas vão ser entregues às pessoas que fizeram o pagamento, em função da respectiva data, e desde que possuam o contrato promessa de compra e venda assinado com o Instituto Nacional da Habitação. Numa nota, a administração da Imogestim reafirma o seu compromisso de entregar as habitações a todos que tenham procedido ao seu pagamento.

6.5 Construção de casas sociais começa em junho

Jornal de Angola
14 De Maio 2011

As obras de construção de 250 residências destinadas a jovens e funcionários das Finanças dos seis municípios do Cunene começam a ser construídas em Junho.

O secretário provincial da Unidade Técnica e director do Urbanismo e Habitação, Cláudio Kondjasili avançou esta informação na quinta-feira, em Ondjiva, durante uma sessão extraordinária sobre habitação.

Acrescentou ainda que em termos do que está projectado, o programa tem decorrido dentro dos prazos preconizados.

Neste momento está em curso o projecto de Ekuma I, direccionado para a construção de 2.200 casas, outras 1.200 na localidade de Ondinha destinadas às populações sinistradas em 2008, estando 226 em fase de conclusão.

Em curso está também a elaboração dos planos urbanísticos para as reservas fundiárias municipais, 4 a conclusão do projecto habitacional do bairro de Kashila, cujo termo está previsto para 20 12.

O director provincial lembrou t, que, a par destas acções, decorrem nos municípios de Cuvelai, Curda, Chama e Ombadja operações de desminagem das reservas fun-

diárias, com vista a permitir a implementação do programa nacional de habitação nestas localidades.

Referiu ainda que, no âmbito do citado programa, já foram concluídas um total de 90 casas para a a juventude, das quais 70 no Cuanhama e 20 na cidade de Xangngo, município de Ombadja.

Igualmente em andamento está o plano de distribuição de lotes aos cidadãos, para auto construção dirigida dentro das áreas reservadas AJ nos municípios e comunas da . Na oportunidade, o governador da província, António Dida- lelwa, mostrou-se satisfeito pela vontade demonstrada pelos membros da comissão, na execução das ao tarefas programadas.

6.6 Bai tenciona abrir “Loja da habitação”

Jornal de Angola
18 De Maio de 2011

Banco Africano de Investimento (BAI) quer abrir em breve uma “loja da habitação”, anunciou na terça-feira, em Luanda o presidente da Comissão Executiva, Mário Barber. “Vamos tentar privilegiar o crédito à habitação. Vamos procurar servir todos os segmentos e os funcionários públicos vão estar dentro desta solução. Ninguém compra casa de uma assentada e em função disso o banco vai financiar”, assegurou Mário Barber

O anúncio surge numa altura em que o banco fechou o exercício económico 2010 com activos totais de 8,3 mil milhões de dólares em 2010 contra os 8,2 mil milhões de dólares do ano anterior. Relativamente a desafios, o banco não fica apenas pela criação da “loja da habitação”. O BAI, à semelhança do que já fez o Banco Millennium Angola, pretende abrir também uma academia, em fase avançada de construção, que deve ser inaugurada em Novembro, a coincidir com o 15º aniversário da instituição financeira.

Numa primeira fase, a academia BAI prevê ministrar formação aos seus efectivos, pessoal da banca e posteriormente ao público em geral. O BAI vai criar um Gabinete de Provedoria do Cliente, que vai captar as reclamações e insatisfação dos clientes e procurar resolver com eficácia. A nível internacional, a instituição detém maioritariamente as acções do BAI Europa e tem igualmente representações em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, pretendendo ainda instalar representações na África do Sul, Reino Unido, Brasil e Estados Unidos da América. As perspectivas estendem-se também para a Ásia.

“Não queremos exercer actividade puramente bancária nestes países Queremos servir de antena para captar

novos investimentos para o país”, sublinhou. Em relação aos níveis de rentabilidade das representações do BAI no estrangeiro, Mário Barber disse que apesar da crise, o BAI Europa, com sede em Portugal, tem tido até agora um comportamento estável, diverso do BAI Cabo Verde, cujos resultados não têm sido, até agora, os esperados face aos de Portugal e São Tomé. Numa conferência de imprensa de apresentação do relatório de contas de 2010, sublinhou que o Banco Africano de Investimentos obteve um aumento de 112 milhões de dólares, correspondente a um por cento de crescimento, enquanto os fundos próprios atingiram os 688 milhões de dólares, contra os 625 milhões do ano transacto.

Quanto aos recursos de terceiros, o banco atingiu 7,384 milhões de dólares em 2010 contra os 7,313 milhões de dólares do ano anterior.

6.7 Modernização do Cazenga em marcha

Jornal de Angola
26 de Maio de 2011

O Presidente da República escolheu a Lagoa de São Pedro para a primeira paragem da jornada de campo que efectuou ontem aos municípios do Cazenga e Viana. Considerada muito crítica, particularmente em época de chuva, a zona do lago foi demasiado castigada no passado mês de Abril, durante o qual centenas de famílias que vivem na área adjacente foram forçadas a abandonar as suas casas.

No terreno, José Eduardo dos Santos ouviu explicações do ministro do Urbanismo e Construção sobre a intervenção de que está a ser alvo a Lagoa de São Pedro, e como ficará o local quando estiverem concluídas as obras, inseridas no plano já em curso de reconversão urbana do município do Cazenga.

A eliminação da Lagoa de São Pedro, como parte de um programa de macro drenagem, que inclui a requalificação integrada do bairro Precol, é crucial para o avanço das obras de requalificação da vala de drenagem do sufoca, que parte, precisamente, da lagoa de São Pedro e vai dar à Lagoa velha, também conhecida como Suroca velha, nas imediações da Comarca de Luanda.

Depois de visitar a Lagoa de São Pedro, o Presidente da República foi ao Marco Histórico dos Heróis do 4 de Fevereiro, onde pôde ouvir explicações sobre o curso das obras do Plano de Desenvolvimento do Cazenga, em que intervêm os ministérios do Urbanismo e Construção, Finanças, Energia e Águas, além da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda e do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana dos municípios do Cazenga e Sambizanga. Coube ao ministro do Urbanismo e Construção a exposição do programa de

execução do Plano de Desenvolvimento do Cazenga, assente em projectos estruturados para habitação, infra-estruturas e equipamentos sociais, que vai corrigir situações pontuais que marcam o quotidiano dos mais de dois milhões de habitantes do município.

Insuficiência no fornecimento de água, drenagem de águas pluviais a céu aberto, construções desordenadas desprovidas de qualquer tipo de infra-estrutura, depósitos de lixo a céu aberto e drenagem de esgotos a céu aberto, foram alguns dos constrangimentos apontados pelo ministro.

O Plano de Desenvolvimento do Cazenga tem como objectivos eliminar as áreas ocupadas de forma desordenada, disponibilizar terras para novas habitações e serviços, e reduzir a especulação fundiária e os altos preços dos terrenos e habitações.

Estradas e drenagem das águas

Fernando Alberto da Fonseca fez ponto da situação do andamento das obras de macro drenagem da província de Luanda, designadamente as valas do Suroca e a requalificação do Bairro Precol, a vala do Rio Seco e a requalificação do Bairro da Maianga, a vala Senado da Câmara, e a requalificação do Bairro Nelito Soares, e a requalificação das infraestruturas do bairro nº 2 Cazenga.

O ministro referiu-se às vias rodoviárias estruturantes e programas complementares, numa perspectiva integrada do sistema de drenagem das águas pluviais e residuais, precisando, em termos quantitativos, as estradas existentes, em construção e as que foram concluídas nas diferentes etapas do programa.

Com esta exposição ficou a saber se que entre as estradas concluídas na primeira fase consta a via expresso Luanda/Viana e, na segunda, a via expresso Luanda/Kifangondo, estrada UGP/ Futungo/Cabolombo, e a circular Cacucaco/Viana/ Cabo lombo. Segundo o ministro, entre as vias estruturantes de Luanda em execução, as ruas dos Comandos, Ngola Kiluanje, via expresso Luanda/Viana e Sétima Avenida (troço refinaria NK) têm a conclusão das obras marcada para Novembro, enquanto a Quinta Avenida deve ficar pronta em Junho de 2012.

No que se refere a programas complementares das vias estruturantes de Luanda, realce para as obras na via expresso Luanda/Kifangondo (troço Rotunda da Boavista/Refinaria, incluindo a ponte sobre o canal do Suroca), na avenida Ngola Kiluanje (troço Sétima Avenida Nova Cimangola e a conclusão do troço Cuca/Sétima Avenida), na Sétima Avenida e na Avenida Hoje ya Henda (troço Cidadela/cruzamento com o caminho-de-ferro) que têm início apazado para Setembro próximo, com duração de um ano.

Para Setembro de 2012 está também prevista a conclusão da obra de ligação da Rotunda da Boavista/Tungangó/Estrada de Catete, além de 50 quilómetros de vias secundárias e terciárias.

6.8 Ministério do urbanismo e construção aponta acções de execução prioritária

Jornal de Angola
27 De Maio 2011

Após a exposição, na quarta-feira, das linhas gerais do plano de desenvolvimento do Cazenga, na jornada de campo do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o ministro do Urbanismo e Construção, Fernando da Fonseca, apresentou um leque de recomendações, consideradas “prioridades de execução”.

A conclusão da macro drenagem do Cazenga, vias estruturantes e realojamento e a execução do programa complementar às vias estruturantes encabeçam a lista de recomendações, que inclui também a execução da vala do leito de corte pertencente à bacia de drenagem do rio Mulenvos, e a necessidade de se contratar, com urgência, os serviços de fiscalização para as obras de macro drenagem em curso.

Outras das recomendações prendem-se com o abastecimento de água, designadamente, a conclusão do Centro de Distribuição de Mulenvos, ampliação dos centros de distribuição do Cazenga e Mulemba e a realização da terceira fase da Estação de Tratamento Candelabro, com vista à produção nominal final de 180 mil metros cúbicos por dia.

No que se refere à componente financeira e de planificação, recomenda-se a autorização ao Ministério das Finanças para desencadear o processo negocial e de enquadramento nas linhas de crédito propostas e ao Ministério do Planeamento que acomode novos projectos e os créditos orçamentais adicionais do Ministério do Urbanismo e Construção, e da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda.

Linhas de crédito e OGE dão suporte aos projectos

Os projectos inseridos no Plano de Desenvolvimento do Cazenga, com empreiteiros brasileiros, portugueses e chineses, vão ser financiados por linhas de crédito e com recursos ordinários do tesouro, anunciou o Ministério das Finanças. Carlos Panzo – convidado a fazer o enquadramento financeiro do Plano de Desenvolvimento do Cazenga, em representação do Ministério das Finanças – sublinhou que nos casos de empreiteiros brasileiros vai ser feita a inserção dos contratos no montante a financiar, avaliado em 152,5 milhões de dólares, na linha de

crédito do BNDES. Sendo o valor global 1179,4 milhões, o remanescente (26,9 milhões) será pago em regime de “down-payments”, suportado com recursos ordinários do Tesouro Nacional. O mesmo se vai passar com os empreiteiros portugueses, com contrato no valor global de 58,16 milhões

6.9 Associação garante apoio à população na resolução dos problemas urbanísticos e loteamento.

Semanário Continente
27 De Maio de 2011

Apoiar o Executivo na materialização de projectos urbanísticos e combater as ocupações e construções anárquicas, são as razões que motivaram a criação da Associação

Nacional de Apoio aos Projectos de Urbanização e Loteamento de Angola

A tomada de posse dos corpos gerentes aconteceu, recentemente, no auditório do Centro de Formação de Jornalistas (Cefojor), em Luanda. Segundo o presidente da organização, João Domingos Trinta, as directrizes traçadas pelo Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, em prol da Reconstrução Nacional e os vários problemas que a população angolana enfrenta, no que diz respeito a urbanização, estão na origem da sua existência. O responsável informou, igualmente, que o estabelecimento de relações e colaboração com outras organizações filantrópicas, públicas e privadas são as grandes premissas da sua associação, tendo adiantado que a associação está muito bem orientada, pois nela, fazem parte figuras de destaque do aparelho governamental e deputados, como o próprio Chefe de Estado que pretende ver a vida dos angolanos melhorada em todos os domínios, bem como Kwata Kanawa, ministro para Assuntos Parlamentares, Bento Bento e José Maria dos Santos, respectivamente primeiro secretário do MPLA e governador de Luanda.

O secretário para os assuntos institucionais da associação, José da Costa Zua, falou a este jornal, que com a tomada de posse do corpo directivo, os governos provinciais, municipais e comunais têm um parceiro para solucionar vários problemas que afligem a população, no que toca à construção desordenada, que se tem registado em todo o país. Já para o jurista da associação e porta-voz, Castro João, esta I é uma agremiação sócio-profissional, que tem como objectivo fundamental identificar as grandes dificuldades que a população vive no que tange à 1 construções nas zonas de risco, saneamento básico, urbanização, loteamento e outras preocupações que são transformadas em projectos e por sua vez, estes são levados junto das administrações locais.

Em seu entender, com a identificação destes problemas, a organização deverá colaborar na concretização dos programas para o bem-estar das comunidades. O representante do gabinete provincial do MPLA, Lino Botelho de Oliveira, lembrou que Luanda hoje cresceu de forma despejorada, desenquadrada faltando armamento, saneamento básico, infra-estruturas para o transporte de energia e água potável.

“Todos nós reclamamos, luz, água mas construímos em locais impróprios”, sublinhou, apontando que quando há calamidades naturais, reclama-se ao Governo para apoiar, quando deveríamos nos prevenir.

Por outro lado, o político reconheceu que organizações como esta devem sempre aparecer para ajudar o Executivo no sentido de ultrapassar vários problemas que têm afectado o povo angolano no que concerna à calamidades naturais.

7 TERRA

7.1 Área para a construção de casas está livre de minas

Jornal de Angola

De 11 de Maio de 2011

O Instituto Nacional de Desminagem (INAD) procedeu, no fim-de-semana, na cidade de Menongue, Kuando-Kubango, à entrega oficial de 535 hectares livres de minas, na reserva fundiária de Mupambala, área indicada pelo governo da província para a construção de casas sociais, no quadro do programa do Executivo de fomento habitacional.

Os trabalhos de desminagem, iniciados em Setembro de 2009, terminaram em finais de Abril do corrente ano. Uma mina anti-pessoal, 1.557 munições diversas e 62.956 quilos de metais diversos foram removidos da zona, para não criarem embaraços às obras de urbanização dos 535 hectares da referida área fundiária.

No mesmo dia, os efectivos do INAD procederam igualmente à destruição de 252 engenhos explosivos, removidos nos arredores do aeroporto da cidade de Menongue, nas margens da estrada em direcção às localidades de Cuatir, Dumbo, Missombo e na reserva fundiária de Mupambala.

Entre os engenhos explosivos destruídos contam-se 60 obuses de canhão de 122, 76 e 60 milímetros, 12 projecteis de morteiro de 82 milímetros, 12 mísseis do tipo SA8, 10 bombas de 500 e 250 quilos, 16 minas anti-pessoal e 12 anti-tanque, 10 granadas de mão, 120 munições diversas e 50 quilos de engenhos explosivos.

O chefe de departamento provincial do INAD, Coxe Sucama, que apresentou as zonas desminadas ao vice-governador Simão Baptista para organização e infra-estruturas, assegurou que as referidas áreas oferecem excelentes condições de segurança, para que o governo provincial possa implementar os seus projectos, no quadro do processo de reconstrução nacional.

Realçou que a sua crença se deve ao facto do INAD ter utilizado tecnologia de ponta, como máquinas telecommandadas e um efectivo de 69 sapadores, equipados com detectores electrónicos.

O vice-governador do Kuando-Kubango enalteceu o trabalho feito pelo INAD e sublinhou que é importante que o processo de desminagem abranja toda a extensão da província, com vista a permitir a livre circulação de pessoas e mercadorias, “porque só assim a região vai conhecer um desenvolvimento socioeconómico acelerado”.

Simão Baptista realçou que até ao momento as áreas minadas constituem um dos principais empecilhos que o governo da província do Kuando-Kubango enfrenta para a implementação de vários projectos sociais, desti-

nados a melhorar as condições de vida das populações e a reduzir o risco de acidentes com minas. Disse ainda que o governo provincial vai continuar a apoiar as operadoras de desminagem, para que possam desenvolver as suas actividades sem qualquer sobressalto.

Comuna do Longa

Também a operadora britânica de desminagem “The Hallo Trust” entregou na semana passada, na comuna do Longa, no município do Cuito Cuanavale, 67.538 metros quadrados de área livre de engenhos explosivos, operação que culminou com a remoção de 199 minas anti-pessoal e diversos engenhos explosivos não denotados.

Um balanço das actividades da The Hallo Trust revela que os trabalhos tiveram início em Outubro de 2008 e foram concluídos em Abril deste ano.

A área limpa, ainda segundo o documento, representa 40 por cento do total de zonas sinalizadas, suspeitas de possuírem minas.

O documento refere que, devido à intensidade do conflito armado naquela zona, as matas da comuna do Longa podem ter minas e muitos engenhos explosivos não detonados, pelo que a operadora “The Hallo Trust” não poupará esforços para limpar estas áreas, e deste modo possibilitar que o governo provincial possa implementar os seus projectos destinados a melhorar o nível de vida da população.

Além da comuna do Longa, a “The Hallo Trust” está também envolvida em operações de desminagem ao redor da sede municipal do Cuito Cuanavale, incluindo a estrada nacional número 170, de acesso à vila de Mavinga, numa extensão de pouco mais de 200 quilómetros, onde algumas informações apontam para a existência de campos minados, com cerca de 30 quilómetros de extensão.

Destruição de minas

A brigada de engenharia das Forças Armadas Angolanas (FAA) procedeu recentemente à destruição de 98 engenhos explosivos diversos e 110 munições, removidas em operações de desminagem na estrada nacional número 372, que liga a sede comunal de Caiúndo (Kuando-Kubango) à localidade de Cubati (Cunene), numa extensão de 33 quilómetros.

A operação teve a duração de oito meses, durante os quais foram removidas e destruídas 37 minas anti-pessoal, 17 projecteis de RPG7, 2 de morteiro, três rockets de BM-21, 15 granadas de mão, 60 munições de AKM, 30 de ZU-23 e 20 de AG-17. A operação contou com o envolvimento de 60 efectivos, entre paramédicos, administrativos e sapadores que, durante as operações de desminagem, utilizaram detectores de minas de fabrico espanhol, muito eficientes em solos arenosos, como os da estrada nacional número 372.

7.2 Nos bairros Iraque e Bagdad Kangamba trava manifestação popular

Semanário Factual

De 14 a 21 de Maio de 2011

A intervenção do político deveu-se ao facto de os moradores lhe terem endereçado uma carta, solicitando as suas habilidades e a influência para junto do GPL defender os interesses da comunidade.

Ao tomar conhecimento do caso, o carismático cidadão, apercebendo-se da movimentação e do descontentamento da comunidade, deslocou-se aos dois bairros, como um verdadeiro “bombeiro”, fazendo jus à popularidade e credibilidades, que é alvo e, sem largar um tostão, conseguiu convencer as populações a aguardarem pela decisão governamental.

Antecipando a manifestação, fez sentir as comunidades das ideias saídas do recente congresso extraordinário do partido dos camaradas, das suas linhas mestras, no âmbito do programa de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

Alias, na sua intervenção, no recente congresso do MPLA, Bento Kangamba foi muito interventivo, quando defendia uma maior aproximação das autoridades locais junto das comunidades. Neste caso, dos bairros do Iraque e Bagdad, não se fez sentir nenhum apoio das autoridades locais, nem sequer um apoio moral.

É uma oportunidade para se questionar onde está e o que faz a Administração Municipal do Kilamba Kiaxi. Deixar as populações à sua sorte é perigoso, pois elas, em situação de desespero, são capazes de se deixarem levar por pessoas oportunistas e intriguistas.

Por este facto, as mais de três mil famílias, muitas das quais a viverem em condições precárias ou em casas de outros parentes próximos, face à demolição das suas residências, construídas naturalmente com muito suor, estavam na iminência de fazerem uma manifestação.

Em contrapartida, Bento Kangamba sempre se manifestou disposto a cooperar na fiscalização dos actos do Executivo nos seus variados níveis, tais como no processo habitacional, recuperação de vias secundárias e terciárias, reintegração dos ex-militares, concursos públicos de jovens, entre outros .

Hoje, o País avança de maneira segura e tem definido uma estratégia de reconstrução nacional de médio e longo prazos e, em todo o processo, é importante uma maior atenção aos mais necessitados, como este caso de demolição em nome da paz e da reconciliação entre todos os angolanos, independentemente da opção política.

Vale recordar que Bento Kangamba abortou, com sucesso, duas manifestações em 2010, sendo uma de professores, na província da Huíla, e outra de taxistas, em Benguela. Nesta última acção, atendeu a mais de mil

taxistas e deu a cada um 400 dólares, de forma a minimizar as suas carências.

Com esta atitude, Bento Kangamba torna-se num dos poucos políticos que conseguem resolver problemas cujas instituições locais não têm solução nem carisma político. E por conta dessa forma de ser e de estar que se tornou num dos poucos membros do CC do MPLA que goza de muita popularidade, principalmente no seio das pessoas mais desfavorecidas.

Esta acção dos manifestantes já tinha sido abordada pelas forças da ordem, no passado ano, quando um grupo de vítimas de demolição se dirigia para reivindicar junto da Assembleia Nacional.

Há cerca de três anos, as populações do Iraque e Bagdad perderam todas as suas pertenças, face à demolição efectuada por 10 máquinas. Foi um dia de azáfama na vasta área, onde se encontram erguidas milhares de casas do condomínio Jardim do Éden e se estendia até ao Lar do Patriota, deixando, no local, um cenário de deslocação para milhares de pessoas.

7.3 Primeiro parque tecnologico nacional está ser instalado no kilamba kiaxi

Jornal de Angola

17 De Maio de 2011

O vice-ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Aristides Safeca, anunciou ontem, em Luanda, a criação de um parque tecnológico empresarial, na Camana, município do Kilamba Kiaxi, onde vão ser instaladas empresas de referência no domínio das tecnologias de informação e comunicação.

O projecto, segundo Aristides Safeca, deve arrancar ainda este ano com o ordenamento do espaço de 14 hectares, onde devem ser postos à disposição das empresas espaços entre 800 a 1.200 metros quadrados.

Aristides Safeca falava à margem da cerimónia de abertura do Fórum angolano das Tecnologias de Informação e Comunicação no Centro de Convenções de Talatona, aberto pelo ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José de Carvalho da Rocha, e que hoje termina.

Com a criação do parque tecnológico, sublinhou o vice-ministro, pretende-se criar maior intercâmbio entre as referidas empresas, de forma a tomá-los um elemento fundamental para o desenvolvimento das tecnologias de informação no país.

O Estado, acrescentou, participará na infra-estruturas do projecto, com a instalação de redes de última geração,

tanto em fibra óptica, como em banda larga, para que as empresas tenham todas as condições para poderem produzir mais valia no domínio das tecnologias de informação e comunicação.

À semelhança do projecto em referência, lembrou que existe um outro parque tecnológico no domínio do saber, para Luanda, onde estão a ser concentrados os institutos de formação no domínio das tecnologias de informação. Para já, anunciou para 2013 o arranque das aulas (ano zero) no Instituto Superior para as Tecnologias de Informação e Comunicação, cujo projecto pedagógico foi realizado em 2007, tendo reconhecido que o país ainda não dispõe de quadros qualificados suficientes. A instituição escolar, localizada no Bairro dos CTT, conta, numa primeira fase matricular, com cerca de mil estudantes e “tudo vai depender da forma como o mercado reagir”, admitiu”

Regulação do mercado

Aristides Safeca considera “imprescindível” a criação de leis para regular o mercado das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no país. Do seu ponto de vista, “não pode haver um mercado estável com a dimensão que se pretende no domínio das TIC em Angola, se ao mesmo tempo não for criada legislação que faça com que os actores nesse mercado desenvolvam a sua actividade sabendo os seus direitos, limites e oportunidades”.

Em fase de produção estão, entre outras, a Lei relativa às comunicações electrónicas e serviços da sociedade de informação, o regulamento da actividade das comunicações electrónicas, a lei de protecção de dados, e a de combate à criminalidade no domínio das TIC.

A título de exemplo, referiu que a “Lei de combate à criminalidade no domínio das tecnologias de informação e comunicação” vai permitir que o cidadão se sinta protegido e saiba como agir quando a sua privacidade for violada.

A Lei das comunicações electrónicas vai regular todo o sector no domínio da prestação de serviços das tecnologias de informação e comunicação e substitui a actual Lei das Comunicações, que se mostra “bastante limitada”.

Safeca criticou, por outro lado, as empresas de construção civil que, no exercício da sua actividade, danificam muitas das vezes as infra-estruturas das comunicações, acrescentando que o Executivo também já trabalha para criar leis que garantam maior sentido de responsabilidade a todos os utentes de serviços infraestruturais no país.

O vice-ministro garantiu que a cobertura total do território em fibra óptica está quase concluída, informando que muitos serviços já são possíveis a partir das províncias.

Está em curso a reestruturação dos serviços postais no

país. Para tornar as comunicações um serviço eficiente e mais barato.

7.4 Alerta para surto de cólera

Jornal de Angola
14 de Maio de 2011

Governo Provincial de Luanda e a OMS (Organização Mundial de Saúde) poderão declarar a qualquer momento uma epidemia de cólera em Luanda, mercê de uma vaga de 36 casos, que resultou seis mortos.

As crianças estão entre o grupo mais afectado pela doença. Os 36 casos de cólera foram registados, no município do Sambizanga, segundo a directora provincial de Saúde, Isabel Massoco, que indicou que cerca de metade dos casos são crianças com menos de cinco anos de idade.

Caso se confirma os resultados das investigações epidemiológicas efectua das e das amostras de água recolhidas deverá ser feita uma declaração de uma epidemia de cólera em Luanda.

Na sequência desta situação, o GPL deverá criar uma unidade especial de tratamento da água, tal como sucedeu em 2006, no Centro de Saúde da Boavista. Uma das acções previsíveis deverá ser a intensificação da distribuição de uma solução de hipoclorito de cálcio e água potável à população.

As autoridades lançam ainda um apelo à população para que cumpra um conjunto de regras básicas de prevenção, que incluem a lavagem das mãos com água e sabão antes de tocarem em alimentos e a desinfecção da água com lixívia. A população foi ainda aconselhada a não comer alimentos crus ou mal cozidos.

A destruição provocada pelas chuvas, as águas estagnadas que se acumulam pelos principais bairros degradados, onde habitam mais de sete milhões de habitantes da cidade, poderá agravar o alastramento da doença, se as autoridades locais não tomarem medidas de sociedade comunitárias.

Só para exemplificar, em 13 de Fevereiro de 2006, o nível do país, a cifra foi de 2.817 casos, sendo as províncias de Benguela com (581), Luanda (337) e a Malange (332) as mais atingidas.

Neste caso é importante que toda a sociedade participe na luta contra esta epidemia, através da realização de novas campanhas de sensibilização junto das conseqüente contaminação da água que está na base do surgimento de várias epidemias, entre as quais a cólera que

ainda continua a fazer vítimas em várias províncias do país.

A cólera é uma infecção intestinal aguda que se contrai através da água, de alimentos contaminados ou do contacto directo com as fezes de pessoas doentes, infectadas com a bactéria *vibrio cholerae*.

A doença manifesta-se por vómitos e diarreia abundante, sem dor, que pode levar a uma desidratação grave e à morte em poucas horas se não for devidamente tratada. A doença tem um curto período de incubação, que pode ir de menos de um dia a cinco dias, as povoações, com vista, a observância das medidas de prevenção, visto que a mesma constitui perigo para a saúde das populações.

As autoridades tradicionais e religiosas, pela influência que têm nas populações, podem servir de mobilizadores, através da transmissão de informações sobre os cuidados higiénicos a ter em conta no dia a dia.

O índice de prevalência no país é assustador, atingindo sobretudo os jovens e as mulheres, salientando que ainda é possível controlar a propagação da doença pela via da educação e da sensibilização. A precariedade dos serviços básicos de saúde e a deficiente rede de assistência médica pré-natal são factores que contribuem para a elevada taxa de mortalidade materno infantil no país.

O país possui uma das mais altas taxas de fertilidade, mas ao mesmo tempo possui também a elevada taxa de mortalidade materna, situação preocupante e que se deve ultrapassar no âmbito das políticas para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milénio.

A questão do ambiente foi também tida em consideração pelo parlamentar que apontou as consequências do comportamento pouco racional do ser humano com relação a este assunto vital para a sobrevivência das pessoas.

O homem paga um preço elevado pela atitude de contínua agressão do ambiente com acumulação de lixo e a Consequente contaminação da água que está na base do surgimento de várias epidemias, entre as quais a cólera que ainda continua a fazer vítimas em várias províncias do país.

A cólera é uma infecção intestinal aguda que se contrai através da água, de alimentos contaminados ou do contacto directo com as fezes de pessoas doentes, infectadas com a bactéria *vibrio cholerae*.

A doença manifesta-se por vómitos e diarreia abundante, sem dor, que pode levar a uma desidratação grave e à morte em poucas horas se não for devidamente tratada. A doença tem um curto período de incubação, que pode ir de menos de um dia a cinco dias.

7.5 Sinistrados das chuvas começam a ser realojados nos próximos dias

Jornal Expansão

27 de Maio de 2011

O Presidente José Eduardo dos Santos lançará nos próximos dias um programa de realojamento das mais de 20 mil famílias que se encontram a viver em tendas em Luanda, sobretudo nos municípios de Viana, como consequência das enxurradas dos últimos três anos. A informação foi avançada pelo governador provincial de Luanda, José Maria dos Santos, em conferência de imprensa de balanço dos seus primeiros meses de governação sem, no entanto, adiantar o dia do lançamento do referido programa. No entanto, o Expansão apurou que o mesmo estava previsto para o passado dia 25 e teria lugar no município de Viana, que acolheu o maior número de pessoas carenciadas. “O processo [de realojamento] vai iniciar esta semana e acredito que uma percentagem bastante significativa terá o seu problema resolvido antes do fim do ano”, garantiu, apelando para a necessidade de as pessoas deixarem de construir em locais de risco. Por outro lado, o GPL destacou o facto de no primeiro trimestre do ano em curso ter arrecadado e depositado na Conta Única do Tesouro cerca de 92,3 milhões Kz, representando um acréscimo de cerca de 1743% em relação ao período homólogo de 2010 em que foram arrecadados 5,2 milhões Kz. Sobre a diferença, o vice-governador provincial para área Económica e Produtiva, Miguel Catraio, esclareceu que resultou sobretudo do facto de se alterar a lei relativamente às receitas arrecadadas ao nível dos municípios. “No ano passado tínhamos instrumentos que orientavam a utilização das receitas locais ao nível de algumas estruturas municipais.

Havia um procedimento de cativação e, como é evidente, as receitas que eram canalizadas para o Tesouro eram do cálculo diferencial, mas ao abrigo da nova lei este procedimento ficou alterado, não está em causa nenhuma conduta condenava dos responsáveis locais”, explicou, salientando ser intenção do GPL manter a tendência de crescimento das receitas a serem arrecadadas. Relativamente aos programas para a agricultura e pescas na província, o vice-governador anunciou que os mesmos se enquadram no programa da província de combate à fome e à pobreza, realçando que o GPL tem trabalhado com as instituições bancárias no sentido de financiar as iniciativas privadas. O governo de Luanda anunciou ainda para os próximos tempos, entre outros, os programas de requalificação urbana em alguns municípios que poderá beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas; assim como o início do novo modelo de recolha de lixo e o programa de regulação das reservas fundiárias.

7.6 Governo do Bengo aprovou as taxas para concessão de terrenos no dande

Jornal de Angola

31 de Maio de 2011

O governo da província do Bengo, reunido ontem, em Caxito, aprovou o preço das taxas a cobrar na concessão de terrenos para a construção de habitações e outros empreendimentos no município do Dande.

O comunicado saído da reunião refere que o governo provincial estipulou que para a aquisição de um metro quadrado na zona urbana devem ser pagos 64 kwanzas, na suburbana, 48 e na rural, 24.

No encontro, orientado pelo governador João Miranda, foi recomendada a digitalização dos serviços como forma de se evitarem possíveis conflitos relacionados com terrenos.

Os participantes foram informados sobre os projectos de saneamento básico, reconstrução de ruas, abastecimento de água potável e de energia eléctrica à vila de Caxito, Estatuto Orgânico do Ministério da Administração do Território e do estado dos programas municipais de desenvolvimento rural, que têm por objectivo a erradicação da fome e da pobreza.

Na reunião também foram tratadas questões referentes às obras de construção dos troços que ligam Ambriz, Bela Vista, Muxaluando, Balacende e o adiamento do Programa Água para Todos. Em Abril, o Executivo promulgou e mandou publicar vários Decretos Presidenciais, entre os quais o que se refere à aprovação, na província de Luanda, da localização e limites da reserva industrial do Cacuaco e da reserva agrícola da Baixa do Bengo. Consta igualmente o Decreto que aprova as reservas industriais da Zona Económica Especial das integradas na Zona Económica Especial Luanda-Bengo.

Outros Decretos Presidenciais aprovam, na província do Bengo, integradas na Zona Económica Especial Luanda-Bengo, as reservas mineiras da Barra do Iô, da Lemba, de Catete e de Calomboloca, todas no município de Icolo e Bengo e da Quiminha, Rio Loge e Quincala, no município do Ambriz. Foi também promulgado os Decretos Presidenciais que aprovam as reservas agrícolas da Quiminha, Bom Jesus e Bad-Bom Jesus, no município de Icolo e Bengo, e a da Barrado Dande, no município do Dande, as reservas industriais da Uala/Catete e Bom Jesus, nos municípios de Icolo e Bengo e da Quimanda.

8 SERVIÇOS BASICOS

8.1 Rua da lama há mais de cinco anos sem água potável

Semanário Angolense

De 07 a 14 de Maio de 2011

A Semelhança da rua da Don- Amália, que visitamos na semana finda, a rua da Lama do município do Rangel, que enfrenta os mesmos problemas. Logo na entrada nos deparamos com um lençol de água que se estendia de uma ponta a outra já esverdeado. Em alguns pontos tivemos que passar em pontes improvisadas por tábuas e metade de blocos, a fim de conseguirmos passar do outro lado da rua e ter acesso a algumas casas.

Em conversa com alguns dos moradores constatamos que a água que fica estagnada na rua é proveniente da rua da Vaidade e, por causa da falta de esgotos, a mesma fica estagnada, provocando muitos mosquitos.

Segundo Idalina da Silva, moradora da rua há mais de quarenta anos, esta situação tem se verificado mesmo quando não há chuva, o que se deve também a água salobra proveniente da terra. Muitos munícipes abandonaram as suas residências por causa da situação.

Outro problema apontado pela referida moradora é a falta de água potável na referida zona. “Nós já estamos há mais de cinco anos sem água potável”, lamentou.

Explicou-nos, por outro lado, que foram os moradores da rua 8 de Novembro que fecharam a conduta. “Eles construíram as casas ao longo da estrada, então, fizeram fossas debaixo do tubo que vem para rua da Lama e quando havia rotura no tubo enchia as fossas deles, por isso decidiram fechar a conduta”, contou.

Actualmente, os moradores da rua da Lama compram o líquido precioso nos carros, o bidom de 200 litros custa fica há 500 kwanza.

A fonte acima citada manifestou, por outro lado, a sua satisfação concernente a diminuição da criminalidade. “Melhorou muito, agora podemos andar a vontade”, frisou. Humberto Jorge, que reside na rua da Lama há vinte anos, tal como a primeira entrevistada, conta que o saneamento básico é péssimo. “Não temos esgotos, as ruas não estão asfaltadas, temos poucos contentores de lixo, o que faz com que haja muito lixo aqui”, disse.

Quanto a criminalidade, o nosso interlocutor afirmou que não existem mais grupos de bandidos na zona. Já, anciã Domingas Sebastião de Almeida, de 77 anos, reclamou o facto de a água salobra estar a invadir as residências. “Aqui o nosso maior problema é a água salobra que tem invadido as residências e, a água canaliza que sai das torneiras, vêm suja com um cheiro nauseabundo, não setve para tomar banho, cozinhar, lavar, por causa

disso tem provocado diarreia”, lamentou. Na rua da Ambaca a falta de, energia é o maior problema.

Segundo Leonardo Manuel, morador, mudou, mas para pior, porque rodas as residências foram invadidas pela água salobra. Esta situação não é apenas em algumas ruas mas, por todo Rangel, disse.,

Quanto a criminalidade, Leonardo concorda com os moradores acima citados, mas realça que tem havido alguns mos de assaltos, feito por delinquentes de outras zonas. No que tange ao saneamento básico, conta que a , rua esta péssima, por falta de valas para o escoamento das águas e, também pelo facto da mesma não estar asfaltada.

Julieta Manuel, outra moradora disse que o Rangel está mal, devido o problema das águas paradas, que não se limita apenas na rua da Ambaca, mas por todo município. “Os moradores fizeram pequenas valas, mas não têm suportado a quantidade de água. “Quando as valas estão entupidas deitam a água do uso diário na rua”, contou, tendo acrescentado que não têm problemas de energia.

Já Edson Bernardo Marcelo, outro morador, entende que o problema é as águas subterrâneas. Explicou que por vezes os moradores colocam mangueiras nas valas para retirar água das latrinas e por conta disso têm produzido mau cheiro na rua.

Por outro lado, disse que nem todas as casas têm água canaliza. Conta que havia uma conduta na Avenida Brasil, que fornecia o líquido precioso na rua da Ambaca, mas foi encerrada há já algum tempo a EPAL, o que dificulta ainda mais a vida da população local. “Ninguém nos diz nada, estamos a ter muita dificuldade em adquirir a água, há algum tempo, a administração estava a pedir fotocópias de bilhete aos munícipes para contabilizar as residências que não tinham água canalizada a fim de colocar, já passaram dois anos e até agora não vimos nada”, lamentou. Os moradores disseram que o problema na rua da Ambaca, se as águas salobras, a falta de postos de iluminação na zona o que de certo modo preocupa os munícipes. “A partir das dezoito horas aqui fica escuro. A criminalidade diminui mas não acabou. O lixo também tem preocupado os munícipes, porque segundo contam a operadora triambiente limita-se a fazer a limpeza e recolha do lixo apenas na estrada e na casa que estão ao longo da via”, concluíram. •

8.2 Falsos fiscais da edel cortam no kilamba kiaxi

Jornal Agora

Do dia 7 de Maio de 2011

Os moradores do bairro 28 de Agosto, no Kilamba Kixi, dizem estarem a constatar a presença de indivíduos que se identificam como fiscais, pertencentes a agência da Edel naquela zona que nos últimos dias estão a levar a cabo cortes de fios eléctricos.

Segundo os moradores a Edel forneceu energia eléctrica naquela circunscrição a título experimental. “Agora estamos surpreendidos como estes indivíduos estão a aproveitar-se da situação para extorquirem a população”, contou um morador lamentando a escuridão a que estão sujeitos.

Quando os supostos fiscais chegam ao bairro têm exigido

aos residentes a apresentação de recibos de pagamento mensal e dos respectivos contratos formulados com a agência, “Recusando mostrar, os recibos, imediatamente efectuem os cortes”; contou a fonte.

Os moradores têm-se defendido perante os supostos aproveitadores alegando que ainda não existem contratos por orientação da própria Edel.

“Quando a Edel, ligou a energia eléctrica, fomos informados que o sistema ainda não foi activado, facto pelo qual, os técnicos da referida empresa, nos disseram que teremos de aguardar por um tempo para poderem activar os nossos contractos”, disse Cristina António.

Os presumíveis fiscais, têm exigido também a fazer pagamentos mesmo sem activar o sistema, justificando que a Edel tem fichas para controlar todos os seus clientes.

“Eles insistem bastante, mais nós também sempre lhes explicamos que sem activar o sistema nada podemos fazer”.

Os moradores suspeitam que o grupo seja formado por antigos trabalhadores da Edel. • Hermenegildo Manuel, no Kilamba Kixi

8.3 Executivo atribuiu habitações a jovens de Lumbala Nguimbo

Jornal de Angola

09 de Maio de 2011

Pelo menos 30 jovens do município do Lumbala Nguimbo, a sul da cidade do Luena, província do Moxico, receberam as suas casas no sábado, entregues pelo ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba. A par das casas, que foram erguidas no prazo de dois anos, o titular da pasta da Juventude procedeu à inauguração de um centro comunitário juvenil,

um projecto enquadrado no programa “Angola Jovem”. Este centro, que comporta salas de informática, de aconselhamento e de conferência, biblioteca, anfiteatro, estúdio fotográfico, zona administrativa, salão de beleza, cozinha e quartos de banho, está orçado em 350 mil dólares.

O ministro disse que as residências entregues aos jovens têm por objectivo diminuir as dificuldades habitacionais por que têm passado nos últimos tempos. Estas acções juntam-se aos esforços para resolver os problemas ligados ao desemprego, fome e pobreza.

De acordo com o ministro, a implementação destes vários programas têm igualmente como objectivo o rápido desenvolvimento das comunidades; daí as acções de fomento à agricultura, concessão de créditos e financiamentos de projectos juvenis. Gonçalves Muandumba mostrou-se satisfeito com o empenho do governo provincial no desenvolvimento do município, que apresenta uma nova imagem, com a construção de várias infra-estruturas de impacto social, deixando para atrás os escombros da guerra. Após estas inaugurações, o ministro da Juventude e Desportos procedeu à entrega de uma ambulância ao Hospital Municipal dos Bundas, que vai ajudar a diminuir as carências que a unidade enfrentava em termos de transporte de pacientes em estado grave e outros.

8.4 Casas de pau-a-pique ganham aguam potável

Jornal de Angola do dia

13 de Maio 2011

As famílias residentes nas zonas próximas das missões católicas, na província da Huíla, foram contempladas, pela primeira vez, com água potável nas suas Illoradias, no âmbito do programa “Água para Todos”.

Para esta primeira empreitada, o projecto, que consiste em instalar pequenos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água potável ao domicílio, está a beneficiar as famílias que vivem perto das missões católicas de Ngola, Chicomba e Quipungo.

O director provincial das Aguas na Huíla, Abel da Costa, disse ontem ao Jornal de Angola que o objectivo é levar água potável de qualidade às populações mais necessitadas. Na missão católica de Ngola, município de Caluquembe, está em construção um sistema de captação, armazenamento e distribuição de água, cujas obras estão na ordem dos 90 por cento, sublinhou. Já na missão do Sendy, município de Quipungo, encontra-se em fase terminal a construção de uma estação de tratamento de água (ETA), com capacidade de cinco metros cúbicos/hora e instalação de um sistema solar para garantir a energia eléctrica.

Na missão de Chicomba, município com o mesmo nome, os trabalhos de instalação do novo sistema de fornecimento de água estão na ordem de 70 por cento e prevêem a captação e rede de distribuição ao domicílio, referiu.

O director provincial das Águas na Huíla, Abel da Costa, referiu que os projectos em curso vão permitir levar água ao domicílio, ao contrário dos fontanários colectivos, construídos em algumas comunas e bairros periféricos.

8.5 Ong promove projectos sociais junto das comunidades do campo

Jornal de Angola do dia
13 de Maio 2011

A Organização Não-Governamental CICCI Lda, um dos parceiros do Executivo na luta contra a malária, desde 1998, vai brevemente realizar projectos de melhoria da água potável nas zonas rurais, disse segunda-feira, ao *Jornal de Angola*, o responsável da instituição, James Titelman. James Titelman assegurou que vai ser lançado nos municípios de Namacunde e Cuanhama o sistema Last Family, destinado a filtrar água suja e transformá-la em potável.

Referiu que o sistema é mais usado no campo, onde a escassez de água potável é uma situação permanente e contínua, pelo que a solução passa pela aplicação do tipo de projectos simples, mas também viáveis para o referido meio.

De acordo com James Titelman, a intenção é fazer com que cada família possa, no mínimo, dispor de um filtro para transformar água não tratada em água limpa, cuja capacidade é de 18 mil litros dia, suficiente para uma família de seis indivíduos obter o precioso líquido tratado em casa. Deu ainda a conhecer que a sua instituição, de um tempo a esta parte, tem vindo a distribuir, de forma gratuita, novos medicamentos de combate à malária e mosquiteiros impregnados às comunidades rurais e suburbanas, um pouco por todo o país.

A nível da província do Cunene, lembrou, a Cicci tem trabalha com o governo da província com o objectivo de envolver ainda mais as administrações municipais na distribuição e instalação do referido sistema, bem como na entrega de mosquiteiros.

James Titelman disse que a sua organização pretende igualmente contribuir para o projecto do Executivo “Água para todos”, em curso no Cunene.

8.6 População consome água impropria

Jornal de Angola
14 De Maio de 2011

A população do Cazenga consome, há mais de dois meses, água contaminada. Segundo responsáveis do hospital municipal, esta situação está na base do surto de cólera e de outras doenças diarreicas que se registam no município.

O chefe adjunto do banco de urgência do hospital dos Cajueiros, Adriano Mateus, afirmou que um cidadão, identificado por António Panda, morreu recentemente em consequência da cólera. Adriano Mateus referiu que, desde princípio do mês de Abril, o banco de urgência da instituição internou 235 pessoas, 145 por causa da malária, doenças respiratórias agudas e diarreias.

Acrescentou que a água que a população consome apresenta uma cor amarelada, com alguns resíduos sólidos e exala mau cheiro.

Conceição Rodrigues, uma cidadã que vive na rua dos Comandos, lamentou a situação que a população do Cazenga enfrenta no domínio de abastecimento de água potável. Frisou que a sua avó, de 72 anos, está internada por ter contraído a cólera, por causa da ingestão da água contaminada.

Cláudio Vunge referiu que o consumo de água mal tratada tem provocado dor de estômago e vômitos. “É lamentável que, ao longo de três meses, a direcção da EPAL não consiga superar o problema. Somos forçados a consumir a água nestas condições”, afirmou.

A Empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL) reconhece que a qualidade da água que está a ser fornecida ao município do Cazenga apresenta alguma deficiência. Em declarações à Rádio Nacional de Angola, o director de controlo de qualidade Filipe Maiomona, disse que a situação resulta do cruzamento de águas entre o rio Bengo e uma lagoa. “Realmente, nestes últimos dias temos notado que a água tem uma cor esquisita. Durante o mês de Abril, com as enxurradas que a cidade registou, o caudal do rio Bengo aumentou, causando transbordo. Isto fez com que a água do rio se misturasse com a água da lagoa, o que originou uma alteração da sua qualidade”, disse. Filipe Maiomona garantiu que a situação está ultrapassada e os primeiros sinais de melhoria na qualidade da água no Cazenga já são visíveis.

“Estamos a fazer esforços para ultrapassar esta situação. Hoje temos água diferente em relação à que jorrava nas torneiras nos dias passados. Devo dizer que a qualidade da água não depende só do tratamento, mas também da rede e nós temos problemas de saneamento básico ao nível do Cazenga.”, concluiu o director de controlo de qualidade da EPAL.

8.7 Consumidores de cariangó servidos com água potável

Jornal de Angola

17 De Maio de 2011

As comunas de Banza Kissala, Bimbi, Lungo e da Mumba, no Kwanza-Sul, passaram a beneficiar de água potável no quadro do programa de assistência às comunidades rurais, com a montagem de chafarizes, lavadouros e tanques de abastecimento.

A Associação Cristá da Mocidade do Kwanza-Sul entregou oito chafarizes, igual número de lavadouros, seis tanques de abastecimento de água potável às comunidades de Banza Kissala, Bimbi, Lungo e Mumba todas da comuna de Cariangó, município da Quibala. A execução do projecto, que durou um ano, contou com um financiamento de 174 mil dólares da empresa petrolífera Statoil e da embaixada da Noruega em Angola.

Os empreendimentos vão beneficiar 1.897 pessoas, que antes percorriam longas distâncias para obter água para consumo. A água é captada em poços cujas bombas são movidas através de geradores ou painéis solares.

O vice-presidente da Associação Cristá da Mocidade, Francisco de Oliveira, manifestou satisfação porque o fornecimento de água potável responde aos anseios das comunidades. “É para nós uma grande alegria termos concretizado um projecto que tem grande impacto na vida das pessoas”, referiu Francisco de Oliveira. A norueguesa Vibeke Skauerud aconselhou as mulheres a cuidarem dos chafarizes, os lavadouros e os tanques de abastecimento de água, por serem elas que mais se ocupam dos cuidados domésticos. O administrador municipal da Quibala, Manuel Fernando, em nome dos habitantes da comuna, pediu a outras organizações não governamentais a seguirem este exemplo.

“O Executivo sempre contou com a colaboração dos seus parceiros sociais na solução dos problemas que afectam as populações e a entrega destes empreendimentos prova isso mesmo”, frisou.

O administrador da Quibala prometeu apoiar as populações com combustíveis e lubrificantes, para garantir o funcionamento ininterrupto dos geradores que permitem a bombagem de água para os tanques reservatórios.

Gestão dos recursos

Para a gestão dos chafarizes, sistemas de captação e lavadouros, as comunidades constituíram Grupos de Água e Saneamento (GAS), que vão recolher as contribuições das pessoas, no valor de 200 kwanzas cada família e por mês, afim de proporcionar a sua manutenção.

De acordo com os líderes comunitários, as contribuições são voluntárias, porque todos sentem a necessidade do sistema ter manutenção, porque vai permitir a sua durabilidade.

Os habitantes de quatro comunidades leram uma mensagem de agradecimento aos promotores da iniciativa e às autoridades administrativas presentes, na qual manifestam a sua alegria por verem solucionado o problema do abastecimento de água potável.

As mulheres foram as que mais aplaudiram a inauguração do sistema de água nas suas comunidades Teresa João, moradora do bairro Bimbi, disse ao Jornal de Angola, que antes da construção do chafariz e do lavadouro fazia enormes esforços para acarretar água do riacho, que fica a dois quilómetros da aldeia.

O soba do bairro Bimbi, José Luango, expressou alegria pela dimensão do empreendimento, que seu povo acaba de ganhar.

8.8 Talamungongo beneficia de sistema de água

Jornal de Angola

19 De Maio de 2011

As populações da comuna de Talamungongo, localizada no município de Kambundi-Katambo, cerca de 120 quilómetros da cidade de Malange, beneficiam desde terça-feira de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, com capacidade para 40 mil litros de água/dia.

O sistema enquadra-se no projecto “Água para todos” aplicado em todo o país e na província de Malange em particular.

Ao inaugurar o sistema, o governador provincial de Malange, Boaventura Cardoso, enfatizou que a concretização do projecto consta das prioridades do Executivo na criação de mínimas condições de vida das populações. Boaventura Cardoso garantiu que o “Projecto água para todos” vai ser extensivo aos outros municípios, comunas e aldeias da província. O governador recomendou à população de Talamungongo para cuidar bem do empreendimento, para a sua vigilância e durabilidade, com vista a evitar que determinados indivíduos pratiquem actos de vandalismo.

De acordo com o chefe de Departamento de Águas da Direcção Provincial da Energia e Aguas, Lourenço Neto, o projecto já beneficiou as populações das localidades de Kinge, Cateco-Cangola (Calandula), Ngola-Luige (município de Malange), Cambaxe e Cambuse.

O responsável garantiu que vão ser inaugurados mais três sistemas de captação, tratamento e distribuição de água nas localidades do Kinge, Cateco-Cangola, município de Calandula e Massango.

O responsável Lourenço Neto disse que o projecto “Água para todos” permitiu efectuar igualmente furos nas áreas de 11 de Novembro (Cacuso), Puíca (Cambaxe), Cabaça-Mungongo (Calandula) e na comuna de Mufuma, no município de Kundadia-Base.

Satisfação dos populares

O soba de Talamungongo, Martins Gongga, afirmou estar satisfeito com os esforços do Executivo na melhoria das condições de vida do povo. Segundo a autoridade tradicional, antes da sua inauguração, a população era obrigada a percorrer longas distâncias para aquisição de água.

O regedor Carlos Manuel garantiu que, com a inauguração do sistema de captação e tratamento da água, vão ser minimizadas as dificuldades que a população de Talamungongo enfrentava.

8.9 Água escasseia na terra nona

Jornal de Angola

21 De Maio de 2011

De algum tempo a esta parte tem se registado a redução dos níveis de abastecimento de água no bairro da Terra Nova que depois de vários anos de seca, passou a constar do leque das zonas melhor servida com o líquido precioso.

Beneficiando do projecto águas, executado pela Odebrecht, passou a estar na agenda não apenas dos moradores de bairros vizinhos, como também de zonas de elite quando a carência de água tomava rumo anormal, ou seja agravasse ainda mais.

Salvo excepções raríssimas, a água na Terra Nova passou a jorrar cerca de 18 horas ininterruptamente, ou seja das 5 às 23 horas sendo que muitas vezes as ruas acabavam alagadas devido a distração dos populares que se esqueciam de fechar as torneiras.

A referida situação foi diminuindo de ano em ano visto que era resultado das pessoas terem ficado vários anos sem água canalizada. Não estavam acostumadas a abrir e a fechar as torneiras. Tinham, sim, de acordar cedo para apanhar as cisternas que vendiam o líquido preciso que pegavam onde só os motoristas e os respectivos ajudantes sabiam.

Muitas vezes a água estava turva, as pessoas reclamavam, desconfiavam que a mesma tinha sido retirada directamente do rio e não beneficiaram do devido tratamento mas a necessidade determinava a compra do líquido.

Os preços eram determinados pelos vendedores que, no entanto, faziam jus a lei economia da procura e da oferta. Quando as cisternas não aparecessem as pessoas tinha que se deslocar vários quilómetros para encontrar água.

O referido cenário deixou de ser uma realidade na Terra Nova mas ainda é em muitas zonas do País, sobretudo em Luanda, enquanto os moradores da Terra Nova temem voltar a enfrentar. A preocupação deve-se ao facto de nos últimos meses a água canalizada naquela estar a escassear.

Em muitas residências o precioso líquido deixou de jorrar há vários meses, enquanto noutras os dias que ficam sem ter água são maior comparativamente as residências que têm as torneiras a jorrar, em média, de quatro em quatro dias.

O cenário actual está longe do que caracterizou a pior fase do bairro, assemelhando-se ao período que antecedeu a referida fase em que as casas que, de vez em quando, recebiam água era “invadidas” pela vizinhança.

E, actualmente, um cenário característico das diversas ruas do bairro, pessoas circularem com os baldes à busca de água. A situação tem estado a preocupar os moradores que se vão interrogando sobre o que se está a passar? Perante a impossibilidade de terem a questão respondida muito por culpa da cínica relação que mantêm com a administração local, os moradores desenham diversos cenários. Alguns moradores acreditam que o bairro está a ser prejudicado para beneficiar os projectos habitacionais que vão surgindo, sobretudo no sul da província.

A referida possibilidade faz algum sentido se tiver em consideração o facto de o Executivo garantir que as novas zonas terão água o que contrasta com a actual capacidade de produção de água de Luanda que é de cerca de 700 mil metros cúbicos e a necessidade é de 2 milhões de metros cúbicos.

Para minimizar o défice existente, a cidade precisaria de mais de grandes Estações de Tratamento de Água (ETA) sendo que, actualmente, Luanda tem quatro das quais apenas duas são consideradas grandes.

Muitas vezes a água estava turva, as pessoas reclamavam, desconfiavam que a mesma tinha sido retirada directa-

mente do rio e não beneficiaram do devido tratamento mas a necessidade determinava a compra do líquido.

8.10 Indalatando tem novo sistema de água

Jornal de Angola

31 DE MAIO DE 2011

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, inaugurou, ontem, na localidade de Kawabe, Ndalatando, o novo sistema de captação e tratamento de água potável do Kwanza-Norte.

O sistema, orçado em 21 milhões de dólares, beneficia 134 mil habitantes de Ndalatando e arredores, através de 1.350 ligações domiciliárias, das 1.600 previstas, além de 96 chafarizes nas zonas periféricas.

Ana Dias Lourenço disse acreditar que o projecto vai permitir melhor projecção das acções dos sectores da indústria e do comércio, além de contribuir para a população deixar de percorrer longas distâncias para ter água de qualidade.

A ministra recomendou o uso racional da água e afirmou que o projecto demonstra a vontade do Executivo em proporcionar bens e serviços para a melhoria da qualidade de vida da população.

Ana Dias Lourenço disse saber que Ndalatando tinha sido, há anos, assolada por um surto de cólera, mas que, agora, com o consumo de água boa acreditava que a situação não voltava a acontecer.

O governador provincial do Kwanza-Norte frisou que, com a inauguração do projecto, a população via melhorado o acesso à água potável. Henrique Júnior revelou, para breve, a instalação de um projecto semelhante, mas com maior capacidade de fornecimento, a partir do rio Lucala. O governo provincial, disse, vai encetar um combate cerrado aos que estragam bens públicos. As pessoas, referiu, devem cooperar com o governo provincial na edificação e protecção dos equipamentos que ajudam a melhorar a prestação do serviço público para permitir o progresso e bem-estar de todos. O sistema, executado em dois anos e meio, tem um reservatório, com capacidade de cinco mil metros cúbicos, e uma rede de distribuição que se estende por 55 quilómetro

A inauguração do novo sistema de captação e tratamento de água acontece numa altura em que as autoridades preparam o arranque do projecto da nova centralidade de Ndalatando.

Em dezembro do ano passado, uma delegação da Sonangol Imobiliária inspeccionou em Ndalatando as reservas fundiárias do município de Cazengo, cujo relatório preliminar de avaliação topográfica permitir a implantação da nova centralidade urbana da capital provincial do Kwanza-Norte.

A equipa técnica verificou a caracterização topográfica da área escolhida para a implantação da nova centralidade verificar os estudos topográficos já realizados, onde estão feitas as projecções das redes técnicas, tais como água, energia e saneamento, de acordo com o plano de urbanização definido e aprovado pelo governo local.

O vice-governador província do Kwanza-Norte referiu que o plano envolve 210 hectares para edificação de 2.870 fogos habitacionais, o que exige mais 200 hectares porque a Sonangol Imobiliária tem projectos para edificar quatro mil fogos.

8.11 Gado tem mais acesso a água

Jornal de Angola

31 De Maio de 2011

O programa de melhoria de acesso à água e às pastagens para as comunidades de pastores nos corredores de transumância nas províncias da Huíla, Namibe e Cunene permitiu a construção de chimpacas e sondas de água em benefício de 152.144 cabeças.

O Projecto Transumância está a ser desenvolvido desde 2008 e é da responsabilidade do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Instituto dos Serviços de Veterinária e financiado pela União Europeia com um montante de 1,86 milhões de dólares sendo 800 mil directamente canalizados para a reabilitação e construção de pontos de água e chimpacas.

O responsável do projecto, Tim Russell, disse ao Jornal de Angola que durante esse período foi feito o levantamento de 172 pontos de água e identificados outros 280 para a criação de um banco de dados.

Tim Russell explicou que o objectivo do Projecto Transumância é apoiar o Ministério da Agricultura, Governos Provinciais e Administrações Municipais, Comunaes e outros parceiros na identificação de áreas pastoris comunitárias e corredores de transumância, além do melhoramento ao acesso à água e aos pastos.

Os projectos chegaram a 3.136 quimbos, totalizando 30 mil pessoas que viram os locais de pastagens e sistemas de água para o gado melhorados.

No município da Bibala, (Namibe) foram construídos e reabilitados postos de abastecimento de água nas localidades de Chitembo e Jamba. Na Huíla, as áreas beneficiadas foram Tchimumue e Mapuno (Gambos).

Na Cahama (Cunene) a construção e reabilitação de chimpacas começou nos Gambos e foram construídas e reabilitadas chimpacas nas localidades de Vicolongo e Otimbo. Foram executados projectos comunitários de cercas com plantações nas localidades de Muhonda, Chitemo, Camupapa, Jamba, Camue, Muhongo, no município da Bibala.

Ainda na Cahama e Gambos foram desenvolvidas acções comunitárias com a reabilitação de dez sondas de água, numa selecção de 14 pontos e vedação das chimpaaas.

“O programa permitiu ainda potenciar as comunidades com kits de vedação, distribuição de arame, carrinhos de mão, picaretas, alavancas, pás, esticadores, alicates, entre outros”, acrescentou Tim Russell. Tim Russell referiu também a construção de jangos pastoris para permitir a utilização dos corredores e pastos de transumância, gestão e manutenção dos pontos de água e as campanhas de vacinação. Os jangos permitem facilitar a venda do gado e fazer pressão para a criação de infra-estruturas de apoio técnico e financeiro e facilitar o surgimento de associações e cooperativas. O vice-governador da Huíla para a esfera económico, Sérgio da Cunha Velho, reconheceu que a elaboração de novas estratégias permite um desenvolvimento sustentável da produção do gado de corte, na perspectiva do programa de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

Cunha Velho disse que é importante a criação de políticas para o cumprimento das estratégias, o surgimento de associações e cooperativas e outras formas organizativas para melhorar o sistema de produção e comercialização de carne e outros derivados do gado.

O vice-governador defendeu também que é imperiosa a formação dos jovens criadores tradicionais para ajudar a melhorar a rede sanitária dos serviços de veterinária na região sul, incluindo a distribuição de medicamentos para o gado. Defendeu melhorias no sistema de comercialização de animais e alertou os criadores de gado para o perigo de algumas doenças infecto-contagiosas, quando não testadas nos animais.

9. GENERO E VIOLENCIA

9.1 Violência doméstica preocupa advogados

Jornal de Angola
04 de Maio de 2011

O coordenador do núcleo da Ordem dos Advogados, na província do Huambo, Albino Sinjecumbi, manifestou-se ontem preocupado com o aumento do índice de crimes no seio das famílias naquela região.

De acordo com o advogado, nos processos recebidos pela Ordem, são comuns os crimes ligados à fuga de paternidade, abandono do lar, violência e separações conjugais. Adiantou que, desde o princípio deste ano, o núcleo da Ordem está a dedicar maior atenção aos municípios, onde tem realizado palestras de sensibilização para que o cidadão conte com o apoio dos advogados na solução dos seus problemas.

Albino Sinjecumbi deu a conhecer que o trabalho está enquadrado nas actividades de divulgação da acção do Instituto de Assistência Judiciária, na região.

De acordo com o coordenador da Ordem dos Advogados da província do Huambo, até ao montante pelo menos 12 processos estão a merecer a atenção dos advogados e na sua maioria são provenientes dos municípios de Tchikala- Tchiloanga e Bailundo.

9.2 Alunos vítimas de ataques de meliantes

Semanário Angolense
07 de Maio de 2011

Os alunos das escolas do ensino básico do município do Cazenga estão a ser atacados nos últimos tempos por grupos de marginais, que estão também a tirar o sossego aos professores, que nada conseguem fazer para resolver o problema, soube o *Semanário Angolense*.

Os professores dizem que já estão cansados da situação porque as suas vidas também estão em risco, pois, muitas vezes, os meliantes interrompem as aulas, gritando das janelas e proferindo ameaças. Os docentes pouco ou nada conseguem fazer para inverter a situação.

As escolas Domingos Paiva e 706 são as mais visadas pelos meliantes, que se aproveitam da fraqueza dos estudantes e os assaltam e espancam, caso tentem resistir.

Na última semana, dois alunos foram agredidos na primeira escola, por um grupo denominado «os caídas», considerados os «comandantes da zona», em termos de grupos marginais, tendo provocado ferimentos a um rapaz, que teve que ser transportado para uma unidade hospitalar.

Este jornal apurou que a maior parte das confusões partem de pequenos desentendimentos entre alunos nas salas de aula. Acto contínuo, os que não se conformam com a solução dos professores chamam os seus respectivos grupos do bairro a fim de espancarem o colega.

Osvaldo Samuel, a última vítima «d'os caídas», contou que teve de fugir para não sofrer algo pior. «Há um mês atrás, tive um desentendimento com um colega meu, por causa de uma disputa

por uma carteira, mas depois o professor interveio, castigando aos dois. Pensei que tudo estivesse bem, mas, afinal, estavam a ver um dia para me atacar. Na quarta-feira, como saímos um pouco mais tarde, o meu colega e o grupo dele me agarraram e bateram com paus, mas consegui fugir para me proteger e evitar que o pior acontecesse», narrou o jovem.

Os encarregados de educação estão preocupados com a situação, uma vez que a integridade física dos seus filhos está ameaçada, apelando para que as direcções das escolas façam alguma coisa a fim de resolverem problema.

Hilário António, encarregado de educação de uma das vítimas, afirmou: «o meu filho foi espancado e roubado por marginais e nada foi feito, o pior é que tudo isso aconteceu frente à escola, os seguranças assistiram e nada fizeram. Se ele tivesse morrido quem iria responder? O mais grave é que um dos alunos da mesma escola participou da acção.

9.3 Criminalidade aumenta nas periferias

Jornal folha 8
7 de Maio de 2011

Segundo os moradores do Sambizanga, Cazenga, Kilamba Kiaxe e Viana, nos últimos tempos têm ido alvos de assaltos, roubos, violações e assassinatos., Sem descartar os sucessivos homicídios entre parentes, com destaque os homicídios por desconfiança “ciúmes” do parceiro (a). Neste mês, registou - se o assassinato de um dos actores da mini série Makamba Hotel, exibida pela Tv Zimbo. O actor Manuel Trindade, casado há mais de seis meses, foi esfaqueado dia 16 de Abril, pela mulher Paula Pacheco que suspeitava traição do marido. Este veio a morrer no hospital militar no dia 25 de Abril. A mesma novela eclodiu com a renomada advogada Nerika que cometeu a mesma atrocidade. Eduardo Lunga Jorge, de 25 anos de idade, prestador de serviços gerais, morador de Viana, foi barbaramente espancado por 4 elementos, dos quais um polícia, provocando a sua morte. O caso está a cargo da polícia judiciária de Luanda.

Durante a nossa reportagem, o F8 registou as mesmas reclamações, a falta de iluminação e policiamento é que tem sido o motivo das acções criminosas nestas áreas.

A actividade policial nestas zonas tem sido dificultada pela especificidade dos bairros, segundo o porta-voz e Super intendente chefe da polícia, Jorge Bengue, que confirmou os casos descritos pelos cidadãos. “Os actores desses actos vêem vantagem em assaltar nestas zonas devido aos esconderijos e a escuridão da área” comentou. Face as reclamações dos munícipes nestes bairros, a actual Comandante da Polícia Provincial de Luanda, Elizabeth Ranque Franck “Beth”, está a levar a cabo um programa de limpeza para contrapor as acções destes marginais que se sentem mais à vontade em cometer os seus actos em zonas com défice de policiamento e falta de iluminação eléctrica.

Jorge Bengue, sem adiantar números, fala do programa emanado pela Comandante “Beth” como maneira de contrapor as investidas criminosas nestas áreas. O objectivo é passar a confiança de segurança à população e fazê-la colaborar com a polícia, denunciando e identificando os principais problemas de criminalidade na comunidade.

“Em determinadas zonas escuras, também degradadas, abandonadas, baldias e com a falta de policiamento nocturno, os marginais aproveitam para cometer os crimes mais horrorosos do que em zonas mais arrumadas”, acrescentaram os moradores do Nova Vida.

Retrospectiva da polícia do ano passado e do presente foram feitas várias promessas e vários programas foram executados, mas sem, sucessos. Parece que a criminalidade se crivou nas estatísticas do ano passado que segundo Ambrósio de Lemos, Comandante da Polícia Nacional, o saldo ao combate a criminalidade foi positivo.

Em 2010 verificou-se também um acentuado aumento da criminalidade no país o que originou, o aumento de reclusos nas cadeias, provocando a super lotação, segundo informação do Procurador-geral da República, João Maria de Sousa, veiculada em 2010.

O PGR, assustado com o facto, na altura, em declarações à imprensa, anunciou medidas de emergência para evitar que pudesse acontecer o pior, nomeadamente a possibilidade do surgimento de doenças que rapidamente se podiam propagar no seio dos reclusos.

Nesta altura há necessidade de trazer a público as nossas makas, acrescentando que algumas das instalações prisionais são muito antigas, apresentando um estado de degradação muito avançado e até com risco de poder criar algumas situações desagradáveis. Apresentou o plano de emergência para a solução. Citando o Ministro do Interior que apresentou superiormente um plano para

se poder resolver a situação que se vive relativamente nos estabelecimentos prisionais.

A polícia exorta a população a ter um papel importante no asseguramento, denunciando estes marginais que se encontram nas periferias. Desta feita estarão a contribuir para sua segurança e bem-estar. Tudo isso permitirá a polícia encontrar mecanismos expeditos no combate ao crime.

9.4 Sentimento de insegurança na periferia de Luanda

*Jornal folha 8
7 de Maio de 2011*

Segundo os moradores mora dores destas zona nos últimos tempos, têm sido alvo de assaltos, roubos, violações e assassinatos, além de testemunhar em casos de crimes passionais, Num dos bairros de Via na, por exemplo, os moradores recordaram-se de Eduardo longa Jorge, de 25 anos de idade, prestador de serviços gerais que, recentemente, foi vítima mortal de espancamento perpetrado por quatro indivíduos, entre os quais um agente da Polícia Nacional. “Ele trabalhava em várias casas aqui da zona e nunca fez nada a ninguém pelo que ficamos sem saber o porquê do espancamento”, argumentou uma das testemunhas, acrescentando que os autores encontram-se detidos.

Os munícipes de Viana recordaram ainda de duas violações ocorridas no final do mês passados em que as respeitavas vítimas foram adolescentes e os protagonistas apanhados em flagrante. Em flagrante delito foi também apanhado o cidadão Francisco Tomé acusado de ter assassinado, em finais de Março, no Kilometro 14B: o cidadão João Guerra Vicente.

Os bairros klometro 9A e 12B são as zonas do município de Viana que, segundo os populares, são controladas pelos populares. ‘

A reportagem apurou que na noite no dia 20 de Março, na zona dos Kwanzas, no município do Cazenga, um cidadão que fazia serviço de segurança no Mercado dos Kwanzas foi vítima de um disparo mortal feito por um colega que se encontra detido.

No município do Sambizanga, Adelina da Costa Mavuca, ex-vendedora do mercado Roque Santeiro, defende que o encerramento daquele mercado tem concorrido para que os adolescentes daquela zona se dedicam ao crime, contrariamente ao que era prognosticado.

“Desde que nos foi retirado o mercado a criminalidade aumentou porque muitos dos jovens que, actu-

almente, fazem e desfazem no bairro trabalham no mercado, cobravam as fichas, limpavam o mercado, escamavam peixe ou matavam os animais”, argumenta. Continuando acrescentou que muitos dos jovens que trabalhavam no antigo Roque Santeiro não moravam no Sambizanga, calculando que poderão estar a “cometer crimes noutras zonas”.

A actividade policial nestas zonas tem sido dificultada pela especificidade dos bairros, segundo o porta-voz e superintendente chefe da polícia, Jorge Bengue que também se manifestou preocupado com a média de homicídios registada em Luanda: dois. Por dia. “Os actores desses actos vêem vantagem em assaltar estas zonas devido aos esconderijos e a escuridão da área” comentou.

Os moradores do bairro Nova Vida, no município do Kilamba Kiaxe também são de opinião que os marginais se aproveitam de condições como “escuridão, degradação das ruas para cometer”. O super tendente chefe, Jorge Bengue, sem adiantar números, fala do programa emanado pela comandante “Beth” como maneira de contrapor as investidas criminosas nestas áreas. O objectivo é passar a confiança de segurança m a população e faze-las colaborar com a Polícia, denunciando e identificando os principais problemas criminalidade na comunidade.

9.5 Polícia aconselha prudência aos cidadãos quando andarem com dinheiro nas ruas

Jornal de Angola
15 de Maio de 2011

O Comando – Geral da Policia Nacional alertou sexta-feira em Luanda os cidadãos nacionais e estrangeiros, para que evitem o transporte de elevadas somas em dinheiro e entrar ou sair de agências bancárias ou doutras instituições com dinheiro à mostra, para evitarem eventuais assaltos.

O alerta da Polícia Nacional é resultado, segundo um comunicado da corporação, distribuído aos órgãos de comunicação social, do facto de estar a notificar “reiteradas vezes um preocupante número de casos de assaltos de valores monetários em plena via pública, cujas vítimas são cidadãos nacionais e estrangeiros, particularmente de nacionalidade chinesa”.

pedem a colaboração dos cidadãos no sentido de observarem todas as medidas necessárias à sua segurança e a dos seus bens, evitando exhibir dinheiro.

A Polícia Nacional indica que os assaltos se verificam um pouco por todo o país, devido à forma descuidada como muitas pessoas exibem elevadas somas financeiras, sem qualquer tipo de medida de segurança adicional.

“Geralmente, as vítimas cometem a negligência de transportarem elevadas quantias financeiras, transacções e levantamentos bancários de grandes somas em dinheiro, descurando a necessidade de acautelar a sua segurança e a do dinheiro que levam consigo”, lê-se no documento, produzido pelo Gabinete de Comunicação e Imagem do Comando-Geral da Polícia Nacional. O documento lembra que, reiteradas vezes, a Polícia Nacional tem vindo a alertar a sociedade sobre os perigos que tais actos representam, pois esse gesto descuidado pode sempre atizar a cobiça de potenciais delinquentes.

A Polícia Nacional agradece a colaboração da população e recorda que a segurança dos cidadãos e dos seus bens começa a ser garantida por cada um, pelo que nenhum trabalho policial pode ser eficaz se não houver uma maior responsabilidade do cidadão para com a sua própria integridade.

9.6 Mulheres continuam a ser penalizadas pelas famílias

Jornal de Angola
19 De Maio de 2011

As mulheres continuam a ter pouco acesso ao ensino. Dados da UNESCO revelam que 759 milhões de analfabetos em todo o mundo são mulheres. Em Angola, em muitas famílias, as raparigas muitas vezes são postas de parte quando se fala em ensino.

Helena Miguel foi sempre muito aplicada na escola. Aos 14 anos já frequentava a nona classe, o mesmo nível em que estava o seu irmão mais velho. Os pais de Helena tinham pouco dinheiro e era impossível matricular os dois no ensino médio, por isso, deram prioridade ao irmão: “minha mãe pagou para o meu irmão continuar os estudos e disse-me para eu esperar, porque o dinheiro que tinha não era suficiente”, conta a jovem.

Dois anos passaram e a situação de Helena continuava na mesma. Aos 16 anos estava grávida: “foi muito duro para mim. Naquela altura eu só pensava em estudar, mas como a sorte me foi madrastra tive o azar de engravidar”, contou a jovem, hoje com 29 anos.

A situação de Helena é comum em muitas famílias angolanas, onde as raparigas são sempre postas em último plano quando a questão é prioridade.

Durante a nossa reportagem acompanhamos de perto a rotina de duas meninas em Luanda. Mariete Quintas, de 22 anos, estudante da sexta classe, e Milda Lopes, de 16 anos, que está aprender o ABC no bairro Catambor. As duas raparigas, apesar de terem percursos diferentes, vivem a mesma situação.

Mariete acorda às seis horas da manhã, lava a loiça, acarreta água, limpa a casa e faz o almoço. Uma actividade que desenvolve diariamente sozinha. Ela é a quarta filha de seis irmãos. Quando chegámos a casa de Mariete ela estava a fazer o almoço e nem sequer tinha olhado para os livros, apesar de estar a fazer provas do primeiro trimestre. “Se eu não fizer os trabalhos domésticos ninguém mais faz. A minha mãe trabalha e os meus irmãos vão à escola de manhã. Como eu estudo no período da tarde, antes de sair de casa tenho de deixar tudo arrumado”, conta a jovem. Dela ficámos a saber que os trabalhos domésticos lhe levam todo o tempo e por isso está a frequentar, pela terceira vez, a sexta classe.

A situação de Milda Lopes é igual à de Mariete. Saiu de Malange, onde nasceu, para ficar com uma tia em Luanda. Desde que está na capital, há dois anos, Milda só conseguiu frequentar um curso de explicações devido à intervenção de uma vizinha. “Só fico mesmo em casa, além do serviço doméstico cuido da roupa dos filhos da minha tia”.

Raparigas discriminadas

Em Angola há ainda discriminação das mulheres na sociedade e nas famílias. A afirmação é do coordenador da Rede Angolana da Sociedade Civil para a Educação, Vítor Barbosa.

Ele disse que as adolescentes são tratadas pelas mães como mulheres adultas para trabalhar e como crianças, quando lhes convém.

Muitas mães, antes de saírem de casa, marcam as tarefas domésticas às filhas, não se importando se ficam com tempo para estudar. Mas se a filha adolescente pede para ir ao cinema ou a uma festa com as amigas, a mãe recusa dizendo: “és ainda criança para frequentar festas ou ir ao cinema com as amigas”.

Essa contradição, de acordo com Vítor Barbosa, é muito forte na formação da personalidade: “se queremos combater a discriminação para com as mulheres, temos de começar por exigir que as Jovens possam ter acesso e sucesso escolar”.

Vítor Barbosa considera importante que, para além da educação escolar, existam grupos de alfabetização para reduzir o número de mulheres analfabetas. “A responsabilidade principal da educação é do Estado. Mas o Estado não é o único responsável, tudo deve começar na família”, explicou.

A maioria das raparigas sai da escola e quando chega a casa é absorvida com tarefas domésticas. Quando chega a hora do noticiário nem sequer tem a oportunidade de ouvir as notícias para estar informada e beneficiar daquilo que se pode chamar de educação informal.

Educação para todos

Vítor Barbosa defende que nos programas de educação é preciso de ter em conta as oportunidades para as duas formas de educação. A formal, que funciona de uma maneira mais rígida com programas e calendários, e a não formal, que visa proporcionar competências para a vida, sem considerar relevante a obtenção de um certificado: “a. ai educação para todos é uma questão a de todos”. p:

Como obstáculo no acesso ao ensino, Vítor Barbosa apontou a falta e de condições de higiene nas escolas, que em grande medida perturba, muito mais uma rapariga e leva-a a c, não assistir às aulas.

A falta de segurança em algumas escolas faz com que as raparigas desistam das aulas. O assédio sexual é outro aspecto que penaliza muitas meninas.

Orçamento para alfabetizar

Vítor Barbosa defende que as verbas da educação correspondam a 20 por cento dos recursos do Orçamento Geral do Estado. Actualmente a verba é de nove por cento o que “não permite sequer que se implante com sucesso em todo o país programa da merenda escolar”.

A merenda escolar é muito importante: “Se levarmos esse programa às escolas de todo o país, automaticamente vamos dar possibilidade às mães de mandarem os filhos para a escola, porque lá terão a possibilidade de comer”, disse Vítor Barbosa.

O número elevado de reprovações na primeira classe deve-se, segundo Vítor Barbosa, à falta de investimento na educação pré-escolar: “temos de investir a sério na primeira infância para as crianças terem mais sucesso nos primeiros anos de escolaridade”. E defendeu a criação de creches comunitárias para que todas as crianças possam ir à escola desde os primeiros anos e assim diminuir o analfabetismo entre as mulheres.

O reforço do orçamento na educação permite construir mais escolas, espaços para prática do desporto, melhor remuneração dos professores, actividades extra escolares, visitas de estudos, encontros pedagógicos onde os professores possam debater as suas experiências e resolver determinadas dificuldades.

Vítor Barbosa disse que todo este programa existe, mas a sua efectivação não está a ser possível por falta de verbas.

“Toda gente diz que é importante alfabetizar as mulheres. Mas o orçamento disponível para a alfabetização é muito baixo, nem sequer chega para pagar a metade dos alfabetizadores nem aos membros das Organizações Não Governamentais e igrejas que em locais difíceis,

sempre trabalharam na alfabetização. Muitas destas organizações não são incluídas no estímulo previsto para o relançamento da alfabetização e recuperação do atraso escolar”, referiu.

A falta de verbas dificulta a continuação de projectos importantes de apoio às mulheres e à sua alfabetização.

“As mulheres que vendem nas ruas têm necessidade de aprender determinadas coisas, como ler facturas e datas de validade. O mesmo acontece com as do campo. Saber os nomes dos instrumentos que utiliza no campo, diferenciar a qualidade de produtos e tudo isso pode ajudar no combate à pobreza”, defende Vítor Barbosa.

9.7 Angola regista redução da criminalidade

Jornal de Angola
26 de Maio de 2011

O Ministério do Interior registou uma redução nas estatísticas gerais da criminalidade no país no ano passado, revela o comunicado final da reunião do Conselho Consultivo Alargado, que terminou na madrugada de ontem, em Luanda.

Sem apontar dados comparativos com 2009, o documento lido no Conselho sublinha a preocupação das autoridades com os crimes violentos, principalmente os homicídios, violação de menores e violência doméstica, além dos roubos e consumo e tráfico de drogas.

Sob a presidência do ministro do Interior, Sebastião Martins, o Conselho Consultivo avaliou, durante dois dias, o cumprimento das recomendações da reunião anterior, o projecto de Lei sobre Fronteiras, a imigração ilegal e o plano estratégico sobre prevenção e segurança rodoviária em Angola.

No documento final, os conselheiros realçam os elevados índices de sinistralidade rodoviária e as suas consequências. No domínio da imigração ilegal, apesar dos resultados obtidos no combate a esse fenómeno, consideraram preocupante a tendência de entrada massiva e ilegal de cidadãos estrangeiros no território nacional e os novos métodos adoptados pelas redes organizadas de suporte a essa actividade ilícita. Os membros do conselho também tomaram conhecimento da situação dos Serviços Prisionais e sublinharam o aumento exponencial do número de reclusos que vem agravando a superlotação das cadeias. Na abertura da reunião, na segunda-feira, o ministro do Interior denunciou a existência no país de redes criminosas bem organizadas, que facilitam a entrada ilegal de estrangeiros. Sebastião Martins disse que elas “possuem, inclusive, comités de recepção e empresas de fachada, igrejas, congregações e seitas religiosas identificadas”. Assegurou no entanto, que a

Polícia Nacional tem sob a sua atenção estruturas de acolhimento e inserção de estrangeiros no país, que facilitam aos ilegais a obtenção de trabalho e documentos. A Polícia Nacional também está atenta à imigração ilegal selectiva, sustentada por cidadãos provenientes, sobretudo, da Europa e da Ásia. Sebastião Martins defendeu, igualmente, o combate cerrado à violência doméstica, consumo e tráfico de drogas e à criminalidade económica organizada, para garantir a segurança e tranquilidade das populações. Estes delitos têm aumentado ou pelo menos estão a ocorrer com maior visibilidade e impacto público, pelo que, na sua opinião, o assunto aconselha a uma “séria e profunda reflexão”.

Em matéria de segurança e ordem pública, referiu que o mais importante é dominar a situação operativa, conhecer e interpretar as preocupações diárias das populações e dar resposta, com medidas policiais concretas, sem muita divagação ou retórica.

“Não há desculpas quando se trata da segurança das pessoas”, declarou o ministro, ao dirigir-se aos representantes provinciais e responsáveis dos órgãos centrais do Ministério do Interior que participaram no encontro.

O ministro do Interior, Sebastião Martins, referiu-se também à situação nas cadeias do país. Frisou que a superlotação das prisões passa por uma melhor coordenação da gestão e controlo das execuções das penas, eficaz e actuante intervenção dos órgãos do Ministério Público, pela aposta em medidas alternativas à prisão, por uma cultura de justiça que vise responsabilizar e punir, mas ao mesmo tempo socializar, o indivíduo que infringe, quer no que tange à medida da pena, quer nas condições em que ela é cumprida.

9.8 Um milhão de casas estão aonde

Jornal de Angola
De 28 de Maio a 04 de Junho de 2011

Um milhão de casas estão aonde? Dos Santos e gatuno, o povo acordou, o petróleo é nosso”. Este é o conteúdo de alguns cartazes que eram exibidos por jovens manifestantes. A manifestação pacífica teve lugar quarta-feira, 25 de Maio e começou por volta das 11 horas, no Largo da Independência.

A manifestação foi interrompida por alguns minutos pela Polícia Nacional, que deteve alguns participantes, alegadamente pelo facto da lei de reunião e manifestações não permitir a realização de manifestações no período da manhã, nos dias normais de trabalho. Uma das detidas foi a cidadã Elsa Luvulo, ex -esposa de um membro do Bureau Político do MPLA, do tempo de Agostinho Neto, que disse ter sido agredida por elementos da Polícia Nacional.

Por volta das 13 horas, o número de manifestantes foi crescendo e vários grupos oriundos de alguns pontos

da cidade percorriam as ruas empunhado cartazes com dizeres como: “Queremos liberdade, a polícia é do povo e não é do MPLA, um milhão de casas estão aonde, Dos Santos é gatuno, o povo acordou, o petróleo é nosso.

Pelo menos até as 17 horas, a imprensa estatal não esteve no local para cobrir a manifestação que já contava com mais duzentos jovens. Na declaração lida por um dos coordenadores, os jovens, para além de exigem, sobretudo, emprego e liberdade, pedem também que a riqueza do país seja distribuída de forma equitativa. “O petróleo é nosso” - gritavam.

Com o passar do tempo, o aglomerado de jovens foi crescendo e no local estiveram presentes algumas figuras de destaque da vida política -social do país, dentre os quais Manuel Fernandes, líder dos POC’ s, Nelson Pestana Bonavena e Luís Nascimento, do Bloco Democrático, e Manuel de Vitoria Pereira, do SINPROF.

Algumas pessoas ouvidas pela nossa reportagem disseram que a visita do Presidente da República ao município do Cazenga visava abafar a manifestação mas “o povo já está aberto e estamos aqui”.

Nem mesmo o jogo entre o 1 o de Agosto e o Kabuscorp do Palanca, que por norma arrasta multidões, conseguiu mar o protagonismo da manifestação.

O ânimo dos manifestantes aumentou quanto receberam, por volta das 16 horas, a notícia da libertação do coordenador da manifestação, Luís Bernardo, detido no dia anterior a manifestação.

Falando em primeira-dama ao Angrense depois de liberto, Luís Bernardo contou que esteve detido na 3a Divisão de polícia do Azenha, onde foi torturado por agentes da DNIC

Contrariando as palavras do administrador do Rangel, Maciel Neto “Maravilho” que disse não conhecer o jovem, o coordenador da manifestação, já em liberdade voltou a acusar o Administrador do Rangel de ser o autor moral da sua detenção. “Ele nos conhece sim, até porque já trabalhamos juntos no MPLA”, explicou o coordenador, para quem “a revolução é a única forma de tirar o MPLA no poder porque por via de eleições poderá ganhar até 50 vezes, porque vai usar sempre a batota”.

“Nós jovens é que sofremos, é que não temos emprego, por ISSO temos que fazer revolução. Emprego, habitação, saúde, água e liberdade é o que exigimos, o petróleo. É nosso” – justificou.

Na ocasião, o Bloco Democrático distribuiu um panfleto no qual podia se ler que apoia a manifestação por uma África melhor.

Da forma geral a polícia teve um comportamento exemplar, esteve afastada há alguns metros dos manifestantes, atenta ao movimento mais sem interferir.

Importa salientar que o método de comunicação dos manifestantes foi melhorado, os participantes trocaram entre SI os números de telefones, para, como segundo

disseram, serem usados sempre que for necessária mais uma revolução

9.9 Relação entre a pobreza e o Crime foi de batida numa mesa redonda

Jornal de Angola

29 De Maio de 2011

O procurador do município do Lobito, Africano Gambôa, debateu sexta-feira na província de Benguela a questão da relação entre a pobreza e o crime que, na sua opinião, quando afecta a paz social, toma-se preocupante.

O procurador falava numa mesa redonda sobre o tema “Pobreza e o crime, que relação?”, promovida pela Universidade Katyavala Bwila, no âmbito dos 394 anos do município de Benguela, assinala dos a 17 do mês em curso. Na ocasião, o orientador disse que o ser humano é potencialmente criminoso e delinquente e o não delinquir do homem deriva de um exercício e sacrifício que a própria racionalidade impõe, como a observância de regras de aspectos colectivamente aprovados.

O também docente universitário definiu ainda o homem como um animal racional, mas que nem sempre consegue fazer com que oracional se sobreponha de modo absoluto ao lado animal. “Este aspecto faz com que o homem se revele como violador potencial de um conjunto de normas e regras”, considerou, frisando que “num pacto social, a comunidade combina algo acerca de condutas, comportamentos e posturas que impõem o respeito ao pacto e a relevância destas regras”. Participaram na mesa redonda professores e estudantes.

9.10 A oposição clamando no deserto do Zango

Jornal de Angola

29 de Maio de 2011

Figuras de proa da oposição democrática invectivaram a então governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, porque alojou no Zango pessoas que viviam em zonas de risco, nomeadamente na Ilha de Luanda em tempo de calemas.

As vozes da oposição democrática foram reforçadas com acções directas de uma outra oposição, que tem sempre um pé a fugir para a violência. Todos juntos crucificaram as autoridades, por darem a centenas de pessoas a possibilidade de viver numa casa com janelas abertas para o futuro.

Estou mesmo a falar do Zango. Aqueles que receberam casas na zona e rapidamente as venderam para voltarem a construir casebres de lata e papelão, daqui a pouco vão ficar profundamente arrependidos. Os políticos viciados

no populismo e que manipularam as pessoas que foram alojadas no Zango, vão ter de fugir a sete pés quando se apresentarem à frente daqueles que enganaram e os levaram a depreciar o que afinal, sabemos agora, tem um valor inestimável.

Os “analistas” que se desdobram em comentários mais ou menos irresponsáveis, um dia destes vão ter de morder a língua. O Zango acaba de ser valorizado com a abertura da Zona Económica Especial de Luanda e Bengo.

O Presidente da República inaugurou na passada sexta-feira oito fábricas. Mas a partir de agora, muitas mais vão abrir. Essas empresas vão precisar de milhares de trabalhadores. Que bom é ter uma casa no Zango, por mais humilde que seja. Quem passa horas nos engarrafamentos dá valor a trabalhar a um passo do local de trabalho. E as urbanizações que nasceram em Viana vão seguramente fornecer muitos trabalhadores para as empresas implantadas na Zona Económica Especial.

Felizmente que o Executivo criou as reservas fundiárias a tempo e horas. Se não tivesse tomado essa medida excepcional, amanhã os terrenos em Viana passavam a custar mais do que ouro ou diamantes. Isto sim, é governar. Projecta-se um empreendimento da dimensão da Zona Económica Especial, cria-se uma bolsa de terrenos a nível nacional para matar à nascença qualquer movimento especulativo, projecta-se um aeroporto internacional que é só o maior de África, reserva-se uma área para porto seco, criam-se acessibilidades e quem habita entre Viana e Nambuamgongo vai ver a sua vida melhorada como nunca imaginou nos seus sonhos mais dourados.

Ainda me recordo de ouvir um “analista” que também é líder político e brilhante economista, perorar contra Francisca do Espírito Santo por ter mandado para o Zango centenas de pessoas que viviam com o risco permanente de serem engolidas pelas calemas ou calembas, como diz mestre Amaldo Santos, ele que na sabedoria kimbundu é herdeiro çie outro grande mestre, saudoso Óscar Ribas.

Só não morde a língua porque precisa dela em boas condições para continuar a alimentar a maledicência e a demonstrar que tem perspectivas demasiado fechadas para a grandeza de Angola e dos projectos que estão a ser executados em todo o país. São eles que nos vão fazer esquecer que estamos a viver no pós guerra e só com muito trabalho e dedicação vamos sair dessa situação de transição para a paz plena. Afinal os terrenos do Zango são vizinhos do motor da economia angolana, a Zona Eco Grécia está a braços com a pior crise de sempre e o seu ministro das Finanças anunciou que vai deixar de pagar as dívidas se o FMI não enviar rapidamente a próxima tranche de dinheiro, conforme o contrato estabelecido há um ano, para enfrentar os pro-

blemas decorrentes da sua dívida soberana. A Irlanda está exactamente na mesma situação. Recorreu à ajuda da União Europeia e do FMI e está neste momento com mais dívidas do que antes do empréstimo mi; lionário para salvar a economia. É fácil concluir que as condições impostas pelos emprestadores são de tal forma gravosas que matam o doente com o remédio da cura.

Hoje sabem-se pormenores da “ajuda” à Grécia. Afinal foi uma operação financeira que consistiu em mudar os credores. O dinheiro do FMI foi para os bancos alemães, franceses e holandeses. O FMI, impôs medidas de tal forma gravosas que o desemprego disparou e a economia entrou em recessão. O consumo interno estagnou e as exportações caíram drasticamente.

A Grécia entrou na bancarrota, como vai entrar a Irlanda e a seguir Portugal, se estes dois países não forem capazes de renegociar a dívida e exigirem uma descida drástica dos juros. A União Europeia diz que não aceita a renegociação. E ameaça os

10 AMBIENTE

10.1 Chuva inundou várias casas particulares

Jornal de Angola
26 De Março de 2011

A Intensa chuva que caiu, na madrugada de segunda para terça-feira, na cidade de Ondjiva, causou avultados prejuízos materiais, com dezenas de casas submersas, mobílias a flutuar e muitas famílias sem abrigo.

Na manhã de terça-feira, em várias zonas do centro da cidade e nos bairros Pioneiro Zeca, Castilhos e Naipalala viam-se muitas pessoas a tentarem salvar haveres e outras a retirarem água do interior das casas, com baldes, latas, jarros, com tudo que tinham à mão.

Rogério Mavulino, morador da rua Simione Mucune, no centro da cidade, disse que já previa a situação e que, por isso, não pregou olho, desde o início da chuva. Por volta das 3h 00 viu impotente a água entrar em casa, de uma única divisão, onde vive com a mulher e três filhos. O quintal ficou praticamente inundado, embora a casa não tenha sido muito afectada.

Procura de casas para alugar

Muitas pessoas, com medo de outra chuvada com a mesma intensidade, abandonaram as casas e procuram arrendar outras em locais de maior segurança.

Mavulino, por falta de possibilidades financeiras, não pode fazer isso. Resta-lhe esperar que as chuvas cessem. Até quinta-feira, não tinha sido apurado o número de famílias afectadas pela chuva. As cheias não se verificaram somente em casas particulares. Vários serviços públicos e privados também foram afectados.

As instalações da direcção provincial da Assistência e Reinserção Social, da empresa LEVON e da Escola Superior Politécnica, que teve de suspender as aulas, também sofreram os efeitos da chuva.

Os bairros Pioneiro Zeca, Castilhos, Bangula e Naipalala também ficaram inundados, mas, ontem, em parte das ruas já era possível a circulação de pessoas e de viaturas. A rua Simione Mucune ficou, igualmente inundada, afectando as instalações da administração municipal do Kwanhama, da TAAG, da biblioteca provincial, da Unitel, da escola do ensino primário 122 e varias casas particulares.

Devido às ruas inundadas, muitos funcionários públicos não foram trabalhar. Há também muitas fossas entupidas, provocando um cheiro nauseabundo. A cidade não tem um sistema de drenagem que permita o escoamento das águas, o que origina que fiquem estagnadas em quintais e nas vias públicas.

mento das águas, o que origina que fiquem estagnadas em quintais e nas vias públicas.

A sucção das águas, com o recurso a carros cisternas, sugerem algumas pessoas, resolvia parte do problema. A entrada da água da chuva em casas deve-se, também, aos entulhos nas ruas, resultantes das obras de reabilitação da cidade, que impedem a sua circulação.

Governo procura soluções

O vice-governador para sector técnico e infra-estruturas disse que a Comissão de Protecção Civil está a retirar as águas estagnadas nos quintais do bairro Pioneiro Zeca. “Esperamos que, no quadro da realização do plano integrado das infra-estruturas da cidade de Ondjiva, a situação do tratamento da drenagem das águas, que caem dentro do perímetro dos diques de protecção, tenha solução imediata”, afirmou Cristino Ndeitunga.

Esta é uma questão que requer um estudo integrado de todo o sistema de drenagem da cidade de Ondjiva, referiu, adiantando que se aguarda que o gabinete técnico comece a estruturar o lançamento do estudo para, nos próximos tempos, se resolver o problema de drenagem das águas de uma forma sustentável. A situação, lembrou, é também preocupante no município do Namacunde, onde há também casas inundadas.

O governo provincial, disse, está a fazer um levantamento para estudar medidas a tomar para minimizar situação.

10.2 Chuvas obrigam Ministério do Ambiente a precaver-se

Semanário Angolense
19 De Março de 2011

O Ministério do Ambiente vai propor um plano de gestão das bacias hidrográficas das províncias do Kuando Kubango, Moxico, Cunene, Huíla, Benguela e o Namibe, para que se saiba o comportamento dos rios da região sul do país quando recebem muita água, visto que se transformam em grandes máquinas de destruição de vidas humanas e meios materiais.

Aquele ministério prevê, ainda este ano, realizar um plano de gestão das bacias hidrográficas daqueles rios soube o Semanário Angolense de fonte ligada ao sector. Em relação ao ambiente a situação é crítica, visto que no troço rodoviário que liga as províncias do Namibe e Lubango, se as chuvas continuarem para além das dificuldades que já se fazem sentir, como aluimento de terras de enormes blocos de pedra, a estrada poderá ser cortada.

Durante o semestre em curso uma equipa de especialistas fará uma auditoria à província do Namibe para que se tenha uma noção dos elementos essenciais do ponto de vista ambiental, de forma a serem tomados em conta aquando da eventual destruição de infraestruturas sociais áreas agrícolas e desalojamento das populações.

De acordo com a fonte, houve na província um certo desajuste no que respeita ao desassoreamento dos grandes vales que a região ostenta e como resultado, as fortes correntes de água das chuvas vindas da província da Huíla e outros locais estão a causar vários danos humanos e materiais.

Estão a ocorrer fortes impactos, tanto materiais como humanos e, em consequência a ponte do rio Giraul de cima foi completamente destruída, prevenindo-se para a sua restauração e para evitar transbordos um enorme esforço no desassoreamento dos caudais, por causa da acumulação de resíduos.

Uma delegação do Ministério do Ambiente chefiada pelo director nacional do Ambiente Camilo Ceitas visitou a região com o objectivo de se inteirar e fazer uma avaliação dos estragos sobretudo das famílias que foram afectadas directa ou indirectamente tiveram vítimas mortais e perderam bens e animais.

Construções mais sustentáveis com o EIA

Por seu lado o director nacional de Gestão Ambiental, Vladimir Russo disse esta semana em Luanda, que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) permite tornar a construção de infra-estruturas ambientalmente sustentáveis além de fornecer sugestões para a utilização de materiais ecologicamente saudáveis.

De acordo com o ambientalista avaliação dos estudos de impacto ambiental é feita com base em várias metodologias e critérios aprovados a nível nacional ou internacional. Para o caso de Angola são analisados os potenciais impactos do ponto de vista da previsão da magnitude e interpretação da importância desses impactos. Geralmente este estudo é efectuado através da discriminação dos impactos positivos e negativos directos e indirectos imediatos e a médio e longo prazos temporários e permanentes. É feita a análise do grau de reversibilidade de cada uma das acções as suas propriedades cumulativas e sinérgicas e a distribuição dos ónus e benefícios sociais.

“O EIA propõe acções e processos de gestão ambiental que podem incluir mecanismos de gestão de resíduos sólidos e efluentes líquidos instalação de estações de tratamento de águas residuais e minimização dos impactos ambientais” explicou o especialista realçando que

“o estudo pode igualmente sugerir e recomendar boas práticas relacionadas com o reaproveitamento da água utilização de energia solar gestão do uso de combustíveis e gestão ambiental da obra”.

Vladimir Russo defende que o local de inserção do projecto é relevante “devendo-se evitar, sempre que possível, áreas ecologicamente sensíveis, perda irreversível da biodiversidade, sobre exploração dos recursos naturais e degradação da qualidade de vida das pessoas, já que as obras devem ser feitas para proporcionar ambiente saudável às populações”.

Um EIA é uma análise dos potenciais impactos de uma construção do ponto de vista ambiental tanto negativos como positivos, com vista a minimizar os danos negativos e maximizar os positivos.

É também uma ferramenta para promover as boas práticas e sustentabilidade ambiental de projectos e cumprimento da legislação ambiental, contribuindo para os princípios do desenvolvimento sustentável.

Evitar uma factura muito cara

A necessidade da protecção e preservação do meio ambiente, bem como o asseguramento e equilíbrio que deve existir entre a economia e a ecologia e a implementação da “economia verde”, faz com que o Ministério do Ambiente procure atrair empresários estrangeiros, entre outros, para que, em parceria com os angolanos, possam investir no ramo de tecnologias limpas nos vários sectores da economia.

Para tal, o vice-ministro, Syanga Abílio, realizou em Lisboa, Portugal encontros e conferências para a promoção da 1ª Feira Internacional do Ambiente, Equipamentos, Serviços e Tecnologias Limpas, que se realizará em Luanda, de 26 a 29 de Março, numa promoção do Ministério do Ambiente e parceiros. A organização do evento continua a receber a confirmação de participação de diversos expositores nacionais e internacionais.

Angola é signatária da Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e do Protocolo de Kyoto e deve introduzir as tecnologias limpas para reduzir a pressão sobre os recursos naturais e melhorar a qualidade de vida das pessoas, favorecendo o crescimento económico, pelo que as tecnologias limpas, que serão exibidas na feira internacional, em Luanda, enquadram-se na estratégia do sector em relação à educação e consciencialização ambiental.

Assim sendo, urge a educar as pessoas no sentido de cultivarem valores, comportamentos, hábitos e competências para proteger e preservar o ambiente, da mesma forma como é importante educar os vários sectores da economia do país, principalmente os que transformam

os recursos, sobre a necessidade da promoção do uso das tecnologias limpas, não apenas na produção dos bens, mas também na venda de serviços. Como experiência piloto, as tecnologias limpas serão implementadas nos sectores do urbanismo e construção, indústria, energia, transportes, agricultura e floresta.

Para evitar pagar, no futuro, uma factura ambiental muito cara, o Ministério do Ambiente empenha-se em apoiar o desenvolvimento económico do país, com o acompanhamento das tecnologias modernas para garantir o desenvolvimento sustentável.

Ainda no quadro da realização da Feira Internacional em Luanda, o MA está a promover o evento com a realização de encontros e campanhas, para dinamização do mercado nacional.

Portugal, Brasil, Espanha, Inglaterra, entre outros, são alguns dos países cujos expositores já confirmaram a sua presença, faltando ainda a China, que também poderá apresentar a sua experiência neste ramo de “tecnologias amigas do ambiente”.

O certame será realizado em parceria com a FI L, contando reunir mais de 100 expositores, alguns dos quais querem investir no ramo de tecnologias limpas em Angola, indo permitir atrair um maior número de investidores, assim como a partilha de experiências.

A introdução de novos produtos, serviços e tecnologias ambientais será um estímulo à economia, através da criação de novas empresas, postos de trabalho, associando assim a melhoria ambiental à qualidade de vida das populações e contribuindo para o crescimento sustentável de Angola.

A crescente preocupação com ambiente e a necessidade de lhe dar resposta fomentou extraordinariamente a busca por essas tecnologias.

10.3 Desarborização preocupa cidadãos

Semanário Factual

De 26 de Março a 2 de Abril de 2011

As árvores trazem benefícios sócio-ambientais de grande importância. Essas são imprescindíveis no que toca ao abrandamento dos efeitos da elevação da temperatura, melhorando a qualidade do ar, bem como servem para ornamentar a cidade com o aumento de áreas verdes e flores.

Em Luanda, a inexistência de espaços verdes está a deixar preocupados os cidadãos que procuram por um momento de lazer ou um local onde possam respirar melhor.

Falta de árvores traz problemas de fórum ambiental

A desarborização da capital do País, principalmente na zona urbana, poderá influenciar muito para o surgimento de problemas do fórum ambiental, piorar a poluição atmosférica causada pelo excesso de resíduos (sólidos, líquidos ou gasosos) capazes de colocar em risco a biosfera.

A estes males, acrescentam-se os transportes e as instalações industriais que produzem o monóxido de carbono e o dióxido de carbono que causam distúrbios respiratórios.

O aumento da temperatura no centro urbano, devido à concentração exagerada de cimento e asfalto, que cobrem o solo e reflectindo o calor solar, são factores que já se sentem em Luanda.

A desarborização pode, igualmente, causar a destruição da camada de Ozono, gás instável que se encontra distribuído, principalmente na estratosfera, e que impede a penetração dos raios ultravioletas nocivos à vida.

O seu desaparecimento ou diminuição pode vir a provocar câncer de pele.

Luanda já vive o efeito estufa

O efeito estufa é uma das situações que já se vivem na província de Luanda, devido à dispersão de gás carbónico na atmosfera, pela sua emissão por parte dos automóveis e queimadas, que retêm as radiações infravermelhas na camada atmosférica.

O Factual, no seu périplo realizado na cidade de Luanda, constatou situações desagradáveis para o ambiente, como o desaparecimento gradual da Zona Verde, no município da Maianga, o desaparecimento do espaço verde na zona do eixo-viário, na Ingombota, o abate gradual da floresta da ilha do Cabo e o sumiço total dos eucaliptos na zona do Rangel, situação que causou a inundação em vários pontos do município.

Na Maianga, o Factual falou com o morador Xavier Francisco, que é alguém que já teve o prazer de desfrutar a beleza e os benefícios da então Zona Verde que hoje se reduziu num espaço de lixo. “Naquela época, nós caminhávamos, aí os meninos aproveitavam para brincar, Hoje, o espaço está abandonado e a ser invadido por construções. Além disso, entristece-me muito saber que temos um Ministério do Ambiente que não vele por este local, visto muitos políticos governantes terem passado por aqui e terem tido momento excepcional”, recordou Xavier Francisco, magoado.

Ambiente carece de esforços conjuntos

Xavier Francisco alerta as associações ambientais, bem como outras entidades afectas ao ambiente, para que unam esforços em conjunto com os moradores, no sentido de se reestruturar o espaço.

Uma das situações que chamaram a atenção do semanário tem a ver com o que aconteceu no município do

Rangel, devido ao abate das árvores (eucaliptos) que faziam a sucção das águas dos lençóis freáticos. Esse facto fez que a zona ficasse sempre inundada.

Outro morador do Rangel, João António, informou ao Factual que “esta zona, aquando da existência dos eucaliptos, era um lugar bom para se viver. Só depois do crescimento não urbanizado e do abate total das árvores, começámos a ter fortes problemas até chegar ao ponto de abandonar a casa”.

Para os ambientalistas, a situação de Luanda é crítica, devido ao desaparecimento gradual da cintura verde em grande parte da cidade, bem como o aumento de edifícios que dificultam muito a circulação do ar. Para tal, o jovem Santos Mateus afirma ser necessário desenvolver-se projectos para a arborização da capital, de forma a evitar-se situações ambientais não propícias para o homem.

10.4 Chuvas em Luanda: um autêntico calvário

O Independente

26 De Março de 2011

Tudo se repete em Luanda sempre que chove, desde as longas filas de viaturas e de pessoas nas estradas esburacadas, ruas alagadas, trânsito caótico, aumento do preço da corrida do táxi, atrasos e ausências ao serviço, escolas, enfim um quadro quase considerado crítico ou melhor ainda” caótico”.

A frase onde se diz que a urbe não está preparada para chuvas é uma frase” gasta e antiga”, até já se transformou numa rotina (...) que quase deixou de ser ouvida e os cidadãos conformam-se com a dura realidade.

Nas últimas semanas tem chovido com frequência em Luanda, apesar de não serem torrenciais em algumas regiões da cidade, mas para a maioria dos habitantes a vida tomou-se mais complicada, principalmente para os residentes na periferia.

Mas são estes os cidadãos que vivem nos subúrbios os que mais sofrem com esta situação. As estradas que dão acesso ao centro da cidade, onde estão situados os ministérios e outros organismos públicos são deficientes.

As obras em curso na maioria das vias rodoviárias dificultam ainda mais a circulação de viaturas, como o caso da 21 de Janeiro que dá acesso à parte sul da cidade, ou mesmo de Viana ou Cacucaco. Em consequência disso, muitos habitantes são forçados a andar a pé para chegarem ao destino e várias viaturas avariadas ao longo das vias.

Josessandra Gomes é uma adolescente que estuda a 12a classe no Centro Pré-Universitário da Ingombota, moradora no bairro do Gamek. Encontrámo-la numa

paragem de táxi para tentar chegar à escola, na sexta-feira, dia da última enchurrada que começou de madrugada.

A garota confessou-nos que já tinha perdido o primeiro tempo de aulas e o transporte estava cada vez mais difícil. Quando perguntamo-la sobre o que havia de fazer perante esta realidade, a rapariga limitou-se a encolher os ombros.

«Isto está mal, não sei o que fazer. Se eu tentar ir a pé vou chegar a escola toda borrada de lama. As ruas estão todas alagadas e os táxis estão difíceis. Estes estão a cobrar 300 Kwanzas pela corrida e mesmo assim está difícil. Sinceramente não se pode compreender que a capital de um país esteja nestas condições. O governo devia fazer alguma coisa.»

João Mendes Jacinto trabalha para uma empresa pública no centro da cidade. Enfrenta a mesma dificuldade que outras pessoas para chegar ao serviço. Descreve a situação como sendo bastante crítica e roga para que não volte mais a chover em Luanda.

«Estou a sofrer demais desde que começou a chover em Luanda. É assim todos os anos e o Governo devia acautelar esta situação. As obras que estão a ser feitas agora nas estradas deviam ser feitas com antecedência, no tempo seco. Isto está mal, isto está péssimo. Olhe da forma que estou todo borrado.»

Consegui apanhar três táxis do Asa Branca até aqui no São Paulo e agora estou à espera de um outro que me leve à Mutamba, mas eles estão a vir todos cheios.»

As chuvas agravam os engarrafamentos, uma doença que já tomou conta de Luanda, o mano José Maria dos Santos esta com a bola toda, tendo prometido resolver ou minimizar este sofrimento da população da periferia. Por causa destes engarrafamentos e mau estado das estradas, no interior do bairros, muitos moradores com viaturas cortam o caminho, como se I diz na gíria, para fugir os engarrafamentos. Entram pelos becos, levando-os a fazer movimentos semelhantes aos dos taxistas.

É este o dia a dia em Luanda, uma cidade que já inspirou poetas e cantores. Nesta época do ano, tudo se torna mais complicado. É um verdadeiro calvário para a maioria dos seus habitantes., com realce para os da periferia.

10.5 Costa marítima é um atentado à saúde pública

Semanário Factual

De 19 a 26 de Março de 2011

O cenário, patente há mais de três anos, após as quedas chuvas que destruíram o Centro de Formação de Pescas (CEFOPESCAS), mostra a destruição de mais de seis campos agrícolas e de residências nos bairros Paraíso, Cerâmica, além de viaturas soterradas no mar e mais de 900 desalojados.

Trabalhadores de empresas privadas e cidadãos voluntários empenham-se, diariamente, para o restauro ecológico da costa marítima, mas a falta de incentivo e de meios apropriados para uma limpeza geral e eficiente implica negativamente para a saúde pública dos utentes.

A costa, tida pelo corpo de Bombeiro da Polícia Nacional perigosa para os banhistas, não possui equipas de salvavidas quando os cidadãos, por negligência, permanecem em locais, cuja permeabilidade da terra e a sua composição rochosa é frágil.

De acordo com fonte das operações da 37ª esquadra da sede municipal de Cacuaco, o péssimo estado ecológico da costa marítima deve-se à falta de higiene das peixeiras e dos pescadores que consideram o mar um lugar de depósito dos seus fragmentos pútridos e restos das suas pescarias.

“Não têm sido frequentes casos de afogamento nestas praias, mas, quando tal sucede, é porque ocorreram nos locais proibidos pela corporação de bombeiros. O outro perigo que apresenta a costa é a presença de diversos sedimentos no fundo marinho, derivados de carros e de embarcações destruídas pela chuva de Janeiro de 2007”, afirmou a fonte.

Considerou que “os meios rolantes que possuímos nas são suficientes para uma costa de mais três quilómetros, logo as sinaléticas facilitam-nos apenas fiscalizar outras áreas de maior frequência populacional. Mas, tudo estamos a fazer para, nos próximos dias, termos a costa do Norte de Luanda limpa e pouco nauseabunda.

Os pescadores negaram as acusações advindas da 37ª esquadra da Polícia Municipal e criticaram o corpo de bombeiros, por nada resolverem, a fim de impedirem os casos de afogamentos que se registam em feriados, em festas em fins-de-semana, assim como pelos motoqueiros que frequentam a beira-mar para práticas de “rachas” (corridas).

Cândido Eliseu, pescador há 20 anos, afirmou não existirem contentores para o depósito de lixo em toda a costa do município de Cacuaco, o que contrasta com a iniciativa da restauração ecológica da mesma. “O único lugar que as peixeiras têm para o depósito de lixo é o mar”, informou.

A ecologista Paula Martins aconselhou os cidadãos utentes da praia das Antenas, do CEFOPESCA e da Vila de Cacuaco a não frequentarem as praias quando o mar expulsar os resíduos sólidos e outros fragmentos marinhos, dada a composição de algumas espécies que são nocivas à pele humana.

A professora considera tardia a limpeza definitiva da costa, em contrapartida, louva a iniciativa para se colmatar tal situação, uma vez a praia ser frequentada também por crianças e adultos de Viana e da Funda.

10.6 Devastação das florestas leva a catástrofes

Jornal de Angola

22 De Março de 2011

A ministra do Ambiente encorajou, ontem, os angolanos a melhor preservarem as florestas, pois a sua devastação pode aumentar as calamidades naturais e ter consequências para a saúde humana.

Em declarações à Angop, por ocasião do Dia Mundial da Floresta, assinalado ontem, Fátima Jardim sustentou que a devastação desses espaços verdes por queimadas, e não só, continua a pôr em perigo a vida de muitas pessoas, espécies animais e plantas, situação que “não compensa a própria biodiversidade”.

Segundo a ministra, a prática das queimadas é mais notória nas comunidades, onde alguns cidadãos fazem o corte de árvores para a produção de carvão vegetal e a exploração de lenha para a comercialização.

“A medida que cortamos as florestas, as ravinas e as catástrofes naturais podem aumentar, caso não sejam tomadas medidas de mitigação”, alertou.

Defendeu ainda que se imponham medidas mais adequadas contra este mal, tendo em conta a importância que as florestas e as árvores no geral têm para a vida das pessoas no planeta terra. No quadro do licenciamento ambiental da exploração de florestas, o sector que dirige, em parceria com o Ministério da Agricultura, vai reforçar as medidas de controlo das zonas florestais de Angola, uma vez que muitas têm falta de guardas. Acrescentou que os desafios de utilização dos recursos

naturais, sobretudo das florestas, devem ser cada vez mais sustentáveis. A ministra sugeriu o envolvimento das comunidades para melhorar a protecção das florestas, e a sua consciencialização para a importância que as mesmas têm no quotidiano, situação que passa, também, pela melhoria das suas condições de vida.

Para as áreas onde se desenvolve uma agricultura intensiva, disse haver necessidade de se fomentar a reflorestação ao longo dessas zonas, com vista a compensar as árvores devastadas.

“Por cada hectare de terra cultivada, os agricultores devem plantar uma árvore, com vista à reposição dos danos causados, assim como à melhoria dos solos”, disse. Esclareceu ainda que com o apoio de outros sectores e das associações ambientais, o sector que dirige está a empreender esforços com vista à redução da devastação das florestas no país.

Pesquisas realizadas indicam que, em todo o mundo, as florestas cobrem 31 por cento da área terrestre, servem de casa a 300 milhões de pessoas e garantem a sobrevivência de 1,6 mil milhões de pessoas.

Assim, a Organização das Nações Unidas mostra o papel fundamental das pessoas na conservação e exploração sustentável das florestas que garantem o seu habitat, a diversidade biológica e a estabilidade para o clima mundial, além de serem fonte de alimentos, medicamentos e água potável.